

MARIA TERESA MANFREDO

**“DESIGUALDADES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: O CASO DE HORTOLÂNDIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS”**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof. Dr.
José Marcos Pinto da Cunha

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
28/02/2007

BANCA

Prof. Dr. (orientador) José Marcos Pinto da Cunha

Profa. Dra. (titular interno) Arlete Moysés Rodrigues

Profa. Dra. (titular externo) Rosana Baeninger

Profa. Dra. (suplente) Maria Célia Silva Caiado

Prof. Dr. (suplente) Roberto Luiz do Carmo

FEVEREIRO / 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Manfredo, Maria Teresa

M313d Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de
Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas / Maria Teresa
Manfredo. - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

**Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Sociologia urbana. 2. Mobilidade residencial – Hortolândia
(SP). 3. Campinas (SP), Região Metropolitana. I. Cunha, José
Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Inequality and production of urban space: the case of
Hortolândia in the Metropolitan Region of Campinas**

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Brazil - Urban sociology
Residential mobility – Hortolandia (SP)
Campinas (SP), Metropolitan Region**

Área de concentração: Estudos de população

Titulação: Mestre em Sociologia

**Banca examinadora: José Marcos Pinto da Cunha (orientador)
Arlete Moysés Rodrigues
Rosana Baeninger**

**Data da defesa: 28/02/2007
Programa de Pós-Graduação: Sociologia**

Agradecimentos

Esta pesquisa é resultado de uma caminhada, acadêmica e pessoal, prática e teórica, compartilhada com o apoio de amigos, familiares, professores e colegas. A todas essas pessoas que me acompanharam, desde os anos da graduação, agradeço pelas descobertas, pela atenção e pela oportunidade que me deram de aprender com elas.

Em especial agradeço à orientação do professor José Marcos Pinto da Cunha, pelo clima de sinceridade, liberdade e confiança e pelo estímulo empolgante que lhe é peculiar.

Agradeço também Rosana Baeninger com quem dei meus primeiros passos como pesquisadora e a quem atribuo, em muito, meu interesse pela Sociologia Urbana e Estudos de População.

À Arlete Moysés Rodrigues, em quem muito me inspiro, deixo aqui declarada a minha imensa e sincera admiração.

Agradeço ainda à FAPESP pelo apoio financeiro.

Vários colegas e professores talvez nem saibam, mas contribuíram diretamente para a realização deste trabalho, seja emprestando livros, cedendo artigos e arquivos e dando opiniões; dentre estes destaco: Maria Conceição S. Pires, Philip Gunn (*in memoriam*), Luciana Corrêa do Lago, Geraldo Augusto Pinto, Anita Kurka, Claudia Gomes Siqueira. Também agradeço a todo o pessoal (colegas e funcionários) do Núcleo de Estudos de População, o NEPO, pelo apoio e infra-estrutura, sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho. Em especial, agradeço a Marcelo Tavares de Lima e a Alberto A. E. Jakob, que me auxiliaram no tratamento dos dados censitários; sem Alberto esta pesquisa não teria a mesma riqueza de informações. Agradeço também a todos os funcionários do IFCH e ainda a Márcio Ramos e Elisamara Emiliano, do Departamento de Habitação da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento de Hortolândia, tão receptivos e empenhados em contribuir com minha pesquisa.

Aos meus colegas da turma de mestrado, especialmente Melina e Pablo, que muito me incentivaram nos momentos finais da dissertação, tornado meus dias mais leves, meu muito obrigada. Minha gratidão ainda à Lericé e Maísa que,

em diferentes momentos, acompanharam de perto a confecção deste trabalho. E ao amigão Estevon, pela imensa torcida e incentivo e pelas lições de serenidade.

Às minhas amigas, de todas as horas, da vida toda, Carol, Carla e Fabiana, meu agradecimento mais que especial.

Aos meus pais e ao meu irmão Leonardo, que sempre me apoiaram, mesmo nos caminhos e nas escolhas mais distantes de seus mundos, agradeço pelas lições de simplicidade e transparência. À minha mãe, Terezinha, que com sua força é meu exemplo de coragem e determinação e ao meu pai, Santo, que talvez não desconfie que suas inquietações diante da vida foram, desde sempre, o meu grande estímulo para enveredar nos caminhos da Sociologia.

A Luiz Fernando, que irradia em mim tanta inspiração, agradeço pela relação que construímos e estamos construindo juntos e também por acreditar, por muitas vezes, mais em minha capacidade do que eu mesma.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar sociologicamente os processos envolvidos na produção do espaço urbano do município de Hortolândia, os quais estão associados ao crescimento e estruturação da Região Metropolitana de Campinas. Escolhemos essa metrópole devido à sua significância em termos populacionais, à sua importância no cenário econômico paulista e ao fato de sua formação apresentar singularidades devido ao momento em que se dá sua emergência. Dentro dela Hortolândia se destaca porque, além de ser marcada por ter precária infra-estrutura urbana e por abrigar indústrias de grande porte, é um dos municípios que mais recebe migrantes, tendo uma configuração espacial dispersa e rarefeita. O entendimento da produção de seu espaço urbano passa pela história social, política e econômica recente. Ademais, introduzimos na abordagem da produção do espaço urbano o processo da mobilidade espacial, já que acreditamos que, se as relações sociais produzem o espaço (ao mesmo tempo em que são condicionadas por ele), também, a dinâmica urbana condiciona e induz os deslocamentos residenciais; estes, alteram ou reforçam o padrão de produção espacial. Assim, utilizamos dados censitários referentes ao perfil da população e condições de moradia, revelando tendências estreitamente relacionadas com a produção do espaço urbano. Tentamos, portanto, desenvolver uma discussão em que diversos processos fossem considerados, permitindo a compreensão do que significa o espaço construído e suas características, como dados concretos da realização social (econômica, política, ideológica, cotidiana) e, também, como uma realidade em transformação.

Abstract

This study aims to analyse sociologically the process involved into the production of urban space in Hortolândia, which is associated to the growth and structuring of the Metropolitan Region of Campinas. We choose this metropolis due to its populational importance, economic relevance in paulista scenery and singular formation due to the moment of its emergence. In this region, Hortolândia is pointed out because, besides its precarious urban infra-structure and by receiving important industries, it is one of the biggest receptors of migrants, by presenting a disperse spatial and rarefied configuration. The comprehension of the production of its urban space should consider the recent social, political and economic history. Moreover, we introduce in the urban space the perspective of production process of spatial mobility, once we believe if the social relationships produce the space (and, concomitantly, are influenced by its), also, the urban dynamic influences and induces the spatial mobility; which changes or reinforces the spatial production standards. Therefore, we utilize data of demographics census concerned to the population profile and the habitations characters, by showing the restrict tendencies related to the production of urban space. We tried, thus, to develop a debate where different process have being considered, by permitting the comprehension to the signification of the building space and its characters, like concrete data of the social reality (economic, political, ideological, quotidian) and, also, like a reality into transformation.

Lista de Figuras

Figura 1: Municípios da Região Metropolitana de Campinas – 2001..... p. 72

Figuras 2 e 3: Evolução da mancha Urbana da Região Metropolitana de
Campinas – 1991 e 2000..... p.82

Figura 4: Região Metropolitana de Campinas Cortada por suas Vias de Acesso –
2000..... p.128

Figura 5: Hortolândia e suas Áreas de Ponderação 2000.....p.144

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade), segundo local de trabalho, por município de residência na RMC – 2000.....p.79

Tabela 2: Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade), segundo local de trabalho, por município de residência na RMC – 1980.....p.80

Tabela 3: Participação da migração líquida no incremento e no total da população, segundo o município de destino na RMC – 1991 e 2000.....p.84

Tabela 4: Distribuição e taxa de crescimento anual da população, por município da RMC, 1980, 1991 e 2000.....p.86

Tabela 5: População migrante (não-natural do município) segundo região de origem em 1995 por município de destino na RMC em 2000.....p.88

Tabela 6: População migrante (data fixa), segundo situação do domicílio anterior, por município de destino na RMC – 2000.....p.90

Tabela 7: Responsáveis de famílias migrantes intrametropolitanos (data fixa), segundo faixa de renda per capita mensal, por município de destino na RMC – 2000.....p.93

Tabela 8: Distribuição da PEA (responsáveis de famílias maiores 14 anos de idade) migrante intrametropolitana (data fixa), segundo o grau de instrução, por município de destino na RMC – 2000.....p.95

Tabela 9: População migrante (data fixa), segundo a faixa etária, por município de destino na RMC – 2000.....p.98

Tabela 10: Distribuição dos domicílios atuais do migrante intrametropolitano (data fixa), segundo o número de banheiros, por município de destino na RMC - 2000.....p.99

Tabela 11: Distribuição dos domicílios do migrante intrametropolitano (data fixa), segundo o tipo de domicílio atual, por município de destino na RMC – 2000.....p.101

Tabela 12: Responsáveis de famílias, segundo renda per capita mensal, por município de residência na RMC – 2000.....p.106

Tabela 13: Distribuição da PEA (maior 14 anos de idade) segundo setor de atividade, por município na RMC – 2000.....p.108

Tabela 14: Distribuição da PEA (responsáveis de famílias maiores 14 anos de idade) segundo grau de instrução, por município de residência na RMC – 2000.....p.109

Tabela 15: Responsáveis de famílias, segundo o tipo do domicílio particular permanente, por município de residência na RMC – 2000.....p.112

Tabela 16: Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo o número de banheiros – 2000.....p.113

Tabela 17: Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo a forma de abastecimento de água – 2000.....p.115

Tabela 18: Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo a forma de saneamento básico – 2000.....p.116

Tabela 19: Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo a condição da ocupação – 2000.....p.117

Tabela 20: Distribuição e taxa de crescimento anual da população de Hortolândia, por áreas de ponderação – 1991 e 2000.....p.153

Tabela 21: Distribuição da população não-natural de Hortolândia, segundo tempo de residência no município, por áreas de ponderação – 2000.....p.154

Tabela 22: Distribuição da população migrante (data fixa), por áreas de ponderação em Hortolândia em 2000, segundo região de residência em 1995.....p.155

Tabela 23: Responsáveis de família migrante (data fixa) segundo faixa de renda per capita mensal por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.158

Tabela 24: Distribuição do domicílio atual do migrante (data fixa), segundo o número de banheiros, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.161

Tabela 25: Famílias de responsáveis migrantes (data fixa) segundo tipo de arranjo, por área de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.162

Tabela 26: Distribuição do domicílio do migrante (data fixa) segundo o tipo de domicílio atual, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000p.164

Tabela 27: Distribuição de domicílios particulares permanentes da população migrante (data fixa), segundo condição de ocupação do imóvel, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.165

Tabela 28: Responsáveis de famílias não-migrantes, segundo renda familiar per capita mensal por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.169

Tabela 29: Distribuição do domicílio particular permanente da população não-migrante, segundo o número de banheiro, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.171

Tabela 30: Famílias de responsáveis não-migrantes, segundo tipo de arranjo, por área de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.173

Tabela 31: Responsáveis das famílias não-migrantes, segundo o tipo de domicílio particular permanente, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.174

Tabela 32: Distribuição de domicílios particulares permanentes da população não-migrantes, segundo condição de ocupação do imóvel, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.175

Tabela 33: Distribuição de domicílios particulares permanentes, segundo forma de saneamento básico, por áreas de ponderação em Hortolândia – 2000.....p.177

SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	p.15
--------------------------------	------

Capítulo I - <u>Espaço urbano enquanto produto e condição das relações sociais: considerações sobre algumas das abordagens deste objeto de estudo e as transformações contemporâneas</u>	p.27
1.1 – Produção do Espaço Urbano: debate de alguns enfoques.....	p.32
1.2 - Mobilidade espacial e dinâmica urbana: referências ao aporte teórico-metodológico adotado.....	p.58

Capítulo II - <u>Uma metrópole do interior paulista: a dinâmica metropolitana de Campinas</u>	p.67
2.1. – Expansão Metropolitana e Fluxos Migratórios.....	p.78
2.2 - Caracterização do migrante e condições habitacionais.....	p.92
2.3 - Caracterização da população residente na RMC.....	p.104

Capítulo III – <u>O caso de Hortolândia</u>	p.125
3.1 - Caracterização geral do município.....	p.127
3.2 - O processo de emancipação do município.....	p.135
3.3 - Breve histórico da urbanização de Hortolândia e uso do solo.....	p.140
3.4 - Caracterização da População Migrante.....	p.152
3.5 - Caracterização da População Não-migrante.....	p.168

<u>Conclusões</u>	p.181
--------------------------------	-------

<u>Referências Bibliográficas</u>	p.187
--	-------

<u>Anexos</u>	p.193
----------------------------	-------

Introdução

Conforme aponta Morin (2000) tudo o que é vivo - e, sobretudo a sociedade humana - funciona com desordem, aleatoriedades, acasos, conflitos. Entretanto, todas estas nuances, longe de serem escórias, anomias ou mesmo resíduos a se absorver, são sim, pelo contrário, constituintes-chaves de toda existência social, que se organiza, se produz e se reproduz incessantemente.

Ao pensarmos especificamente no caso do espaço urbano, podemos concebê-lo nestes mesmos termos¹. Este objeto de estudo, carregado de contradições, requer, para ser plenamente entendido, que consideremos essas contradições: pode parecer à primeira vista referir-se apenas às relações indivíduos/território, porém é algo muito mais complexo, já que comporta (para mais do que isso) as relações sociais. Ou seja, acreditamos que o espaço urbano não é um dado pronto e acabado, mas em movimento e transformação, formando um conjunto que é mais do que a soma de ruas, praças, bairros, habitantes. Tampouco, não se trata de um conjunto classificável conforme o preço da terra, o tipo de suas construções, o acesso a serviços: para mais do que isso, compreendemos que o espaço urbano se forma e se transforma através de um processo de produção social, realizado por homens e mulheres em momentos concretos da história que, ao efetivarem as posições que lhes atribui o processo produtivo, unificam uma série de acontecimentos aparentemente díspares e desconectados, sempre transformando esta realidade.

Neste sentido, nos apoiamos na abordagem dialética, tentando, dessa forma, considerar a inevitabilidade da mudança, e a impossibilidade da omissão

¹ Para mais do que os limites delimitados legalmente dentro de um município, ou mesmo para mais do que a idéia de uma realidade acabada, entendemos por *urbano* um modo de vida, no sentido expresso por Lefebvre (1969; 2004).

das contradições da realidade humana: *“Afinal, a dialética – maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana – negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas.”* (KONDER, 1994, p. 39).

Por conseguinte, no que se refere aos estudos do espaço urbano, podemos afirmar que, de maneira geral, mesmo sob diferentes perspectivas teóricas, sempre repousaram na idéia básica de que as mudanças espaciais correspondem a transformações da organização social da qual fazem parte. Conforme coloca Castells:

“De fato, a problemática própria a toda teoria do espaço não consiste em opor valores e fatores ‘naturais’, mas por outro lado, no plano epistemológico, em descobrir leis estruturais ou a composição de certas situações historicamente dadas; por outro lado, no plano propriamente teórico, consiste em estabelecer hipóteses sobre o fator dominante de uma estrutura na qual, evidentemente, todas as escolas incluem o conjunto de elementos da vida social: sua divergência essencial diz respeito ao *status* de cada elemento e às combinações de elementos.” (1983, p. 189).

Todavia, as abordagens marxistas do espaço urbano mostram-se diferenciadas, uma vez que:

“Em vez de separar a cidade em nós de populações funcionalmente diferenciadas, como fazem os analistas convencionais, os marxistas encaram-na como uma aglomeração que salienta a produção de riqueza espacialmente através da concentração de força de trabalho e de capital. As mudanças sócio-espaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas espacialmente e demograficamente. [...]. Em suma, a economia política marxista, ao transformar os tradicionais conceitos marxistas de uma forma adequada à análise do espaço, explica de um modo mais verdadeiro os padrões observáveis de desenvolvimento urbano.” (GOTTDIENER, 1993, p. 29).

Lefebvre (1969; 1970; 2004) é talvez um dos primeiros teóricos da problemática urbana a considerar que o modo de produção capitalista sobreviveu até hoje, em grande medida, por seu uso do espaço como um reforçador das relações sociais necessárias à sua manutenção. Assim, encara o espaço não só

enquanto uma construção material (produto), mas também como algo que exprime as relações sociais, e, ao mesmo tempo, participa ativamente de sua reprodução.

É, pois, partindo do pressuposto de que o espaço urbano deve ser apreendido enquanto um objeto e um agente complexo e contraditório da intervenção da sociedade sobre o território, que um caso específico despertou nossa atenção. Trata-se de um município localizado na Região Metropolitana de Campinas: Hortolândia.

A escolha de um estudo que envolva essa metrópole do interior paulista levou em conta, principalmente, a significância dessa região em termos de aglomerado populacional, bem como a sua importância no cenário econômico do estado de São Paulo. Além disso, acreditamos que sua formação metropolitana pode ter um caráter singular em virtude do momento de grandes transformações em que se dá sua emergência (finais da década de 1990, início da década de 2000). Neste sentido, exatamente por ser umas das regiões metropolitanas mais recentes do país, ela difere das demais (dentre outras coisas) por se consolidar num momento de profundas mudanças, onde novas questões referentes à dinâmica urbana e mobilidade espacial podem emergir. Dentre seus municípios merece destaque Hortolândia que, além de possuir uma base industrial de grande importância, é marcado, no outro extremo, por apresentar precária rede de infraestrutura urbana, e, num geral, um quadro de indicadores sociais que merece nossa atenção. É também um dos municípios da região que mais recebe contingentes populacionais.

De forma um pouco mais detalhada, podemos desenvolver que, tendo se beneficiado economicamente por estar muito próximo de Campinas e por possuir uma ampla rede rodoferroviária, este município - que até 1991 era um distrito de

Sumaré - conta com empresas de diversos setores industriais, as quais demandam alto conhecimento tecnológico, mas que, muitas vezes, é suprido (em termos de prestação de serviços e de oferta de mão-de-obra) por Campinas.

De outro lado, sua configuração espacial é caracterizada por dispor de extensas terras ao longo das vias de acesso que o cortam, o que facilita um padrão de ocupação fragmentado e rarefeito; não tem, por exemplo, um espaço que revele de fato sua centralidade. É, portanto, constituído por porções territoriais que, por vezes, se integram mais a Campinas ou Sumaré, do que com o próprio município. Assim, apesar de não possuir um terminal rodoviário, são as linhas interurbanas e, sobretudo, as intrametropolitanas, que acabam, muitas vezes, suprimindo a demanda por transporte coletivo no município, fazendo, inclusive, a interligação de diversas áreas da cidade. Ainda, se, de um lado, praticamente não possui áreas e equipamentos de lazer, de outro, é conhecida como uma das cidades mais violentas do país.

Levando-se tudo isso em consideração, nosso estudo tem como principal objetivo analisar sociologicamente os processos envolvidos na produção social do espaço urbano do município de Hortolândia - os quais estão associados a condicionantes do processo de crescimento e estruturação da Região Metropolitana de Campinas como um todo.

Pretendemos, portanto, contribuir de alguma maneira para a melhor identificação, no atual momento histórico, do lugar que ocupa cada agente ou grupo de agentes no processo de produção do espaço urbano, debatendo a maneira pela qual esse espaço é produzido. Não obstante, ao considerarmos as palavras de Santos (1994) de que *“todo perigo de uma análise simplista deve ser exorcizado. Dizer, por exemplo, que as cidades se põem, sobretudo, a serviço do*

capital é, apenas, um discurso” (p. 127), consideramos que é indispensável chegar a uma discussão em que os diversos processos presentes sejam considerados – tomados em todos os seus aspectos, de forma a permitir a compreensão do que significam o espaço construído e suas características, como dados concretos da realização social (econômica, política, ideológica, cotidiana) e, também, como uma realidade em transformação.

Assim, o entendimento da produção do espaço urbano de Hortolândia passa pela história social, política e territorial recente da sociedade brasileira como um todo e pelo entendimento das formas como vem se dando a inserção brasileira na economia mundial, e suas conseqüências internas. Em outras palavras: apoiados, sobretudo, em Harvey (2005), acreditamos que o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, processos de trabalho e mercados de consumo, acompanhado por uma intensa inovação tecnológica, produtiva e institucional. Neste contexto, tendo como embasamento teórico Gottdiener (1993), tentaremos defender que a forma contemporânea de produção do espaço deve ser abordada principalmente como um modo histórico e socialmente específico do tecido urbano, que pode ser entendido se captarmos as relações entre tais espaços e os elementos de organização social, como economia, política e valores ideológicos.

Além disso, acreditamos que a realidade, tal qual necessariamente aparece em termos empíricos, apresenta uma série de características a serem levadas em conta para desvendar a produção do espaço urbano que lhe é subjacente. Portanto, um caminho que se abre para a investigação da produção do espaço urbano é tomar como ponto de partida as aparências formais da realidade, a fim

de desvendar seus fundamentos. Ora, a forma como aparecem as relações sociais (que não se confunde com seu conteúdo) pode ser empiricamente observável pela construção de dados, tais como: local de moradia, faixa de renda, grau de instrução, local de trabalho, tipo de domicílio, condição da ocupação. Ou seja, quando nos deparamos com uma determinada sociedade, na sua multiplicidade de formas concretas, os dados, frutos de construções que procuram apreender a maneira pela qual necessariamente se cristaliza a realidade num determinado momento, são um ponto de partida de que podemos dispor para a análise do espaço urbano. Trata-se de observar os dados para questioná-los, chegar a seus fundamentos não empiricamente visíveis, conforme a proposta de Bógus (1980), Cunha (1994), Lago (2000), Caiado (2006), dentre outros - e mesmo de Lefebvre (1969; 2004) e Gottdiener (1993).

Assim, num primeiro momento tentaremos traçar um panorama geral de alguns dos principais modelos analíticos que têm sido utilizados nos estudos sobre produção do espaço urbano, buscando relacionar as problemáticas que cada qual trouxe à abordagem da Sociologia Urbana. Antes, porém, é preciso alertar que não é nossa intenção realizar uma análise exaustiva sobre o espaço urbano enquanto objeto de estudo (uma vez que este não é o objetivo principal de nosso trabalho); ademais, é claro que serão privilegiados estudos sobre a produção do espaço que tentam vir de encontro com a consideração de que o objeto de estudo *espaço urbano* está profundamente relacionado com um processo vivo e em constante transformação.

Em nosso primeiro capítulo serão retomados e discutidos alguns posicionamento neste sentido, tendo por base, na medida do possível, o diálogo dentro do qual se inseriram, ora como afirmações, ora como respostas a críticas

de posicionamento divergentes. Contaremos, para tal, com intervenções de análises mais recentes sobre tais trabalhos, a fim de orientar e enriquecer nossa exposição. Assim, nossa intenção neste capítulo é puramente identificar os aportes teórico-metodológicos e os resultados empíricos que servirão de referência e base ao desenvolvimento de nosso estudo específico sobre o caso de produção do espaço urbano eleito para investigação.

Tendo bem delimitados os principais pressupostos e influências teóricas de nossa pesquisa, optamos por introduzir na análise da temática urbana o processo da mobilidade espacial². Ou seja, além do balanço bibliográfico sobre a temática da produção do espaço urbano, nosso estudo também está centrado na análise de dados censitários dos anos de 1980 a 2000 – uma vez que é neste período que ocorrem importantes transformações na dinâmica de expansão urbana do Brasil, e que conseqüentemente se refletiram em termos populacionais e urbanos, particularmente na Região Metropolitana de Campinas e no município de Hortolândia. Ademais, se tal qual defendemos, as relações sociais produzem o espaço (ao mesmo tempo em que são condicionadas por ele), também, a dinâmica urbana condiciona e induz os deslocamentos residenciais; estes últimos, por sua vez, alteram ou reforçam o padrão de produção espacial.

Em outros termos, é a partir desta análise dos dados censitários referentes à dinâmica metropolitana de Campinas (Capítulo 2) que construiremos hipóteses mais concretas a respeito da produção do espaço urbano nesta região e que, por

² Ao adotarmos a noção de mobilidade espacial (e não migração), estamos pensando que este primeiro termo abarca um sentido mais amplo no que se refere à mudança de localização da população no espaço. Assim, ao nosso entender, a noção mobilidade espacial é mais elucidativa, uma vez que engloba tanto a idéia de deslocamentos de longa distância, quanto os de curta distância.

consequente, poderemos tratar de forma mais lúcida do caso do município de Hortolândia.

No que se refere à análise dos fluxos migratórios que envolvam o município de Hortolândia, propomos a combinação de três níveis espaciais: inter-regional, intrametropolitano e intra-municipal³. Contudo, considerando-se que há aqui uma maior preocupação em se entender o modo como Hortolândia se insere dentro da dinâmica metropolitana campineira, daremos maior ênfase à análise dos dois últimos níveis espaciais.

No caso inter-regional serão utilizados os dados censitários ao nível municipal⁴, considerando-se, especialmente, a migração estabelecida entre Hortolândia e os demais municípios como elementos fundamentais de análise. Assim, torna-se possível verificar parte das tendências de crescimento de Hortolândia, sobretudo no que se refere ao componente migratório.

No caso intrametropolitano também serão utilizados os dados de amostra dos Censos Demográficos em termos de município, considerando-se, principalmente, a mobilidade residencial e a pendular estabelecida entre Hortolândia e os demais municípios da metrópole campineira como elementos centrais para análise. Dessa forma, torna-se possível observar o papel, em termos populacionais, de Hortolândia na constituição da referida aglomeração metropolitana, bem como as tendências de crescimento demográfico do município

³ Neste trabalho consideramos como inter-regional os processos que envolvem as relações entre Hortolândia e demais municípios não pertencentes à Região Metropolitana de Campinas; como intrametropolitanos considera-se os processos que envolvem as relações dos 19 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas e intra-municipal aqueles que ocorrem no interior de cada município. Conforme detalhado mais adiante, o Censo não capta mobilidades para um nível espacial inferior que o municipal, no entanto, a relação entre os fluxos migratórios intrametropolitanos e intra-municipal será possível a partir da utilização dos dados das “Áreas de Ponderação” de Hortolândia.

⁴ Por ser amplamente conhecido e difundido considerou-se desnecessário detalhar o tipo de informações constantes nos Censos Demográficos.

aqui tratado e o papel dos componentes (vegetativo e migratório) deste crescimento; como se vê, todo este processo também mantém estreita relação com a produção do espaço urbano.

Ainda no que se refere à mobilidade intrametropolitana, também realizaremos a análise das características socioeconômicas e demográficas dos fluxos migratórios que envolvem Hortolândia, tentando sempre relacioná-los com os recentes processos históricos, políticas e econômicos ligados à expansão da Região Metropolitana de Campinas.

É importante ressaltar que a mobilidade pendular será também utilizada como forma de avaliar o grau de interação e integração entre Hortolândia e os demais municípios da RMC, além das motivações e do perfil desses deslocamentos⁵.

Conforme apontamos anteriormente, o Censo não capta mobilidades para um nível espacial inferior que o municipal, no entanto, a relação entre os fluxos migratórios intrametropolitanos e intra-municipal será possível em nossa pesquisa a partir da utilização dos dados do Boletim de Amostra do Censo na forma de “agregados”⁶ de Setores Censitários, o que significa a possibilidade de ampliar parte da riqueza da informação censitária para o âmbito intra-municipal, captando assim informações sobre os diferentes “sub-espços” de um mesmo município. A análise deste tipo de dado, juntamente com outras informações referentes ao uso e ocupação do solo de Hortolândia, legislação urbanística, histórico de seus loteamentos e caracterização do município, será realizada no Capítulo 3.

⁵ Os quesitos censitários de 2000 referentes aos municípios de trabalho e de estudo serão os meios a partir dos quais esta análise poderá ser feita.

⁶ Os micro-dados do Censo 2000 já contêm informações para agregados de setores censitários (as chamadas “áreas de ponderação”).

Neste sentido, a possibilidade de trabalhar não apenas a evolução do volume populacional, mas também as características e condições de vida⁷ dos habitantes de sub-espacos do município considerado, abre novas alternativas de análise, sobretudo no que tange ao entendimento e localização dos processos de desigualdade e de produção do espaço urbano e de mudanças de composição sócio-demográfica.

Para a análise e qualificação do perfil sócio-demográfico da população que reside no município de Hortolândia levamos em conta, através dos dados secundários disponibilizados, elementos como tipo de domicílio, condições da ocupação do imóvel, renda, tempo de residência no município etc. - serão considerados não apenas como expressões desses condicionantes, mas também como elementos que transformam o padrão de produção do espaço urbano.

Como se vê, para operacionalizar nossos objetivos, incorporaremos a mobilidade espacial na presente análise como um processo inerente à produção do espaço urbano. Acreditamos, assim, na interdependência de uma série de elementos que, no presente trabalho, serão incorporados a um arcabouço analítico marcado por dimensões diretamente relacionadas com o processo de produção do espaço metropolitano.

Utilizaremos dados censitários referentes ao perfil social da população residente, em particular da população que se deslocou dentro ou em direção à Região Metropolitana de Campinas. Utilizaremos, portanto, os dados censitários sobre as condições de moradia dos habitantes e oferta de serviços básicos à população como é o caso de fornecimento água e saneamento. A interação entre

⁷ Considera-se aqui a análise e qualificação do perfil sócio-demográfico da população e o acesso à infra-estrutura como fator central para a apreensão das condições de vida da população.

a dinâmica socioespacial e a mobilidade residencial será concebida ao analisarmos o perfil socioeconômico e as condições de moradia do migrante intrametropolitano com os da população residente em sua área de destino. A esse material somar-se-ão informações referentes às políticas públicas municipais (sobretudo avaliações já realizadas sobre legislação urbanística). Dados referentes às atividades econômicas da região, nível de renda dos indivíduos ou famílias, somadas a algumas análises de políticas de desenvolvimento regional e de financiamento imobiliário, nos revelarão as macrotendências, que mantêm estreita relação com a produção do espaço urbano. É claro que estas tendências, por sua vez, interagem com a dinâmica propriamente cotidiana, marcada pelo comportamento do mercado imobiliário.

Por fim, resta dizer que o presente estudo compõe uma das linhas de pesquisa em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, denominada *“Dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos”*.

Capítulo I

**Espaço urbano enquanto produto e condição das relações sociais:
considerações sobre algumas das abordagens deste objeto de estudo e as
transformações contemporâneas**

Conforme nos lembra Ianni (2002), é nas cidades que podemos encontrar as manifestações mais extremadas das possibilidades sociais, políticas, econômicas e culturais; o espaço urbano é, portanto, um objeto sociológico que consegue abarcar de maneira singular as condições e os produtos da dinâmica das relações sociais:

“A cidade é o lugar da democracia e da tirania, da racionalização e alienação, da cidadania e anomia. Um laboratório complexo, vivo e tenso, no qual tudo se experimenta, tudo é possível. Aí tanto se afirmam e reforçam como se debilitam e apagam convenções e barreiras, realidades e ilusões. Praticamente tudo o que é possível no nível da sociedade pode manifestar-se, imaginar-se ou realizar-se na cidade”. (IANNI, 2002, p. 68).

Neste mesmo sentido, Santos (1994) defende que a cidade, enquanto meio ambiente construído é *“tanto a condição de uma divisão do trabalho que acolhe todos os tipos de capital, como a condição de uma cooperação entre empresas e pessoas, forma de socialização capitalista que é base da convivência forçada entre atores diversos e de conflitos abertos ou latentes.”* (SANTOS, 1994, p. 105).

Já no início do século XX, Simmel, numa tentativa distinta de compreensão das relações sociais que se dão nas grandes cidades, defendia que o excesso de estímulos neste ambiente era o grande responsável por um sofisticado tipo de defesa psicológica que, de algum modo, viria a insensibilizar os habitantes urbanos:

“Com cada atravessar de rua, com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai.” (1973, p. 12)

Contudo, atualmente já não é possível enquadrar o termo cidade como algo previsivelmente definido, significando um modo de vida social orgânico, funcional, um modelo histórico específico e difundido universalmente. Hoje, o fenômeno urbano se destaca pela sua heterogeneidade, turbulência e fragmentariedade.

Isso quer dizer que seu significado pleno ou a dinâmica de seus modos de interação, só podem ser apreendidos num contexto que consiga rebater esses fragmentos e conjuntos de fragmentos contra um todo (SEVCENKO, 1995).

Pierre Bourdieu (1999), em meio a seu refinado legado teórico, defende que as ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura de experiências sociais mediante a qual apreendemos quem ou o que somos na sociedade. Ou seja, é através da relação entre os seres humanos (considerados como corpos que estão situados em um lugar do espaço físico) e uma organização estruturada do espaço e do tempo, que as práticas e representações comuns são determinadas:

“Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial e a distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.” (BOURDIEU, 1999, p.160)

Entretanto, nem sempre o espaço é tratado enquanto uma complexa construção social⁸. Muitas vezes é tomado meramente como um atributo objetivo, que pode ser medido, facilmente apreendido, naturalizado⁹.

De modo geral, os clássicos da teoria social privilegiam a categoria tempo em suas formulações - em detrimento da categoria espaço. Supõem, assim, “ou a

⁸ É o caso da abordagem dos teóricos da Escola de Chicago. De modo geral, e apesar de sua importante contribuição para a análise do espaço urbano – uma vez que foram um dos primeiros a abordar esta temática - seus estudos datados das primeiras décadas do século XX explicavam os padrões espaciais das cidades americanas e seus problemas pela abordagem funcionalista: defendiam que os indivíduos mais aptos ocupavam melhores posições sociais e espaciais. A cidade resultante desses processos revelaria a existência de áreas com funções e habitantes distintos. Ou seja, na abordagem desenvolvida por esses pesquisadores, a sociedade é encarada como um sistema integrado, onde os indivíduos se ajustam coletivamente a distúrbios do meio, de maneira equilibrada. Para mais detalhes sobre suas argumentações, confira Park (1973), e as diversas obras de autores como David Pierson, Ernest Burgess e Roderick Mckenzie.

⁹ Lefebvre (2004) chama este tipo abordagem de “campo cego”. Em suas palavras: “*Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano – vendo-o, porém com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, redutor da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos, impedimo-la de nascer e de se desenvolver.*” (p. 38).

existência de alguma ordem espacial preexistente na qual operam processos temporais; ou, que as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente em vez de fundamental, da ação humana.” (HARVEY, 2005, p. 190, grifo nosso).

Weber (1973), por exemplo, procurou compreender a origem e desenvolvimento da cidade, tendo como base a emergência do capitalismo ocidental. Assim, e até mesmo utilizando-se de dados procedentes de outras formações sociais, aborda a cidade enquanto categoria histórica, apresentando-se como tipo ideal de uma determinada dimensão política e econômica.

Engels talvez seja um dos primeiros pensadores a considerar o aspecto *espaço* como algo fundamental para a produção e reprodução das relações sociais. É assim que em meados de 1840, ao se deparar com uma Inglaterra industrial, de “capitalismo constituído”, vai entender a polarização social como um processo concomitante à emergência da cidade moderna, ou seja, um processo que se expressa enquanto fenômeno inerente à produção e reprodução social do sistema capitalista. É em *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, com um capítulo inteiramente dedicado aos problemas das grandes cidades, que Engels se mostra como um dos primeiros teóricos a evidenciar, justamente, que os aspectos contraditórios deste modo de produção também se expressam e se condicionam em termos habitacionais, espaciais.

Conforme veremos nas páginas a seguir, para a perspectiva materialista as concepções de tempo e espaço são necessariamente criadas através de práticas e processos materiais que servem à produção e reprodução da vida social. Contudo, em se pensando no modo de produção capitalista, não podemos nos esquecer de que este apresenta como característica peculiar a permanente

mudança de suas práticas e processos materiais de reprodução social, já que é obrigado a revolucionar incessantemente seus meios de produção para aumentar a produtividade (MARX, 1985). Disso decorre que as qualidades objetivas e os significados de tempo e espaço também se modificam e essas transformações podem ter consequências para a organização da vida diária (HARVEY, 2005).

Por conseguinte, o espaço urbano, continua a merecer olhares mais atentos para a complexidade que se revela no mundo contemporâneo. Mesmo sem o intuito de realizarmos uma análise exaustiva sobre o espaço urbano enquanto objeto de estudo (uma vez que este não é o foco principal de nossa pesquisa), faz-se necessário uma breve retomada do que consideramos como algumas das principais teorias desenvolvidas em torno da temática urbana, sobretudo as que levam em conta (ou pelo menos, tentam levar) as contradições presentes neste objeto vivo, já que vão de encontro com nossos pressupostos, elucidados ainda na introdução deste trabalho. Neste sentido, é justificável o destaque que a abordagem marxista recebe nas páginas a seguir.

1.1 – *Produção do Espaço Urbano: debate de alguns enfoques*

Podemos afirmar que a necessidade de uma abordagem marxista que considere os vários níveis de organização social, inclusive o político e o cultural, tanto quanto o econômico, levou a análise social a conceituações amplamente fundamentadas da articulação sociedade/espaço.

Henri Lefebvre seria um dos primeiros teóricos da problemática urbana a considerar em suas análises, de fato, as diferenças e contradições de uma organização social maior, que, de maneira dialética, se mostra latente nas manifestações espaciais de nossa sociedade:

“espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise de suas contradições. [...] De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, *concentrado e poli(multi)cêntrico*.” (LEFEBVRE, 2004, p. 46)

Para o autor, este objeto de estudo, para mais do que uma abstração científica, ultrapassa o empírico (constatável), conduzindo-nos à interação com o concreto, com a vida cotidiana, com a prática (LEFEBVRE 1969; 2004). Levando a sério a idéia de que o pensamento crítico só é válido se tentar abrir uma brecha na via do possível, explorando assim um terreno que não seja simplesmente o do “real”, do realizado, este autor encara o espaço não só enquanto uma construção material (produto), mas também como algo que exprime as relações sociais, e, ao mesmo tempo, reage sobre elas - já que “*o urbano se define como lugar onde as diferenças são conhecidas e, ao serem reconhecidas, postas à prova.*” (LEFEBVRE, 2004, p. 93). Assim, para este autor, tanto quanto os processos sociais gerais, a vida cotidiana, expressão do agir humano, produz o espaço.

Desde seus primeiros estudos sobre o espaço urbano (1969; 1970), este autor francês busca questionar as reduções e enrijecimentos do pensamento marxista como é o caso do economicismo e das abordagens de cunho estruturalistas, um tanto quanto impermeáveis ao pensamento dialético¹⁰. Ao considerar que “*mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado*” (LEFEBVRE, 2004, p. 129), seus trabalhos orientam-se por levar o pensamento marxista a reconhecer o papel fundamental que o espaço urbano e as relações de propriedade desempenham na sustentação do sistema capitalista.

¹⁰ Sobre este aspecto conferir, por exemplo, *Debate sobre o Estruturalismo* (1968), especialmente o artigo de Lefebvre: “Sobre uma interpretação do marxismo: Louis Althusser”.

Entrando mais a fundo em sua argumentação, podemos afirmar que Lefebvre (2004) defende que, a despeito de como esta dimensão vem sendo comumente concebida pela economia política marxista, há que se considerar que a realidade urbana não é uma “superestrutura”; nem tampouco um simples resultado do crescimento e das forças produtivas. Ela modifica as relações de produção, já que a sociedade também se reproduz através do espaço. Em suma: o modo de produção capitalista sobreviveu até hoje, em parte, por seu uso do espaço como um reforçador das relações sociais necessárias à sua manutenção. Ou seja, o espaço está longe de ser algo neutro ou não-político. Não obstante, a problemática urbana não pode ser entendida enquanto for considerada como um subproduto da industrialização, já que esse olhar homogeneizante não permite que se encare o urbano enquanto campo altamente complexo de tensões e conflitos.

Como se vê, Lefebvre é precursor de um tipo de pensamento que defende que as relações socioespaciais representam uma fonte de constantes contradições que requerem análises em seus próprios termos. Eis a importância de se entender o espaço e sua produção.

Tendo este legado teórico produzido certa influência em toda a análise do espaço urbano, podemos afirmar que desde as décadas de 1960 e 1970 a análise urbana marxista se desenvolve mediante a interação de uma diversidade de perspectivas críticas¹¹. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, por pensadores divergentes a Lefebvre como é o caso de Castells. Não podemos negar que ambos os autores contribuem para um melhor entendimento do espaço urbano,

¹¹ Sobre este aspecto confira-se, por exemplo Castells (1983), Lojkine (1981), Harvey (1980; 1982; 2005; 2006) e tantos outros estudiosos do espaço urbano de abordagem marxista.

destacando aspectos relevantes da temática, não podendo, inclusive, serem tomados como posicionamentos teóricos necessariamente excludentes. Assim, - e considerando-se que não é o principal objetivo desta dissertação uma análise exaustiva de tais concepções - cabe realizarmos uma breve exposição crítica acerca do que consideramos como o principal trabalho de Castells, mesmo sabendo que em tal tarefa corramos sempre o risco de reducionismos injustos. Portanto, nas linhas a seguir realçaremos suas contribuições e (o que nos parecem ser) seus limites.

Escrito originalmente entre 1969/1970, em *A Questão Urbana* Castells busca realizar uma crítica às principais contribuições das Ciências Sociais ao estudo desta temática, acusando os estudos anteriores de terem tratado tal problemática de forma ideológica. Com este propósito bem definido, tenta reconstruir um esquema teórico capaz de entender os processos sociais subjacentes à problemática urbana, realizando uma série de investigações empíricas. Dessa forma, diferentemente de Lefebvre (1969; 2004), que busca levar o pensamento marxista a reconhecer o papel fundamental que o espaço urbano desempenha na sustentação do sistema capitalista, Castells (1983) busca prolongar conceitos fundamentais do materialismo histórico (como é o caso da estrutura social e luta de classes) no campo da análise do espaço.

Ao tentar compreender os processos pelos quais o espaço se estrutura, Castells (1983) entende que este não está organizado ao acaso; ou seja, para este autor, ao estudarmos o espaço, como qualquer outro objeto real, temos que estabelecer as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e transformação, assim como desvendar sua articulação com outros elementos de

uma realidade histórica. Dessa forma, para Castells não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral.

Na verdade, apesar de ao longo de toda sua tese o autor estar sempre nos alertando que não considera o espaço urbano simplesmente como um desdobramento da estrutura social (e sim a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica), enxergamos que Castells (1983) não escapa muito do que tenda refutar, caindo na armadilha epistemológica de encarar o espaço urbano como, meramente, uma estrutura subordinada. Para o autor, esta estrutura estaria intimamente ligada ao processo de reprodução da força de trabalho:

“É esta estruturação interna do processo de reprodução coletiva da força de trabalho que nós chamamos ‘estrutura urbana’. Ela é composta da articulação específica de instâncias econômicas, políticas e ideológicas de modos de produção na formação social, *no interior do processo de reprodução coletiva da força de trabalho.*” (CASTELLS, 1983, p. 479).

Não obstante, o autor tenta apreender o espaço de maneira conjunta, pensando-o como um todo, não se restringindo apenas à sua dimensão urbana. Para aprofundar sua análise, desdobra alguns temas (como é o caso do planejamento urbano e movimentos sociais urbanos) tentando sempre encontrar referências na realidade empírica que forneçam evidências para a teoria formulada. Entretanto, por muitas vezes sua análise chega ao limite do que podemos chamar de um sistema fechado, já que está muito centrado em suas próprias causas.

Afora sua contribuição teórico-metodológica, outro ponto que não deve ser esquecido em *A Questão Urbana* é a crítica que o autor faz a Lefebvre. Dentre outras coisas, Castells não concorda que a cotidianidade possa ser a fonte de novas formas de contradição na prática social, mais que a expressão de relações

de classe. Assim, acusa Lefebvre de ser a “*expressão mais notória desta ‘versão de esquerda’ das teses ideológicas sobre a sociedade urbana*” (CASTELLS, 1983, p. 114).

Em contrapartida a essa crítica, compreendemos que qualquer obra deve ser lida levando em conta o momento em que foi escrita, o que, em se pensando em *A Questão urbana*, significa dizer o auge da abordagem marxista de leitura althusseriana¹². Também não podemos ignorar o fato de que no Posfácio do livro em questão, Castells revê algumas categorias utilizadas, enfatizando, inclusive, que sua discussão de estrutura urbana é um tanto quanto frágil. Todavia, vale ressaltar que esses breves apontamentos sobre alguns limites analíticos de Castells (1983) não nos impedem de reconhecer sua contribuição ao estudo do espaço urbano. De toda forma, Castells colaborou em muito para a reflexão sobre a complexidade do espaço urbano na sociedade contemporânea, rompendo com leituras mais simplificadoras. Contudo, enxergamos que toda a investigação de Castells está permeada por um sistema mecânico: a busca de uma estrutura cristalizada para a explicação da realidade. Ou seja, defendendo de maneira veemente a capacidade transformadora de sua metodologia, o autor chega a não perceber que acaba tentando captar essa estrutura, - viva, conflitante e contraditória, porque inerente às relações sociais - por meio do congelamento de seu movimento. Um tanto quanto paradoxal, quando se toma como ponto de apoio e justificativa teórica a dialética de luta de classes. Como solução para esse impasse epistemológico, Castells acredita que seja necessária a introdução de

¹² De maneira breve, podemos dizer que as teses de L. Althusser pretendiam ser uma renovação na filosofia, sobretudo da teoria marxista, eliminando seu caráter “ideológico”, atribuindo-lhe uma estruturação mais “científica”. Detalhes dessa argumentação encontram-se, por exemplo, em *Ler o Capital* (ALTHUSSER; RANCIÈRE; MACHEREY, 1979).

uma análise sobre os agentes sociais capazes de conferir a dinâmica contraditória da luta de classes dentro desse quadro. Assim, defende, sobretudo, o caráter político das manifestações urbanas, acreditando no papel central do Estado no processo de urbanização. De certa forma é esta a novidade do livro aqui em questão, e um dos seus aspectos mais relevantes: Castells traz para os estudos urbanos a emergência do campo teórico da política urbana.

Neste ponto, não podemos deixar de citar Jean Lojkine, autor de influência marxista preocupado com a temática urbana e sua íntima relação com temática da política estatal. De maneira mais precisa, podemos dizer que Lojkine (1981) defende que devido às transformações do sistema capitalista temos que estabelecer uma relação rigorosa entre a análise materialista deste modo de produção e o conceito de Estado para uma plena compreensão da realidade social contemporânea. Sendo assim, acredita que o Estado, bem como as classes sociais ou o processo de urbanização (presentes apenas de forma indireta na exposição marxiana) merecem o mesmo vigor teórico que outros conceitos contemplados em *O Capital* (LOJKINE, 1981). É dessa maneira que o livro *O Estado Capitalista e a Questão Urbana* parte da hipótese de que a urbanização, como forma desenvolvida da divisão social do trabalho, é um dos determinantes fundamentais do Estado. Ou seja, acreditando que o urbano, para mais do que um campo de aplicação da política estatal, é um componente fundamental da análise social, Lojkine tenta ultrapassar o caráter aparentemente marginal deste – percebido enquanto um componente secundário da esfera “social” – através de uma tentativa de elucidar o papel essencial da urbanização na análise do Estado.

De forma um pouco mais detalhada, podemos desenvolver que Lojkine (1981) acredita que não se pode separar a análise do Estado capitalista da análise

da divisão técnica e social do trabalho. É justamente tentando estabelecer um vínculo entre as principais características da socialização das forças produtivas de sua época e o Estado que este autor reconhece a importância do urbano dentro disso tudo. Para Lojkine a urbanização capitalista permite que o Estado se torne o principal agente da socialização das relações de produção. Em suas palavras:

“Não considerar a urbanização como elemento-chave das relações de *produção*, reduzi-las ao domínio do “consumo”, do “não-trabalho”, opor reprodução da força de trabalho – pela urbanização – a dispêndio do trabalho vivo – na empresa – é, ao contrário, retomar um dos temas dominantes da ideologia burguesa segundo a qual só é “produtiva” a atividade de produção da mais-valia. Ora, a nosso ver, as formas contraditórias do desenvolvimento urbano, do modo como são refletidas e acentuadas pela política estatal, são justamente a revelação do caráter ultrapassado da maneira capitalista de medir a rentabilidade social através apenas da acumulação do trabalho morto.” (1981, p.122)

Ou seja, para o autor, longe de ser um fenômeno menor, a urbanização desempenha papel tão importante quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção. Marx (1985) demonstrou que uma das características imprescindíveis ao desenvolvimento da acumulação capitalista seria a de que este modo de produção é obrigado a revolucionar incessantemente seus meios de produção para aumentar a produtividade. Para Lojkine (1981), quando Marx se refere às *condições gerais de produção*, não parece dar-lhe um sentido que possa ser logo aproximado do fenômeno urbano. Assim, nos tempos atuais essa limitação torna-se discutível, uma vez que surgiram outros fatores também importantes, tornando-se assim “outras tantas *condições necessárias*” à reprodução das formações capitalistas contemporâneas (LOJKINE, 1981).

Ainda conforme a argumentação de Lojkine (1981), a urbanização característica do que ele chama de capitalismo monopolista pode ser definida como a forma mais desenvolvida da divisão do trabalho material e intelectual: enquanto para Marx (1993) os dois termos espaciais desta oposição são a cidade (entendida como a concentração de população, dos instrumentos de produção, do

capital, dos prazeres e das necessidades) e o campo (que isola e dissemina esses mesmos elementos), Lojkine defende que contemporaneamente essa oposição é muito mais materializada pela segregação espacial entre os grandes centros urbanos e as “zonas periféricas”, onde estão disseminadas as atividades de execução e os lugares de reprodução empobrecida da força de trabalho.

Assim, para Lojkine, o planejamento urbano e a política estatal, aparentemente desunidos, agem em conjunto num processo de distribuição segregativa dos meios de consumo coletivo. São exemplos destes últimos as habitações, áreas verdes, escolas, hospitais, centros culturais, centros de pesquisa etc. – ou seja, todos aqueles meios de consumo que ofereçam:

“a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em *compra de forças de trabalho e de meios de trabalho* que só funcionam no processo e consumo. São portanto despesas indispensáveis para transformar o resto do capital variável em salário, e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final.” (LOJKINE, 1981, p. 129)

Numa rápida comparação das abordagens de Lojkine (1981), Castells (1983) e Lefebvre (1969; 2004) sobre o espaço urbano e o Estado, temos que enquanto Lojkine e Castells se concentram no estudo da influência direta do Estado no espaço urbano, Lefebvre acredita que é preciso centrarmos nossas atenções nas ações conjuntas do Estado e da economia em pulverizar o espaço social através de desenvolvimento e planejamento urbano.

Para Lojkine (1981), longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. Tal é, segundo este autor, o

desafio sociológico fundamental que se esconde sob o problema da *distribuição social e espacial desigual dos meios de consumo coletivos*.

É, portanto, seguindo esta linha argumentativa que Lojkine se opõe à Castells. Segundo o autor de *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, Castells concede pouca importância às práticas dos atores; os indivíduos, as “vontades individuais” não passam de “representantes de classes”, classes essas que são funções do processo global da produção.

Talvez a descoberta mais fundamental de Lojkine (1981) esteja em tratar de maneira tão profunda a temática da segregação socioespacial. Contudo, muitas vezes, sua análise fica na fronteira de uma abordagem simplista do espaço urbano: tratando do que chama de “natureza da segregação social”, Lojkine defende que longe de ser imutável através dos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, ela aparece profundamente especificada pelas principais características do estágio monopolista. Tendo essa como uma de suas principais hipóteses, fica difícil não cair num tipo de análise que liga, de maneira direta, determinada fase do capitalismo com a um tipo específico de cidade (ou forma urbana). O que estamos tentando dizer é que não significa que as colocações de Lojkine (1981) sejam demasiadamente superficiais, significa apenas que elas devem ser utilizadas com as devidas precauções. Há que se ter claro que essas relações são mais contraditórias do que pode supor uma análise menos prevenida.

De qualquer modo, apesar dos aspectos relevantes da obra de Lojkine, podemos apontar que, ao se adotar uma abordagem como esta, é essencial que sejam constantemente revistas suas formulações, conceitos e amplitude para que não se cristalize uma teoria como forma de “apreender” o espaço urbano

meramente enquanto um subproduto – seja do Estado, da política, da economia, da industrialização, ou mesmo, do próprio capitalismo – ignorando, assim, que se trata de uma dimensão social recheada de tensões, nuances e conflitos, e, porque viva, em incessante transformação.

Com efeito, em se tratando de estudos mais recentes, a proposta de Harvey (2005) parece caminhar nesse sentido de considerar constantemente as transformações sociais. Apesar de não tratar de forma direta a temática urbana, *Condição Pós-Moderna*, escrito originalmente em 1989, mostra-se uma leitura indispensável para a plena compreensão da relação entre as mudanças culturais e a dinâmica da economia política. Tendo como um de seus principais pressupostos a idéia de que:

“o ambiente construído constitui um elemento de um complexo de experiência urbana que há muito é cadinho vital para se forjarem novas sensibilidades culturais. A aparência de uma cidade e o modo como seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais.” (2005, p. 69)

Harvey procura realizar um profundo estudo sobre as mudanças nas práticas culturais e político-econômicas (entendidas enquanto uma condição histórica), vinculada à emergência de novas maneiras dominantes de se experimentar o tempo e o espaço.

De maneira geral, Harvey (2005) defende que passamos por um período de transição histórica, porém, ao contrário do que se pode imaginar, este processo está longe de ser algo acabado, completo. O autor alerta para o fato de que as atuais tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte; mas o fordismo¹³, que as precedeu, também não.

¹³ Harvey designa por fordismo o sistema de produção em massa introduzido por Henry Ford no início do século XX, em Michigan (EUA). Para Harvey, mais do que um sistema de produção em massa, o fordismo difundiu um modo de vida, calcado no consumo em massa. Para maiores

Assim, a certeza que se tem é de que alguma coisa mudou no modo de funcionamento do capitalismo desde a década de 1970, embora a lógica inerente de sua acumulação e de suas tendências de crise permaneça a mesma.

De maneira um pouco mais detalhada, Harvey (2005) acredita que as mudanças nas práticas político-econômicas estão intimamente ligadas às práticas culturais. Adotando a tese de que com o fordismo houve uma necessidade de se elaborar um novo tipo de homem, adequado ao novo tipo de trabalho e de produção, o autor vê neste processo (sobretudo no período Pós-Segunda Guerra Mundial) um modo de vida, mais do que um sistema de produção em massa, já que pregava não só a padronização do produto, mas também a do consumo.

Por conseguinte, as desigualdades resultantes produziram tensões sociais e uma situação de difícil sustentação, diante do aumento das expectativas alimentadas pela criação de necessidades e da produção de um novo tipo de sociedade de consumo. O Estado agüentava a carga de um crescente descontentamento, uma vez que a legitimação do poder dependia da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos. Assim, para o autor, o crescimento do capitalismo do pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e redirecionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis¹⁴. Para se manter democráticas e capitalistas, as políticas do pós-guerra

detalhes confira o capítulo 8 de “*Condição Pós-Moderna*”; ou ainda Pinto (2003), especialmente o capítulo “O sistema de organização do trabalho taylorista e fordista”.

¹⁴ Não podemos nos esquecer de que Harvey está tratando aqui de experiências internacionais, sobretudo de experiências de países do núcleo do capitalismo. Sobre este aspecto Oliveira (2001) chama atenção para o fato de que, no caso brasileiro, o “desmanche” do que chama de simulacro do Estado de Bem-estar chegou antes do “edifício estar em pé”. Em suas palavras: “*se o simulacro formalizou as condições para uma acumulação primitiva, sendo a forma da ‘revolução passiva’ na periferia, o ‘desmanche’ não põe em seu lugar formas democráticas mas, ao contrário, corre o risco de transformar-se em totalitarismo num sentido bem preciso: um estado de ‘exceção*”.

tinham de tratar de questões de pleno emprego, habitação decente, previdência social, bem-estar. Essa experiência de produção e planejamento em massa, e mesmo de um programa de reconstrução e de reorganização, também se refletia no tecido urbano (HARVEY, 2005).

Ainda segundo a argumentação de Harvey (2005), as décadas de 1970/80 foram um conturbado período de reestruturação econômica, social e política. Trata-se da passagem para um regime de acumulação novo, a “acumulação flexível”, que se confronta diretamente com a rigidez do fordismo. Esse novo regime de acumulação se apoiaria na flexibilidade dos processos de trabalho, produtos e padrão de consumo. Haveria a emergência de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, novas taxas de inovação comercial, tecnológicas e organizacionais. Ademais, esse novo regime é caracterizado por uma rápida mudança nos padrões de desenvolvimento desigual (tanto em termos de setores, quanto em termos de regiões geográficas), criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do “setor de serviços” (HARVEY, 2005).

Ou seja, nos termos de Harvey, este novo tipo de “compressão do espaço-tempo” tem fortes conseqüências para o processo produtivo, já que permite que os empregadores exerçam pressões mais rígidas de controle da produção, além de se refletir em altos níveis de desemprego, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical. Outras características ainda seriam: redução do emprego regular; crescente uso do trabalho em tempo parcial, subcontratado ou temporário. Permitiu também uma

permanente’ onde nenhum direito é assegurado. Dito de outra forma, [...] nosso processo é a ‘vanguarda do atraso’, enquanto no caso do núcleo dinâmico é o ‘atraso da vanguarda’.” (p. 16).

aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos especializados de mercado. Ademais, o tempo de giro foi reduzido de modo drástico pelo uso de novas tecnologias produtivas e formas organizacionais (HARVEY, 2005).

De outro ângulo, para o autor a acumulação flexível também se caracteriza como um processo que dá extrema atenção às modas fugazes e promove a mobilização de inúmeros artifícios de indução de necessidades, implicando um complexo processo transformação cultural. Em outras palavras, para Harvey, o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, processos de trabalho e mercados de consumo, acompanhado por uma intensa inovação tecnológica, produtiva e institucional, o que também tem profundas implicações nas práticas culturais. Assim, a acumulação flexível tem de ser considerada como uma combinação particular de elementos já conhecidos da lógica geral da acumulação do capital (HARVEY, 2005).

É claro que além de Harvey, muitos são os autores que reconhecem que a cidade e o espaço urbano têm sido influenciados pelos processos que acompanham o desenvolvimento do capitalismo e das relações sociais em escala mundial.

Neste sentido, sobretudo com a emergência do debate sobre o processo conhecido como “globalização”, surgem diferentes formas de abordagem do espaço urbano, principalmente a partir da década de 1990. A hipótese da “cidade global” (SASSEN, 1991), por exemplo, postula a transformação do papel das cidades que passam a integrar as redes de economia mundiais, mudando assim a divisão social (e espacial) do trabalho, devido ao declínio da atividade industrial,

bem como à expansão das atividades financeiras e de serviços. Segundo esta visão, as grandes cidades estariam passando por um profundo processo de reestruturação, devido ao impacto das transformações da globalização da economia e, conseqüentemente, do mercado de trabalho. Esta nova estruturação variaria de acordo com a posição de cada cidade neste novo sistema urbano criado pela integração mundial das economias nacionais, observando-se, porém, uma dinâmica de transformação comum a todas elas: a emergência de uma nova estrutura social, caracterizada não só pela concentração de renda e expansão de segmentos ricos e segmentos pobres, como por uma contração da classe média.

Ou seja, segundo o modelo da “cidade global” - difundido, sobretudo, por Sassen - a globalização das economias urbanas levaria a uma estrutura social dual. O fator principal que desencadearia todas essas transformações seria a segmentação do mercado de trabalho que, ao se deparar com uma economia urbana global, passaria a abrigar empregos altamente qualificados e bem remunerados, decorrentes do novo papel de articulação das cidades na rede de economia mundial; paralelamente, também coexistiriam nesses espaços empregos de pouca qualificação e remuneração, resultantes, principalmente, do aumento da demanda por serviços pessoais, com a expansão e surgimento das camadas de mais alta renda. Essas mudanças resultariam, pois, numa “nova ordem espacial”, que teria como característica principal uma estrutura urbana polarizada.

Para Preteceille (2000), o sucesso do modelo da cidade global se deve, em muito, à sua proposta de explicação estrutural para o processo de dualização social e espacial – que atualmente marca as representações comuns da grande cidade. Outro fator que também ajudaria para a difusão desse tipo de abordagem

seria o esforço de Sassen em estabelecer uma relação entre as transformações econômicas e as transformações da estrutura social. Contudo, Preteceille nos lembra que é exatamente aí que reside um dos pontos mais frágeis deste tipo de análise, já que em Sassen a atual estrutura social do espaço urbano é interpretada como efeito *direto* das tendências mais recentes da reorganização da economia. Além disso, Preteceille relativiza a idéia da existência da dualização. Ou seja, para Preteceille, se é que esse processo existe, não pode ser considerado, unilateralmente, como consequência da globalização.

Também contrário ao modelo da “cidade global”, Ribeiro (2000) acredita que com as atuais transformações socioeconômicas, as cidades podem até estar mais homogêneas e duais quando examinadas em escala macro; porém, apresentam-se mais fraturadas, em escala micro.

Particularmente, acreditamos que no modelo da “cidade global” é dada demasiada importância aos efeitos do econômico sobre o conjunto do espaço urbano, em detrimento de outros elementos importantes, como por exemplo as tendências históricas de cada cidade. Além disso, fica evidente que Sassen (1991), diferentemente de Ianni (1992; 1997; 2002), não considera o processo de globalização como algo mais amplo e profundo que atinge as relações sociais como um todo. Pelo contrário, em sua análise, Sassen dá uma ênfase excessiva aos aspectos econômicos de algo que se apresenta como um processo de maiores dimensões.

É evidente que a abordagem da “cidade global” tem seus méritos também. Ela nos auxilia, por exemplo, na compreensão das cidades no âmbito do capitalismo contemporâneo: a cidade global não pode ser entendida considerando-se apenas seus aspectos internos, já que sua dinâmica urbana e,

principalmente econômica, está interligada com todo o planeta e, portanto, transcende a concepção que encara cidade enquanto algo endógeno, fechado em sua própria dinâmica.

No entanto, acreditamos que a perspectiva proposta por Gottdiener (1993) seja mais completa, uma vez que permite analisar a complexidade das relações sociais no espaço urbano, não se restringindo apenas à esfera econômica. Na verdade, a teoria da *produção social do espaço urbano* de Gottdiener, apesar de tratar das atuais transformações socioespaciais, não trata diretamente da “globalização” como fez Sassen. Não obstante, reconhecendo que frente às implicações sociais, políticas e econômicas atuais, bem como frente à atual forma de organização sócio-espacial, os estudos urbanos clássicos apresentam-se ultrapassados, este trabalho de Gottdiener aparece como uma tentativa de análise crítica de tais abordagens – e é exatamente neste sentido que pode, em muito, contribuir para nosso estudo.

De acordo com este autor os campos do que ele chama de “ciência urbana” exigem uma reconceitualização, pois os padrões de organização espacial mudaram. Os estudos urbanos, em geral, têm a premissa básica de que os padrões do espaço de assentamento correspondem à ação de forças profundas de organização social. Se se desenvolveu uma forma qualitativamente nova de espaço, isso implica que também o próprio modo de organização social mudou¹⁵. Assim, além de substituir a atual crítica da ciência urbana, é necessário explicitar a maneira como se transformou a estrutura da organização social.

¹⁵ É importante frisar que, para Gottdiener (1993), esse processo de transformação espacial e transformação na organização social, mais do que uma relação direta de causa e efeito, ocorreu conjuntamente, onde ambas as transformações faziam parte de um conjunto dialético em que a parte se define por seu outro.

A análise “convencional” da produção do espaço acredita que os padrões de crescimento da cidade advêm dos processos de equilíbrio entre desenvolvimento tecnológico e transformações de ordem demográfica: explicam-se, sob este ponto de vista conformista, tanto o desenvolvimento desigual, quanto as desigualdades socioespaciais (GOTTDIENER, 1993). Contudo, a compreensão de todo este processo apenas é atingida de maneira plena, de acordo com o autor, através da observação das ações sociais, movidas por interesses específicos que determinam as formas do espaço urbano.

Uma outra implicação das transformações no urbano – e, em decorrência, para as teorias que abordam esta temática - seria, de acordo com Gottdiener, a de que a complexidade funcional da sociedade contemporânea é encarada atualmente como se se distribuísse no espaço. Assim, diz-se que a ordenação *espacial* de pessoas e atividades situa-se no centro de uma grande quantidade de problemas contemporâneos associados com a vida metropolitana. Contudo, para Gottdiener (1993) a ordenação espacial é, muitas vezes, vista de maneira ideológica, através do que ele chama de “paradigma convencional predominante”, o qual enxerga nessa distribuição tão somente uma consequência inevitável da competição socioeconômica e da diferenciação funcional.

Com efeito, o autor defende que quase todos os textos sociológicos relutam em abandonar uma dependência de críticas antiquadas e em analisar a morfologia espacial contemporânea. Essa morfologia não seria apenas a cidade que se ampliou, mas uma forma qualitativamente nova de espaço de assentamento.

Tendo todas essas considerações como premissa, Gottdiener (1993) tenta forjar uma nova síntese das diferentes abordagens sobre o tema da vida contemporânea e o habitat urbano. Para tanto tenta discutir algumas áreas da

Sociologia Urbana como: a dinâmica dos atuais processos sociais de desenvolvimento metropolitano e regional; o papel do Estado na construção e manutenção do crescimento da cidade; o papel da ideologia no ofuscamento e mascaramento dos processos reais que atuam na reestruturação do espaço de assentamento; e os padrões de organização social responsáveis pela produção de espaço na sociedade contemporânea.

Embora alguns estudiosos tenham-se dedicado incansavelmente à descrição dos padrões socioespaciais contemporâneos, não chegaram a um acordo no tocante à relação básica entre os modos pelos quais a sociedade atual produz desigualdades sociais e suas manifestações espaciais (GOTTDIENER, 1993). Um dos propósitos da discussão proposta por Gottdiener é, exatamente, demonstrar a relação profunda entre esses dois aspectos estruturais do desenvolvimento desigual. Assim, a questão central de sua argumentação é que o estudo dos problemas econômicos, políticos e sociais que constituem o ponto fundamental do programa de pesquisa urbana se viu dominado por uma perspectiva espacial básica, constituída regionalmente e considerada uma análise de padrões de distribuição específicos da localização. Como já dito, essa pesquisa se caracteriza, por um lado, pelo uso progressivo da distribuição espacial como um meio de discutir problemas urbanos, mas, de outro lado, por uma resistência em debater a maneira pela qual esses padrões socioespaciais são produzidos mediante a ação combinada do que chama de forças sistêmicas na sociedade.

Desta última questão decorre que é urgente para a sociologia urbana a construção de um paradigma de explicação novo, crítico de fato. Para Gottdiener, de acordo com a “perspectiva convencional”, sabemos o que está ocorrendo; contudo, não temos pleno conhecimento de suas causas. Isso não quer dizer que

não existam teorias urbanas: exatamente por isso, o autor de *A Produção Social do Espaço Urbano* usa as argumentações dos principais estudiosos do espaço urbano como ponto de partida, para construir uma nova síntese de idéias sobre o atual crescimento e organização do espaço urbano.

Assim, para sustentar esta argumentação, Gottdiener reconstrói as perspectivas dos estudos urbanos contemporâneos, através da releitura crítica dos clássicos da Geografia, Economia e Sociologia Urbanas, bem como da Economia Política Marxista¹⁶. Na segunda parte do livro aqui tratado, o autor analisa as teorias sobre o urbano de Manuel Castells e Henri Lefebvre, uma vez que considera que esses autores têm uma concepção mais ampla da articulação entre sociedade e espaço. Por fim, inspirado na teoria da produção do espaço urbano de Lefebvre (mas com a incorporação de observações de outras abordagens), Gottdiener propõe uma nova interpretação para as transformações sociais que dão ao espaço urbano a sua feição atual.

Essa nova perspectiva explicaria, sobretudo, de que modo se efetuaram as transformações da organização social e quais os aspectos desta reorganização social responsáveis pela reestruturação do espaço urbano na forma de “desconcentração metropolitana¹⁷”. Esta nova forma do espaço urbano apareceria, portanto, como resultado de um novo tipo de organização social, cuja dinâmica as teorias de produção do espaço anteriores parecem incapazes de explicar em sua complexidade. Assim, para Gottdiener (1993), boa parte dos textos de Sociologia

¹⁶ Neste sentido, é interessante nos remetermos aqui a Santos (1994) que lembra justamente que nos tempos atuais “como tradicionalmente feitos, a geografia urbana e os estudos urbanos se tornam insuficientes, razão por que é proposta análise em que a geografia urbana, o urbanismo e outras disciplinas do espaço, incluindo o espaço urbano, sejam objetos de análise que passe pela economia política.” (p.120).

¹⁷ Para o autor desconcentração metropolitana se refere ao aumento da densidade de atividades sociais, bem como o aumento absoluto de população, em áreas fora das tradicionais regiões citadinas.

Urbana traz análises que não oferecem ao leitor uma discussão sobre aspectos da organização social que possa tê-los produzido.

A nova abordagem construída por Mark Gottdiener, denominada *produção social do espaço*, tenta elevar o elemento espaço ao ponto principal de análise, junto com as atividades da economia e do Estado. Isso significa que a forma contemporânea de desconcentração metropolitana pode ser abordada principalmente como um modo histórico e socialmente específico do *design* que pode ser entendido se se captar as relações entre tais espaços e os elementos de organização social, como economia, política e valores ideológicos. Para Gottdiener, a intervenção do Estado, por exemplo, é contraditória por natureza: fadada a promover crescimento apenas *dentro* das coerções políticas e econômicas das relações sociais de produção existentes. Desse modo, a análise urbana de Gottdiener (1993) tenta se realizar como um entendimento generalizado dos processos que produzem, mantêm e reproduzem espaço de assentamento.

Posto isso, é importante frisarmos, ainda, algumas considerações do balanço crítico do autor em questão. É necessário assinalarmos aqui que, em sua análise, Gottdiener (1993) aponta algumas limitações da abordagem da economia política marxista do espaço urbano. Sendo assim, particularmente no que diz respeito ao nosso trabalho, convém, senão acatar essas críticas, ao menos levá-las em consideração.

Uma das críticas de Gottdiener à economia política marxista urbana, seria a de que este tipo de vertente teórica possui uma tendência positivista que busca desenvolver sua argumentação explanatória negando a atuação de outros fatores; Gottdiener lembra que causas distintas podem estar ligadas a efeitos distintos. Ou seja, de acordo com o autor em questão, grande parte das obras pautadas pela

economia política marxista possui a ênfase positivista em descobrir como alguns poucos fatores (por exemplo, as alterações na tecnologia dos transportes e comunicações) “causam” os fenômenos urbanos. A grande limitação está no fato destes teóricos - talvez de maneira ingênua - separarem a discussão da mudança urbana, dos aspectos mais amplos da economia, da política e da história (GOTTDIENER, 1993). É seguindo esta argumentação que Gottdiener critica os teóricos urbanos marxistas que adotam o conflito de classes como grande causa de todos os males do mundo capitalista (e dentre esses se destacaria Manuel Castells):

“Essa abordagem deixa de desenvolver a importante distinção entre capitalismo como uma totalidade, como um modo de produção organizado sistematicamente, e capitalismo como uma forma de sociedade dentro da qual o comportamento dos indivíduos segue as linhas de classe. Grande parte desta obra evita a análise dialética e apenas reproduz o pensamento convencional dentro de uma forma marxista, pois possui a mesma ênfase positivista em descobrir um ou dois fatores que ‘causam’ fenômenos urbanos. Invariavelmente, nesse modo de análise, considera-se que o fator trabalho é o principal determinante das decisões capitalistas sobre localização. Por conseguinte, a forma urbana é ‘explicada’ como um produto da luta de classes.” (1993, p. 80).

Um outro ponto destacado por Gottdiener seria o de que, muitas vezes, este tipo de abordagem cai num “funcionalismo endêmico”, o qual sugere que os eventos históricos servem às necessidades de capital, de modo que os efeitos benéficos são identificados como as causas da mudança, explicando, desta forma, as causas pelos efeitos. Por conseguinte, a importância da abordagem dita produção social do espaço é que ela procura unificar os vários campos da análise urbana através da observação de que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial. Para Gottdiener (1993), as formas espaciais são produtos contingentes da articulação dialética entre ação e estrutura, que estão sempre em movimento. Não são

manifestações puras de forças sociais profundas; em vez disso, constituem um mundo de aparências que a análise deve penetrar.

Um terceiro ponto a se considerar seria o de que um dos aspectos negativos da abordagem urbana marxista é que ela, muitas vezes, substitui a preocupação em explicar como o espaço é produzido por uma preocupação, mais limitada, acerca da forma pela qual se produzem os problemas urbanos. Assim, para Gottdiener (1993), a maioria desses teóricos urbanos, apesar de se dizerem marxistas, se concentram mais na análise de padrões de desenvolvimento econômico da sociedade, em detrimento do projeto revolucionário de transformação.

Por outro lado, para Gottdiener (1993), a principal contribuição da economia política marxista para a produção do espaço seria, exatamente, a insistência em declarar que sua análise possui uma disjunção epistemológica das categorias analíticas do que chama de “pensamento burguês”. Desse modo, apresenta-se como a corrente mais completa e fecunda para a abordagem de qualquer problemática social:

“Em resumo, os defensores do marxismo se distanciaram dos analistas convencionais, quando afirmaram que a contribuição fundamental de Marx foi entender, na esteira de Hegel, que as aparências e regularidades empiricamente observadas constituíam reflexões epifenomenais de relações sociais subjacentes e totalmente insensíveis.” (GOTTDIENER, 1993, p. 160).

Portanto, para Gottdiener, (seguindo Lefebvre) apesar de o marxismo se apresentar, sim, como uma abordagem mais completa na compreensão do modo de organização espacial de nossa sociedade, em geral, as abordagens até então existentes neste sentido não passaram de teorias limitadas, necessitando de uma revisão a partir de uma perspectiva centrada, de fato, nas contradições políticas, culturais e econômicas. Como o próprio autor afirma: “*A crescente sofisticação do*

método marxista requer uma teoria mais compreensiva, que detalhe a natureza da organização social e indique os processos pelos quais os elementos desse sistema vêm a ser distribuídos no espaço.” (GOTTDIENER, 1993, p. 106).

O que Gottdiener defende, assim, é que para se entender o modo como o setor da propriedade constitui ponto fundamental da produção espacial, é necessário considerar tanto as condições estruturais para as suas atividades, quanto os meios pelos quais atores separados se aglutinam em redes, tornando-se agentes no setor de propriedade (GOTTDIENER, 1993).

Assim, para Gottdiener, as críticas de Castells a Lefebvre possuem uma certa dose de legitimidade, pois este último, apesar de combater uma análise marxista que não fosse centrada na análise dialética, deixou de salientar a luta de classes, sem a qual não poderia haver qualquer tipo de vida cotidiana alternativa:

”A importância do espaço comunal para a vida cotidiana não pode, como afirmam muitos marxistas, ser reduzida a uma categoria da economia política. Nem o consenso coletivo nem o valor de troca são suficientes. O conceito de espaço social é dominado pela cultura, de sorte que a análise de qualquer vizinhança local deve enfocar o confronto entre valor de uso e valor de troca – a complexa articulação entre universos simbólicos de significado, acumulação de capital e espaço. Consequentemente, a perspectiva produção do espaço requer uma síntese entre a economia política marxista e a abordagem do espaço de Lefebvre. Isso porém, não constitui uma tarefa tão difícil quanto seria de esperar, pois as duas parecem complementar-se uma à outra.” (GOTTDIENER, 1993, p. 157).

Dada toda densidade argumentativa de Gottdiener, é essencial que acatemos o pressuposto fundamental desta obra: *“a tarefa que temos à nossa frente exige que se examine como as transformações capitalistas tardias afetaram o espaço e, por sua vez, como os novos espaços se articularam com o capitalismo tardio.”* (GOTTDIENER, 1993, p. 209).

Com as abordagens até aqui apresentadas, procuramos traçar um panorama geral de referência dos modelos analíticos que têm sido utilizados nos estudos sobre produção do espaço urbano, sobretudo do que consideramos como

os principais modelos analíticos de experiências urbanas internacionais e de abordagem marxista. Sempre é um desafio a utilização ou reexame de diferentes conceitos e perspectivas analíticas para um trabalho científico, assim, é necessário trazermos em destaque alguns elementos do acervo até agora por nós tratados e que servirão de base para as etapas seguintes de nosso estudo.

Apesar de sua importante contribuição para os estudos relacionados ao espaço urbano, talvez o estudo de Manuel Castells (1983) se mostre mais elucidativo para estudiosos das relações políticas urbanas ou movimentos sociais, por exemplo, do que para os que pretendam abordar a *produção* do espaço urbano – como é o nosso caso. Ao nosso entender (seguindo Gottdiener) Castells pouco desenvolve sobre a apreensão dos processos sociais que produzem uma determinada dinâmica urbana.

Dessa forma, em muito nos identificamos com os pressupostos de Henri Lefebvre, sobretudo no que diz respeito à posição de que o espaço urbano mostra-se enquanto uma dimensão indispensável para o processo de perpetuação do capitalismo. Acreditamos, pois, que compreendendo o espaço urbano, estaremos compreendendo a dinâmica social como um todo, já que estão intimamente relacionados.

Entretanto, não podemos nos esquecer de um ponto importantíssimo: tanto os escritos de Castells, quanto os de Lefebvre por nós aqui analisados, datam as décadas de 1960/70. Ora, apesar de estarmos tratando de marcos para o estudo do espaço urbano, não podemos ignorar a afirmação de Harvey de que nas últimas décadas o funcionamento do capitalismo, de alguma maneira, mudou. Isso quer dizer que aconteceram transformações de ordem cultural, assim como

também se transformou o próprio modo de se encarar as categorias tempo e espaço.

De maneira mais clara: se realmente acreditamos que o espaço está profundamente, ou melhor, dialeticamente relacionado com a sociedade, e se, também, acreditamos que nas últimas décadas houve uma profunda transformação econômico-político-cultural, isso quer dizer que também se transformou o espaço; este, já não é mais o mesmo. A forma urbana, seus usos, sua organização, o modo como o espaço urbano é produzido, as forças que o produzem, etc. já não são mais os mesmos. Logo, as teorias desenvolvidas sobre um tipo de espaço urbano característico das décadas de 1960/70 têm de, necessariamente, serem reexaminadas.

É exatamente aqui que entra a fecunda contribuição de Gottdiener. De fato, concordamos com inúmeras colocações deste autor. Concordamos, por exemplo, quando este diz que as abordagens de Lefebvre e de Castells são complementares, e não excludentes, pois, é preciso unir à análise dialética do espaço de Lefebvre uma pitada da discussão do conflito de classes. Concordamos também que é preciso sempre estarmos atentos para não separarmos a discussão da mudança urbana, dos aspectos mais amplos da economia, da política e da história. Mas, sobretudo, concordamos quando ele afirma que temos à nossa frente a tarefa de tentar compreender como as recentes transformações capitalistas afetaram o espaço e, por sua vez, como os novos espaços se articularam com este novo contexto. Acumulação flexível? Dispersão urbana? As questões apenas começam a ser elaboradas.

Acreditamos que nosso estudo de caso poderá ser um passo, modesto, mas adicional, na compreensão deste complexo processo.

Como o presente capítulo trata-se de um quadro teórico de referência para o desenvolvimento de um estudo sobre uma região metropolitana brasileira, a Região Metropolitana de Campinas, serão observados no próximo item, de maneira breve, alguns estudos voltados especificamente para as realidades urbanas de nossas cidades. Devemos ressaltar, ainda, que o presente trabalho não se propõe a construir paralelismos entre os processos de urbanização e metropolização verificados em países da Europa ou os Estados Unidos e o caso brasileiro, apesar das fortes conexões entre eles. Nossa intenção é simplesmente identificar os aportes teórico-metodológicos e os resultados empíricos que servirão de referência e base ao desenvolvimento de nosso estudo específico sobre o caso de produção do espaço urbano eleito para investigação, afinal, tal qual defende Maricato (2000), acreditamos que em qualquer estudo que envolva a problemática urbana é necessário a constante desconstrução das representações dominantes sobre a cidade. *“É preciso levar em conta o fosso que separa as idéias da prática e também o fosso que nos separa dos países centrais. A revisão dos conceitos pode ajudar a evitar o mimetismo.”* (MARICATO, 2000: 173). Para não cairmos em armadilhas teórico-metodológicas é preciso, a todo tempo, contrapor a história das idéias e a transformação da realidade empírica.

É o que tentaremos fazer ao longo de toda nossa pesquisa.

1.2 - Mobilidade espacial e dinâmica urbana: referências ao aporte teórico-metodológico adotado

Tomando toda a contribuição teórica das páginas anteriores, podemos afirmar que a abordagem da produção do espaço urbano torna-se ainda mais complexa quando se opta por introduzir, na tradicional análise desta temática, o

processo da mobilidade espacial. Ora, se as relações sociais produzem o espaço (ao mesmo tempo em que são condicionadas por ele), também, a dinâmica desse processo condiciona e induz os deslocamentos residenciais; estes últimos, por sua vez, alteram ou reforçam o padrão de produção espacial.

Sendo assim, a mobilidade espacial intrametropolitana é incorporada na presente análise, não como objeto de estudo em si, mas como um processo inerente à produção do espaço urbano - o que possibilita considerarmos a perspectiva da transformação permanente da realidade social, de que falávamos nas páginas anteriores. Dessa forma, a quantificação e a qualificação dos fluxos migratórios da Região Metropolitana de Campinas pode nos informar sobre a dinâmica de crescimento e a segmentação do espaço urbano, permitindo-nos avaliar, por exemplo, até que ponto determinados padrões de produção do espaço urbano são reforçados ou transformados através da mobilidade da população. Além disso, conforme coloca Santos (1994), *“toda análise urbana, para ser válida, deve apoiar-se em categorias que levem em conta, ao mesmo tempo, a generalidade das situações e a especificidade do caso que se deseja abordar”* (p. 125), julgamos que a análise e compreensão dos fluxos migratórios seja um instrumento adequado neste sentido.

Deste modo, o processo da mobilidade espacial - entendido aqui como importante componente do processo de organização social e, especificamente, da dinâmica urbana - perpassa toda a discussão, levantada anteriormente, em torno do espaço urbano enquanto campo altamente complexo de tensões e conflitos.

Neste sentido, mais uma vez, como forma de marcar as influências e as fontes de sugestões teóricas da presente pesquisa, veremos nas próximas linhas as principais abordagens que tratam, de alguma maneira, da problemática da

produção do espaço urbano no Brasil. Sem o objetivo de fazer uma resenha exaustiva dessa literatura, daremos destaque a algumas abordagens que tentam privilegiar a mobilidade espacial da população dentro da questão metropolitana e que constituem trabalhos inovadores sobre o tema para realidade brasileira. Servirão, pois, aqui, senão como referência, ao menos como contraponto - tanto teórico, quanto empírico.

Com efeito, encarando a habitação como um dos itens fundamentais para a reprodução da força de trabalho, Bógus (1980) buscou analisar os efeitos de um programa de reurbanização sobre a população residente numa determinada área da cidade de São Paulo, a Vila do Encontro, no final da década de 1970. Partindo da análise de formulários e entrevistas em profundidade, a autora apreendeu os efeitos contraditórios da ação estatal no espaço urbano. Segundo Bógus, o Estado favorece a especulação imobiliária ao não se questionar sobre quem realmente irá usufruir os benefícios sociais de seus projetos de urbanísticos: se com a implantação de um programa de reurbanização, as condições de vida dos indivíduos e famílias são melhoradas, por outro lado, o ônus de que se revestem essas melhorias é inacessível à grande parte daquela população a que supostamente se destinava tal programa de intervenção estatal.

Assim, a autora consegue captar dois movimentos diferenciados de deslocamento populacional, que contribuíram para interferir na configuração socioespacial da área em questão. Por um lado, a valorização imobiliária gerada pelo programa deflagra a expulsão da população de baixa renda que ali residia, em direção a espaços mais distantes; ao mesmo tempo, novas camadas da população, de maior poder aquisitivo, foram atraídas para a Vila do Encontro.

Vale destacarmos aqui a profundidade interpretativa de um estudo como este, sobretudo num momento em que ainda eram escassos trabalhos sobre a questão metropolitana nacional, já que a literatura brasileira em torno deste tema estava em fase de construção. Por se valer de um cuidadoso arcabouço teórico-metodológico a autora pôde entender de maneira minuciosa como se deu a interação de diversos elementos – a ação do Estado, capital imobiliário, valorização fundiária – que agem em conjunto na produção do espaço urbano.

Já numa perspectiva um pouco diversa da de Bógus, Cunha (1994), tenta compreender o processo de estruturação e consolidação da Região Metropolitana de São Paulo. Com o pressuposto de que o componente migratório tem papel decisivo na configuração do espaço, realiza uma profunda análise dos fluxos migratórios da década de 1970 na área escolhida para seu estudo, quantificando e qualificando a mobilidade residencial entre os diferentes municípios, sempre comparando as características da família migrante com as características das famílias nos locais de origem e destino - em especial no que diz respeito à renda, categoria sócio-ocupacional e ciclo vital. Além disso, o autor tentou destacar também aspectos ligados à relação existente entre tais movimentos migratórios e o processo de estruturação e formação daquela área metropolitana. Assim, defendeu que os condicionantes mais próximos da migração intrametropolitana seriam elementos ligados ao mercado de terra e ao mercado de trabalho. Podemos afirmar, portanto, que além de ser um trabalho exemplar no que se refere ao tratamento de dados censitários, trata-se de um dos primeiros estudos no Brasil a relacionar elementos estruturais responsáveis pelo processo de metropolização ao que o autor chama de “contrapartidas demográficas”.

Seguindo esta perspectiva de que as alterações na organização interna das grandes cidades têm, entre os elementos que constituem o espaço urbano, a contrapartida imediata das modificações na intensidade e no direcionamento do processo de redistribuição da população, Caiado (2006) realiza um estudo tentando avaliar as alterações na distribuição e no perfil socioespacial da população na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, associando esse processo ao de urbanização e estruturação urbana deste espaço. Assim, entende que o processo de estruturação interna de uma cidade se dá a partir da mediação entre fatores estruturais ligados ao processo produtivo e ao cotidiano das populações; em suas palavras: *“É a população, com sua dinâmica e características próprias, através das suas respostas aos fatores estruturais relacionados à produção do espaço, que dá forma à configuração socioespacial resultante desse processo.”* (CAIADO, 2006, p.09).

Também na mesma linha de Cunha, embora com abordagem teórica um pouco distinta, temos o trabalho de Lago (2000). Trata-se de um estudo desenvolvido em torno das desigualdades e segregação socioespaciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1970 e 1980 e que utiliza como uma de suas principais hipóteses a idéia de que as transformações sociais e espaciais ocorridas nos anos 80 apontam para a necessidade de revisão do modelo dual núcleo-periferia. A autora reconhece, pois, a mobilidade intrametropolitana como um processo inerente à estruturação do espaço urbano. Pela maneira como buscou quantificar e qualificar os movimentos migratórios intrametropolitanos, torna-se uma das principais referências para o trabalho desenvolvido aqui, sobretudo no que diz respeito ao modo como relaciona os dados censitários com

os processos de segregação e desigualdade socioespacial, buscando a todo momento cotejar a análise estatística com um refinado posicionamento teórico.

Por fim, embora trate apenas de maneira indireta da questão da mobilidade espacial, não podemos deixar de destacar aqui o trabalho de Ribeiro (1997), uma vez que surge como um importante referencial para a pesquisa que aqui estamos desenvolvendo, especialmente no que diz respeito à diferenciação do espaço. O estudo em questão tenta, pois, reconhecer os diferentes agentes que participam da produção e regulação do espaço (dentre proprietários fundiários, capital de incorporação, capital de construção, capital financeiro) e identificá-los na apropriação de lucros, juros, rendas e salários, tudo isso em conjunto com a análise do papel do Estado nas diversas fases de avanço das relações de produção capitalista sobre a construção e apropriação da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, Ribeiro defende que o preço do solo urbano é um reflexo da disputa entre agentes capitalistas para realizar o uso mais rentável da cidade. É, portanto, interesse do capital um permanente processo de diferenciação das moradias por localização, do ponto de vista físico, social e simbólico:

“a utilidade da moradia enquanto unidade central de consumo não é apenas definida pelas suas características internas enquanto objeto construído. Seu valor de uso é também determinado pela sua articulação com o sistema espacial de objetos imobiliários que compõem o valor de uso complexo representado pelo espaço urbano.” (RIBEIRO, 1997, p. 81).

De maneira sucinta, podemos apontar que, para Ribeiro, na sociedade capitalista a diferenciação das moradias por localização se dá devido a uma divisão econômica e social do espaço. Os fundamentos disso para o autor são, além da divisão do trabalho:

- 1) fatores naturais;
- 2) existência de equipamentos coletivos;

3) distância aos centros de emprego;

4) divisão simbólica.

Ribeiro encara a especulação imobiliária como resultado necessário das formas pelas quais se realiza a acumulação do capital na produção imobiliária, assim, em sua visão, capital e propriedade fundem-se na produção da cidade. O autor nos lembra também que a permissividade do setor público no que diz respeito a políticas habitacionais ou regulação do uso do solo também é constitutiva de um determinado padrão de acumulação.

Para o autor, o pensamento que tem sido dominante nas discussões sobre a questão urbana aponta o preço da terra como principal mecanismo econômico responsável pela constituição do espaço urbano e pela segregação social na cidade. A propriedade privada do solo é, desse modo, colocada como causa principal dos males das cidades capitalistas. Contudo, em sua análise sobre os processos que estão na base da urbanização capitalista Ribeiro indica que, pelo contrário, é a utilização capitalista do espaço urbano que confere à propriedade privada da terra um valor. Ou seja, para Ribeiro o solo urbano adquire um determinado preço porque os vários agentes capitalistas estabelecem uma concorrência para controlar as condições urbanas que permitem o surgimento de lucros extraordinários.

Apontadas as principais influências teorias de nossa pesquisa, resta-nos partir para a análise da mobilidade espacial intrametropolitana campineira, propriamente dita - o que nos dará maior base substantiva, tornando mais frutíferas nossas discussões a respeito do espaço urbano. Não é demais frisarmos ainda que nossa análise não está pautada pela investigação das relações de causa-efeito entre estruturação urbana e mobilidade espacial. Por conseguinte, ao

concebermos – na esteira marxista – a realidade social como uma totalidade em movimento composta por inúmeras contradições, acreditamos na interdependência de uma série de elementos que, no presente trabalho, serão incorporados a um arcabouço analítico marcado por duas dimensões diretamente relacionadas com o processo de produção do espaço metropolitano. Tendências de transformações no mercado de trabalho e no nível de renda dos indivíduos ou famílias, assim como o impacto de algumas políticas estatais (no que se refere em especial a políticas de desenvolvimento regional, políticas habitacionais e de infraestrutura urbana) constituem, ao nosso ver, as forças macroeconômicas e políticas que interagem com a dinâmica propriamente urbana e cotidiana, marcada pelo comportamento do mercado imobiliário e pela ação do poder público municipal sobre o espaço construído, e que foram compreendidas aqui como microtendências.

Assim, para cumprir com a operacionalização de nossos objetivos, utilizaremos dados censitários referentes ao perfil social da população (em particular do contingente que se deslocou dentro ou em direção à Região Metropolitana de Campinas) bem como dados referentes às atividades econômicas da região, somadas a algumas análises do que diz respeito a políticas de desenvolvimento regional e de financiamento imobiliário, nos revelando, assim, as macrotendências que mantêm estreita relação com a produção do espaço urbano. Na escala micro, utilizaremos para análise da dinâmica urbana os dados censitários sobre as condições de moradia dos habitantes, assim como informações referentes às políticas públicas municipais (sobretudo avaliações já realizadas sobre legislação urbanística). A interação entre a dinâmica socioespacial e a mobilidade residencial será concebida ao analisarmos o perfil

socioeconômico e as condições de moradia do migrante intrametropolitano com os da população residente.

Capítulo II

Uma metrópole do interior paulista: a dinâmica metropolitana de Campinas

Os estudos recentes sobre a questão da metropolização brasileira apontam que é na década de 1980 que ocorrem significativas mudanças na dinâmica econômica, social e demográfica, com profundas implicações sobre a urbanização e a redistribuição da população no espaço. (IPEA/IBGE/NESUR, 1999; BÓGUS, 1997; dentre outros).

Por conseguinte, de acordo com Fernandes e Negreiros (2004), a partir de 1990 o que se observa é a tendência a um esgarçamento das articulações dos espaços econômicos do país devido a fatores como a rápida abertura de sua economia, taxa de câmbio sobrevalorizada, crescente “flexibilização” das relações de trabalho e regulamentação de fluxos financeiros - produtos do enfoque neoliberal aplicado à reestruturação da economia brasileira desde então. De acordo com as autoras, tudo isso tem levado os agentes econômicos a enfatizarem a eficiência e centralização de capital em suas decisões estratégicas, alimentando, cada vez mais, diversas modalidades de competição entre cidades e estados por investimentos. Um dos primeiros resultados concretos de todo esse processo é uma acentuação da concentração de renda e do aprofundamento das desigualdades sociais em nossas cidades.

Campinas, a região mais rica economicamente e densa populacionalmente do interior de São Paulo, também foi marcada por essas transformações¹⁸. Ou seja, a evolução do quadro social, econômico e político de Campinas também foi marcada por esses processos mais gerais da recente história brasileira, o que, em conjunção com as especificidades da região, vem a culminar, nos anos 2000,

¹⁸ Aqui, mais uma vez, nos apoiamos em Santos (1994) que defende que “as condições preexistentes, heranças de situações passadas, são formas, isto é, resultam de divisões do trabalho pretéritas. As novas divisões do trabalho vão, sucessivamente, redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial” (p. 126).

numa dinâmica profundamente segregadora no interior desta metrópole. Ações coercitivas e políticas de investimentos seletivas por parte do Estado somaram-se à lógica da acumulação urbana, condicionando as trajetórias espaciais de segmentos sociais - o que veio a culminar num padrão de segregação socioespacial marcado, nas representações comuns, pela dualidade centro rico/periferia pobre. A compreensão mais ampla dos processos inerentes e latentes desse padrão, particularmente dos fluxos populacionais dentro do espaço metropolitano, servirá de parâmetro para a posterior avaliação da hipótese do presente trabalho de que o espaço urbano é um produto e uma condição das relações sociais.

Dessa forma, dando seqüência às nossas argumentações, podemos afirmar, de um modo geral, que é a partir dos anos 80 que houve uma inflexão no crescimento metropolitano das grandes capitais, aumento das migrações de curta distância, maior peso da migração de retorno, esgotamento da migração para as fronteiras agrícolas, diminuição no ímpeto das migrações inter-regionais - já que houve reforço da tendência de configuração de novos espaços de migração, muito mais relacionados no âmbito de suas próprias regiões (BAENINGER, 1999).

Além disso, Bonduki (1998) nos lembra que a estrutura estatal brasileira construída a partir dos anos de 1930 – marcada, dentre outras coisas, pela valorização do trabalhador inserido no mercado formal de trabalho, pela intervenção do Estado no mercado e nas atividades econômicas e, pelo reconhecimento, mesmo que limitado, de direitos sociais – persistiu nos seus aspectos fundamentais até o final dos anos 80, passando, desde então, a ser sistematicamente desmontada.

Neste sentido, o histórico processo de desigualdade social brasileiro, juntamente com a estagnação da economia iniciada a partir da década de 80 (e com a posterior conversão da economia do país na doutrina da globalização nos anos 90¹⁹) contribuíram para uma maior concentração da renda e gradual empobrecimento da população, que - aliados a outros fatores como é o caso da emergência de novas formas de incorporação imobiliária, ou mesmo devido a políticas públicas setoriais e a uma legislação urbanística sempre adotada sob o pressuposto de planejar e controlar²⁰ o processo de expansão urbana das regiões metropolitanas²¹ - vêm acentuando a deterioração das condições de vida de grande parcela da população nestas localidades, particularmente no que diz respeito às condições de moradia e de acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo.

Ademais, ao pensarmos especificamente no caso da Região Metropolitana de Campinas (RMC), é também nesta década que vemos reforçado seu papel de centralidade em relação a outros espaços do interior paulista – a partir de então se

¹⁹ Neste sentido, Maricato (2002) nos lembra que nos anos 90 o governo Fernando Henrique Cardoso seguia à risca a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a suspensão dos serviços públicos em setores sociais estratégicos como energia e saneamento e também no financiamento habitacional e urbano.

²⁰ Neste sentido podemos nos remeter à Maricato (2000) quando afirma que o planejamento e regulação urbanística brasileira não têm comprometimento com a realidade concreta, mas apenas com uma parte da cidade, reafirmando e reproduzindo privilégios e desigualdades. Lefebvre também questiona: “*Não existe também um positivismo urbanístico que aceita, que ratifica os fatos consumados? Que constata isto ou aquilo, sem questionar e sem se questionar, interditando, inclusive, se lhe for possível, o questionamento?*” (2004, p. 65). Para mais detalhes de uma reflexão crítica do planejamento urbano é interessante consultar as colocações de Jacobs (2001), ou ainda Vainer (2000). Também, o estudo de Rolnik (et. al., 1990) sobre a cidade de São Paulo discute, dentre outras coisas, como é comum a associação do “caos urbano” com a falta de planejamento.

²¹ No Brasil as Regiões Metropolitanas foram previstas na Constituição de 1967/1969. Porém, desde 1988 a constituição de Regiões Metropolitanas é determinada por legislação estadual. Assim sendo, não há um padrão geral que determine as condições necessárias para que uma aglomeração urbana seja identificada como tal. As Regiões Metropolitanas oficializadas são, portanto, bastante heterogêneas em termos de composição, tamanho e função. Contudo, num estudo mais detalhado sobre a rede urbana brasileira, realizado pelo IPEA/NESUR/IBGE (1999), foi indicada a presença de 12 metrópoles no Brasil e outras 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas – a Região Metropolitana de Campinas inclui-se entre as metrópoles nacionais.

acentua a expansão do aglomerado campineiro, a tal ponto, que no final dos anos 80 a discussão sobre a consolidação da então “nova região metropolitana do interior” toma maior impulso, uma vez que, é justamente a partir desse período que há um aumento do processo de emigração desencadeada a partir do município-sede em direção ao entorno campineiro, caracterizando a formação de um espaço urbano onde os limites municipais passam, cada vez mais, a ser considerados como meras divisões político-administrativas. (BAENINGER, 2001).

Figura 1
Municípios da Região Metropolitana de Campinas
2001



Fonte: IBGE, Elaborado por NEPO/UNICAMP.

Em termos de sua evolução histórica, podemos afirmar que o legado de entreposto mercantil e, mais tarde, de principal “complexo cafeeiro” do estado de São Paulo, lançou bases para uma dinamização da agricultura, da indústria e da rede urbana (BAENINGER, 1992) que, somados a um articulado sistema de

transportes, veio a culminar na atual Região Metropolitana de Campinas. A partir das décadas de 50 e 60, Campinas conseguiu consolidar-se como um pólo de influência regional que, embora de forma complementar à dinâmica paulistana²², conseguiu obter uma complexa cadeia produtiva e um moderno sistema viário regional com características próprias.

Semeghini (2006) nos lembra que em meados dos anos 1960 e primeira metade dos 1970, Campinas foi palco de um impressionante conjunto de obras: Paço Municipal, urbanização da Lagoa do Taquaral, Estação Rodoviária, vias expressas Norte-Sul, Aquidabã, Suleste, Central, duplicação de várias outras avenidas e dotação de infra-estrutura aos conjuntos habitacionais, dentre outras²³. Ainda segundo o autor, essa mesma época coincidiu com a grande liberação de recursos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para a construção de imóveis de alto e médio padrão, o que contribuiu para estimular o adensamento e verticalização das áreas mais valorizadas e do centro urbano campineiro. Assim, entre os anos 1960/70 houve uma intensificação local das atividades de construção civil, cujas bases foram - além de novas instalações industriais, comerciais e de serviços derivadas da aceleração econômica - as então recentes obras públicas e de embelezamento de parte da cidade, as construções residenciais financiadas pelo SFH e a ação da Companhia de Habitação Popular

²² Nunca é demais lembrar que Campinas está situada acerca de 80 quilômetros de distância da cidade de São Paulo.

²³ Semeghini (2006) aponta as seguintes justificativas para esse surto construtivo: a Reforma Tributária de 1966, que implicou maior disponibilidade de recursos para o município; decolagem do *milagre econômico*, com aumento da renda e também da arrecadação municipal; a conjuntura de acentuado autoritarismo, que impedia o debate democrático sobre prioridades de ação governamental e alocação de recursos. Neste sentido, Santos (1994) coloca que, no Brasil: “A vontade de desenvolvimento implantada nos anos 60 foi acompanhada de um modelo político centralista e autoritário, de um modelo social desigualitário, servidos por um modelo territorial (implantação de infra-estruturas e sistemas de engenharia), articulado com esses três modelos. Esses quatro modelos se integram e retroalimentam, criando novas configurações socioespaciais e contribuindo para ampliar as desigualdades socioeconômicas, tanto do ponto de vista da produção, quanto do consumo” (p. 143).

(Cohab). A cidade de Campinas tinha assim produzida sua feição contemporânea: novos e nobres bairros residenciais, novas áreas públicas, de lazer e avenidas, sofisticados centros de compras e serviços, e também desmesurado aumento de sua mancha urbana, ampliando-se o contraste e a diferenciação desses espaços (SEMEGHINI, 2006).

Nos anos 90, e, sobretudo a partir de sua segunda metade, há a consolidação de um novo fator que passaria a condicionar a dinâmica urbana local e regional da RMC: o aumento da violência (SEMEGHINI, 2006); com isso, sobretudo na sede metropolitana, o que se observa é que bairros inteiros com excelente infra-estrutura tornam-se desvalorizados, ruas e acessos viários passam a ser obstaculizados pelos moradores, exacerbando a verticalização e a formação de condomínios fechados pelas camadas de maior poder aquisitivo.

De outro lado, a RMC destaca-se também por abrigar a maior concentração industrial do interior paulista, por abrigar um dos mais importantes pólos tecnológicos brasileiros e um vasto aparato no setor de serviços: de acordo com Semeghini (2006) seu complexo aeroportuário, ou mesmo seu comércio atacadista como é o caso do de combustíveis (onde se destaca o município de Paulínia conhecido por seu pólo petroquímico), ou a ampla oferta de serviços voltados para empresas (consultorias, serviços técnicos etc.), e ainda centros de ensino superior, ciência e tecnologia e médico-hospitalar são todos voltados tanto ao mercado estadual, quanto ao nacional. Todo este aparato contribui, dentre outras coisas, para evidenciar as desigualdades existentes neste espaço, consolidando, por exemplo, um sofisticado padrão de consumo voltado à população de alta renda, bem como uma dinamização do setor imobiliário e segregação socioespacial.

Ademais, de acordo com Caiado e Pires (2006), a complexa infra-estrutura da RMC (rodovias, ferrovias, aeroportos, gasodutos, diversificado parque industrial, variadas instituições de ensino), além de lhe garantir a articulação com os principais mercados e cidades do país, contribuíram para que a região recebesse os investimentos mais intensivos em tecnologia realizados no Brasil na última década:

“As análises sobre a economia da região demonstram que Campinas é uma cidade onde são criadas novas empresas de base tecnológica, onde se faz ensino e pesquisa de qualidade e que polariza uma vasta área industrial e agroindustrial rica e diversificada. Nas últimas décadas, a RMC tem mantido seu vigor por ter atraído investimentos em setores da indústria de alta tecnologia. Perdeu algumas indústrias tradicionais e de autopeças, mas ganhou investimentos na indústria de telecomunicações, na indústria de informática e na produção de serviços sofisticados.” (CAIADO e PIRES, 2006).

A inserção da América Latina, e sobretudo do Brasil, no processo de internacionalização das economias, introduziu nesses países novos padrões de produtividade baseados na chamada flexibilização e terceirização das relações e processos de trabalho²⁴, que, por sua vez, vieram a contribuir para a alteração dos padrões locacionais das empresas, redefinindo, assim, dentre outras coisas, a própria função econômica das metrópoles²⁵. Algumas evidências desse processo traduzem-se na redução das taxas de crescimento populacional nas sedes metropolitanas – como é o caso da cidade de São Paulo²⁶ –, redirecionando o processo de expansão urbana para municípios de porte médio, ou para pequenos aglomerados urbanos (municípios com menos de 20 mil habitantes), localidades encaradas agora como áreas para a localização industrial, de insumos industriais e agrícolas.

²⁴ Mais uma vez, sobre este aspecto, consultar Harvey (2005). Para maiores detalhes sobre reestruturação produtiva e alterações nas relações e processos de trabalho, particularmente do caso brasileiro, consulte-se Pinto (2003).

²⁵ Para detalhes de um estudo sobre essa temática em outro país da América Latina, consulte-se, por exemplo, Mattos (2000) que fala sobre o caso da metrópole chilena de Santiago.

²⁶ Vide Baeninger (1999).

Com efeito, os impactos sociais e espaciais dessa reestruturação econômica e socioespacial apontam mudanças na dinâmica interna das grandes cidades e aglomerados urbanos, com a emergência de novas formas de segregação socioespacial e produção do espaço urbano. Seguindo esta linha de argumentação, Baeninger (1999) defende que entre as regiões do interior paulista, os desdobramentos do processo de interiorização da indústria foram decisivos na (re)estruturação das cidades e nas formas de expansão urbana, incorporando novas regiões ao processo de urbanização do estado.

De fato, no que se refere à dinâmica urbana, as alterações regionais apontavam, além do crescimento de espaços urbanos de médio e pequeno porte, para o surgimento de importantes pólos e a emergência de novas áreas metropolitanas. De acordo com Baeninger (1999), apesar das políticas econômicas adotadas não estarem voltadas especificamente para um programa migratório, a atuação governamental contribuiu para o direcionamento dos fluxos populacionais; as áreas que mais se beneficiaram do processo de desconcentração das atividades econômicas do estado de São Paulo transformaram-se, nos anos 80, nas primeiras regiões metropolitanas do interior paulista: Santos e Campinas.

É interessante atentarmos ao fato de que nessa fase de reestruturações as regiões mais dinâmicas economicamente estão “abertas” para receber fluxos migratórios, porém, tendem a absorver apenas os migrantes de alta renda e qualificados profissionalmente:

“As variadas e distintas modalidades de movimento migratório, envolvendo principalmente áreas urbanas, rompem com o paradigma explicativo da migração como um dos efeitos sociais negativos resultantes do menor crescimento econômico e, sobretudo, da ausência de atividades industriais fortes. Na relação migração/dinâmica econômica, as cidades mais prósperas (em termos de inserção no mercado regional, nacional e internacional) tendem a registrar os maiores volumes de emigrantes, tanto na RMSP quanto no interior do estado. Assim, os fatores de expulsão para os migrantes de baixa renda, estariam nas áreas mais dinâmicas e os de atração nas de menor dinamismo.” (BAENINGER, 1999, p. 132).

Em meio a esse quadro geral, é que se consolida a RMC, que em 19 de junho de 2000 é institucionalizada. Constituída por 19 municípios - Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santo Antonio de Posse, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo – onde, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, se distribuíam 2,3 milhões de habitantes.

Talvez o caráter singular da metrópole campineira resida exatamente no momento de grandes transformações em que se dá sua emergência (GONÇALVES e SEMEGHINI, 2002); a RMC é, assim, marcada pela nova configuração do desenvolvimento urbano que vem se criando nas sociedades contemporâneas industrializadas. Ou seja, exatamente por ser umas das regiões metropolitanas mais recentes do país, ela difere das demais (dentre outras coisas) por se consolidar num momento de profundas transformações, onde novas questões referentes à dinâmica urbana e mobilidade espacial emergem.

Neste sentido, um estudo, como o nosso, sobre a produção de espaços desiguais numa região metropolitana pode evocar algo de novo. A fragmentação de seu espaço urbano - em grande parte decorrente da forma como vem se dando a inserção da metrópole campineira na economia mundial - tem agregado novas características à região, que não devem ser esquecidas, afinal, são elementos que

conformam uma nova questão urbana, que, por sua vez, vem a se somar aos já conhecidos problemas metropolitanos de um país desigual como o Brasil.

2.1 - Expansão metropolitana e fluxos migratórios

Conforme já apontado aqui, a despeito de sua condição privilegiada em termos econômicos - o que a difere da maioria das metrópoles brasileiras -, o padrão de produção de riqueza da RMC foi acompanhado de uma distribuição desigual, o que, neste aspecto, a faz assemelhar às outras regiões metropolitanas do país, marcadas por profundas desigualdades socioespaciais. Assim, a RMC

“nasce num contexto caracterizado pela acumulação financeira, fiscalidade desfavorável e internacionalização da economia, as quais impõem grandes mudanças na estrutura do espaço intrametropolitano, no tecido social e no aprofundamento da polarização da riqueza, com consequências graves sobre o conjunto da sociedade” (CANO e BRANDÃO, 2002, v. 2, p. 461)

Um dado que pode ilustrar bem o grau de desigualdade socioespacial diz respeito à relação entre concentração dos empregos e a localização residencial dos trabalhadores na metrópole, refletida no processo de mobilidade pendular²⁷. Esse dado pode, inclusive, deixar visível o processo de diferenciação das moradias por localização a que se refere Ribeiro (1997). Uma análise do local de trabalho da população economicamente ativa (PEA²⁸) da RMC pode nos oferecer importantes indicações neste sentido.

²⁷ Por mobilidade pendular compreendemos o deslocamento regular de pessoas entre municípios para trabalhar ou estudar; esta informação consta dos Censos de 1980 e 2000. Conforme nos lembra Cunha: “o entendimento dos movimentos pendulares (...) passa, entre outros aspectos, pela compreensão da migração intrametropolitana, não apenas como manifestação de um processo específico de segregação espacial, mas também enquanto elemento decorrente de um fenômeno mais abrangente, qual seja, a distribuição da atividade econômica no território” (1994, p. 254).

²⁸ É importante frisar aqui, que a PEA engloba também os trabalhadores que, economicamente ativos, não estejam regularmente empregados. Em todas as tabelas utilizadas nesta Dissertação, utilizamos a “PEA restrita” que abrange a população economicamente ativa nas seguintes situações: trabalhou na semana da entrevista do Censo; tinha trabalho, mas estava afastado na semana da entrevista do Censo; não trabalhou mas procurou emprego na semana da entrevista do Censo.

Uma primeira evidência é o elevado percentual da PEA de Hortolândia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste²⁹ que trabalhava em outro município da RMC que não o seu de residência, em 2000 (Tabela 1). Se, do total da PEA de Campinas, sede metropolitana, 3% trabalhavam em outro município da RMC, entre a PEA que residia em Hortolândia este percentual era de 38,8% - o maior da RMC no período³⁰.

Tabela 1

Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) segundo local de trabalho, por município de residência na RMC
2000

Município de residência	Local de trabalho (%)				Total
	No mesmo município	Não trabalha	Outro município da RMC	Demais municípios/ países	
Americana	79,1	10,2	7,8	2,9	89.830
A. Nogueira	71,4	10,8	15,8	2,0	15.672
Campinas	82,5	12,3	3,0	2,2	476.077
Cosmópolis	61,4	18,3	17,5	2,8	19.961
Eng.Coelho	86,2	5,9	2,8	5,0	4.671
Holambra	90,9	3,4	4,8	0,9	3.832
Hortolândia	42,1	17,0	38,8	2,1	72.167
Indaiatuba	81,1	11,4	3,7	3,9	71.371
Itatiba	86,3	8,0	1,4	4,3	39.851
Jaguariúna	78,1	12,5	6,9	2,5	14.874
Monte Mor	63,4	16,8	18,3	1,6	16.829
Nova Odessa	65,5	12,4	19,8	2,4	19.769
Paulínia	78,4	11,4	8,8	1,3	25.521
Pedreira	87,4	6,6	3,9	2,1	17.546
Sto Ant. Posse	78,7	8,6	9,4	3,3	80.453
Sta Barb. D'oeste	61,8	11,2	23,7	3,3	8.394
Sumaré	51,6	15,2	31,2	2,1	94.223
Valinhos	72,1	9,1	15,0	3,8	41.831
Vinhedo	76,8	9,1	6,6	7,5	24.419
RMC	74,0	12,1	11,2	2,7	1.137.293

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

²⁹ Cabe lembrar que enquanto Hortolândia e Sumaré mantém, neste sentido, uma profunda relação com Campinas, Santa Bárbara d'Oeste caracteriza-se pela sua interdependência com a contígua Americana.

³⁰ Analisando de forma mais detalhada os dados referentes à mobilidade pendular de Hortolândia temos que enquanto 42,1% de sua PEA trabalham no próprio município, 38,7% ou 27.988 habitantes trabalham em outro município da RMC (Tabela 1). Deste total, 86,6% (24.243 habitantes) trabalham em Campinas (Anexo 2).

É interessante notar que esses mesmos dados, em relação a 1980³¹ (Tabela 2), apontam que os movimentos pendulares entre os municípios da RMC aconteciam em menor intensidade, destacando-se aqui apenas os municípios de Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Cosmópolis e Nova Odessa, o que é indicativo de que neste intervalo de duas décadas houve um significativo aumento da interdependência entre os municípios da RMC, bem como aumento da desconcentração da população trabalhadora para o entorno metropolitano, sobretudo no eixo que parte de Campinas à Sumaré e Monte Mor.

Tabela 2
Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) segundo local de trabalho, por município de residência na RMC 1980

Município de residência	Local de trabalho (%)			Total
	No mesmo município	Outro município da RMC	Demais municípios/ países	
Americana	90,4	6,2	3,4	53.147
A. Nogueira	90,9	5,3	3,8	6.496
Campinas	93,5	4,2	2,3	277.385
Cosmópolis	68,7	29,4	1,9	9.668
Eng.Coelho*	.	.	.	.
Holambra*	.	.	.	.
Hortolândia*	.	.	.	.
Indaiatuba	88,5	8,3	3,3	23.117
Itatiba	95,0	1,2	3,8	18.100
Jaguariúna	89,5	7,9	2,6	6.059
Monte Mor	79,1	17,3	3,7	4.984
Nova Odessa	69,8	27,7	2,4	8.862
Paulínia	91,5	7,0	1,5	7.781
Pedreira	91,7	3,8	4,6	9.358
Sto Ant. Posse	82,4	10,6	7,0	4.563
Sta Barb. D'oeste	65,8	29,6	4,5	30.405
Sumaré	63,4	33,6	3,0	37.273
Valinhos	86,3	11,4	2,4	20.561
Vinhedo	90,3	6,3	3,4	9.453
RMC	87,7	9,5	2,8	527.212

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

*Municípios criados a partir de 1991

³¹ Devemos lembrar que os quesitos censitários referentes aos municípios de trabalho e de estudo não foram levantada no Censo de 1991, razão pela qual esta análise será focada nos Censos de 1980 e 2000.

Semeghini (2006), nos lembra que o adensamento populacional, muitas vezes implica o maior uso de meios de transportes, que por sua vez implica grandes investimentos públicos em alargamento de ruas, viadutos, vias expressas, readaptação das redes de água e esgotos, energia elétrica etc. Neste contexto, o espaço urbano vai adquirindo novo perfil, adequando-se (ao mesmo tempo em que contribui para condicionar este processo) aos padrões de vida emergentes com o novo tipo de “compressão do espaço-tempo” – nos termos de Harvey (2005) - com um sistema capitalista organizado, cada vez mais, através da dispersão, da mobilidade geográfica e da “flexibilidade” de mercados e processos de trabalho e consumo.

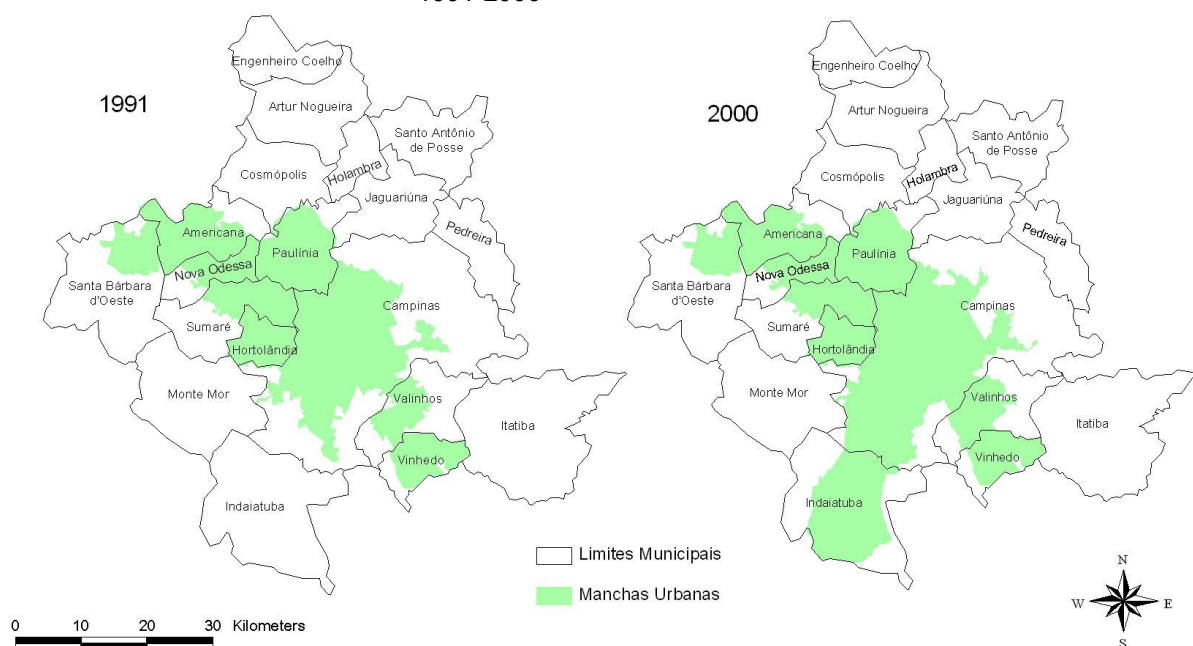
Segundo Cunha e Oliveira (2001), a expansão demográfica desdobrada a partir de Campinas, assenta-se majoritariamente na dinâmica espacial horizontal, que produz uma ocupação rarefeita, através da incorporação de áreas ainda não urbanizadas do município, situadas além da Rodovia Anhangüera, e absorvendo progressivamente porções dos municípios vizinhos, principalmente na direção sudoeste.

Em parte, essa dinâmica ocorre por fatores de atração populacional incitados pela dispersão de atividades produtivas de complexa tecnologia, já que, conforme apontado, a RMC destaca-se na participação da produção estadual pela crescente implantação de fábricas de setores de alta tecnologia, além de também possuir um setor terciário avançado, marcado pela prestação de serviços mais especializados e sofisticados³². Ademais, as diferentes formas de produção do

³² O estudo de Semeghini (2006) aponta que além da especulação imobiliária e da produção de vazios urbanos, um importante fator de incremento da horizontalização na cidade de Campinas, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 60 foi a Cohab, cujo efetivo funcionamento começa em 1967: “Desse ano até 1970, ela foi responsável por 51% do total de novas residências em Campinas, todas em conjuntos habitacionais localizados em áreas vazias e distantes da malha

espaço metropolitano dinamizaram um mercado imobiliário fracionado (social e espacialmente) - conforme tentaremos apreender ao longo de toda nossa pesquisa. O entendimento da dinâmica da mobilidade pendular vem a corroborar, portanto, com essas observações.

Figuras 2 e 3
Evolução da mancha Urbana da Região Metropolitana de Campinas
1991-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000, Tabulações Especiais e Elaboração NEPO/UNICAMP.

Se, de forma mais detalhada, lançarmos nosso olhar para a PEA metropolitana que trabalhava fora do município de residência em 2000 (Anexo 2)

urbana. Repetiu-se com a ação da Cohab, em escala ampliada, a indução à especulação desenvolvida pela localização industrial” (p. 61). Ainda de acordo com Semeghini (2006), “a atuação das Cohabs constitui um bom exemplo de privatização da ação do poder público, desenvolvida após 1964. Embora sob controle acionário da prefeitura, elas são dotadas de um Conselho de Administração onde têm assento representantes não só do governo, mas também dos interesses empresariais urbanos (construção, projetos, transportes etc.). Trabalhando com recursos federais, sua atividade, não obstante, escapava ao controle dos órgãos executivos e legislativos locais, não se submetendo às diretrizes de planejamento urbano. Ao procurar terrenos mais baratos, para viabilizar o acesso à residência de camadas de mais baixa renda, e na ausência de controle democrático sobre o uso do solo, servia muitas vezes aos interesses do capital imobiliário especulativo”. (p. 61)

veremos que o município de Campinas apareceu como o principal (mas não o único) pólo de atração dos fluxos pendulares. Para o mesmo período, do total da PEA metropolitana que realizava a mobilidade pendular e que trabalhava em Campinas, 35,5% residiam em Sumaré e 39,4% em Hortolândia (Anexo 3).

Ao lançarmos mãos de todas estas informações, podemos afirmar também que a idéia de que os municípios do entorno metropolitano correspondem apenas ao local da reprodução social, reunindo apenas “municípios-dormitórios” sem funções produtivas não é totalmente aplicável. Há que se relativizar esta idéia, ou pelo menos considerar que, no caso da RMC, os municípios do entorno também cumprem uma importante função na produção econômica da região, a despeito de não ser exatamente a população do próprio município que, de fato, ocupe tais postos de trabalho.

Em se tratando de mobilidade espacial, o dinamismo da RMC tem como característica não só deslocamentos diários, como também a grande atração e retenção de habitantes de outras áreas. De acordo com Baeninger (2001), a formação do entorno imediato de Campinas, que se inicia nos anos 70, articula-se aos expressivos fluxos migratórios oriundos da sede metropolitana, para Sumaré – onde a migração procedente de Campinas respondeu à imensa maioria do total da migração intrametropolitana.

Nos anos 80, agrega-se a essa dinâmica os municípios de Monte Mor, Cosmópolis, Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa. Ao entorno que se estrutura nos anos 90 integram-se também municípios recém-desmembrados, como Hortolândia, além das localidades situadas no eixo Campinas-Mogi Mirim - incluindo Jaguariúna, Holambra, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira e Pedreira.

Em grande parte dos municípios da RMC é expressiva a participação da migração³³ no crescimento da população, tanto nos períodos entre 1980/91, quanto entre 1991/2000 (Tabela 3).

Tabela 3
Participação da migração líquida no incremento e no total da população, segundo o município de destino na RMC
1991 e 2000

Município de destino	Incremento total da pop. 80/91	Incremento total da pop. 91/2000	Participação da migração líquida no incremento da pop. 80/91	Participação da migração líquida no incremento da pop. 91/2000	Migração/ incremento 1991 (%)	Migração/ incremento 2000 (%)	Participação da migração líquida na pop. total 1991 (%)	Participação da migração líquida na pop. total 2000 (%)
Americana	31.842	28.753	695	10.341	2,2	36,0	20,7	5,7
Artur Nogueira	12.541	13.537	8.745	10.107	69,7	74,7	64,0	30,5
Campinas	183.029	121.801	30.825	28.521	16,8	23,4	21,6	2,9
Cosmópolis	15.321	7.671	7.657	4.905	50,0	63,9	41,8	11,1
Eng. Coelho	.	3.027	.	2.016	.	66,6	.	20,1
Holambra	.	1.570	.	540	.	34,4	.	7,5
Hortolândia	.	68.138	.	50.022	.	73,4	.	32,8
Indaiatuba	44.705	46.102	29.380	30.069	65,7	65,2	44,3	20,4
Itatiba	20.015	19.552	9.778	11.763	48,9	60,2	32,5	14,5
Jaguariúna	10.032	6.232	6.010	2.871	59,9	46,1	42,9	9,7
Monte Mor	11.539	11.781	7.131	7.029	61,8	59,1	45,1	18,8
Nova Odessa	12.172	8.008	6.497	3.609	53,4	45,1	35,7	8,6
Paulínia	15.953	14.620	10.165	8.532	63,7	58,4	43,5	16,6
Pedreira	6.591	7.247	2.245	4.644	34,1	64,1	23,6	13,2
Sta Ant. Posse	3.450	3.797	836	2.943	24,2	77,5	24,1	16,2
Sta Bárb. d'Oeste	68.638	24.812	48.561	8.604	70,7	34,7	47,2	5,1
Sumaré	121.702	57.555	95.737	34.173	78,7	59,4	87,4	17,4
Valinhos	18.958	15.087	8.811	8.055	46,5	53,4	27,9	9,7
Vinhedo	11.965	13.603	6.365	9.153	53,2	67,3	35,6	19,4
RMC	588.454	472.893	279.437	237.897	47,5	50,3	31,5	10,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, FSEADE Migração Líquida, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Enquanto no primeiro intervalo Sumaré era o grande destaque neste sentido, Arthur Nogueira e Hortolândia foram os que apresentaram maior proporção de migração líquida no total de sua população em 2000, correspondendo a 30,5% e 32,8%, respectivamente. Como Hortolândia era, até 1991, um distrito de Sumaré, e, levando-se em conta a considerável redução do componente migratório para o crescimento deste último município, podemos afirmar que Hortolândia sempre foi um importante pólo de atração populacional. Dados referentes à Hortolândia³⁴ ainda enquanto um distrito, confirmam esta

³³ É importante destacarmos que o elevado peso dos migrantes em relação à população total de cada município, ou mesmo da RMC como um todo, não nos permite concluir neste ponto da análise, de maneira direta, que essas áreas tenham apresentado altas taxas de crescimento demográfico, mas, apenas que a imigração teve um papel importante no incremento populacional.

³⁴ Retirados dos Dados Distritais dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

suposição: de 4.600 habitantes em 1970, chegou a 33 mil em 1980, cerca de 90 mil em 1991 (quando foi emancipado) e 152 mil no ano 2000.

O crescimento dos municípios da RMC se dá dentro de uma dinâmica onde regiões como Cambuí, Nova Campinas e parte de Barão Geraldo (em Campinas) foram destinadas à população de alto poder aquisitivo; do mesmo modo, loteamentos produzidos em décadas anteriores (muitas vezes em áreas oficialmente tidas como rurais), passaram anos sem serem ocupados à espera de valorização (sobretudo ao longo da Rodovia Anhangüera em Valinhos e Vinhedo, e de algumas áreas situadas ao longo da Rodovia SP 340, que liga Campinas à Jaguariúna e Holambra³⁵). No outro extremo, adensavam-se regiões da porção sudoeste da RMC, marcadas pela precariedade em termos de infra-estrutura e pelo baixo preço de suas terras.

Em termos populacionais, de modo geral, a taxa de crescimento foi elevada ao longo das décadas de 1980 e 2000 em boa parte dos municípios da RMC. Onde as porcentagens foram maiores, o componente migratório teve importante participação: tanto entre 1980/91, quanto entre 1991/2000, uma vez mais, Artur Nogueira e Sumaré foram destaque³⁶. Novamente os indicadores neste sentido também nos levam a dimensionar o quanto do crescimento de Sumaré era devido à capacidade de absorção populacional do então distrito Hortolândia: se entre 1980/1991 Sumaré apresentou uma taxa de crescimento de 11,2 % ao ano, entre

³⁵ É, justamente, nestas áreas da RMC que estão localizados os principais e mais valorizados empreendimentos de condomínios residenciais fechados, que denotam uma elitização do mercado imobiliário na área. É, por exemplo, ao longo da rodovia SP 340 que se situa o condomínio de luxo *Alphaville Campinas*. Além disso, também se destaca nesta área a localização de grandes centros de consumo (*shopping centers*, hipermercados, casas noturnas etc.).

³⁶ Em termos de números absolutos Sumaré é o maior destaque do período, já que, enquanto este possuía cerca de 195 mil habitantes em 2000, Artur Nogueira possuía de cerca de 33 mil. Contudo, e conforme veremos nas páginas seguintes, de 80 para 2000 a população de Artur Nogueira mais do que dobrou; já Sumaré, como já dito, teve o distrito de Hortolândia desmembrado em 1991 – mesmo assim manteve uma taxa de crescimento positiva entre 1991/2000.

1991/2000 esse índice foi reduzido para 3,1% ao ano, enquanto que para o então recém-emancipado município essa taxa foi de 5,4% ao ano, entre o mesmo período (Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição e taxa de crescimento anual da população, por município da RMC
1980, 1991 e 2000

Municípios	Pop. 1980	Distrib. (%)	Pop. 1991	Distrib. (%)	Pop. 2000	Distrib. (%)	Cresc. a a. 80/ 91 (%)	Cresc. a a. 91/00 (%)
Americana	121.998	9,6	153.840	8,2	182.593	7,8	2,6	1,5
Artur Nogueira	15.932	1,2	28.053	1,5	33.124	1,4	7,8	4,8
Campinas	664.566	52,0	847.595	45,4	969.396	41,5	2,7	1,2
Cosmópolis	23.243	1,8	36.684	2,0	44.355	1,9	5,8	1,7
Eng. Coelho	.	.	.	.	10.033	0,4	.	3,2
Holambra	.	.	.	.	7.211	0,3	.	2,2
Hortolândia	.	.	.	.	152.523	6,5	.	5,4
Indaiatuba	56.243	4,4	100.948	5,4	147.050	6,3	6,5	3,4
Itatiba	41.630	3,3	61.645	3,3	81.197	3,5	4,3	2,5
Jaguariúna	15.213	1,2	24.999	1,3	29.597	1,3	5,9	2,1
Monte Mor	14.020	1,1	25.559	1,4	37.340	1,6	6,7	3,4
Nova Odessa	21.891	1,7	34.063	1,8	42.071	1,8	4,9	1,9
Paulínia	20.753	1,6	36.706	2,0	51.326	2,2	6,4	3,0
Pedreira	21.381	1,7	27.972	1,5	35.219	1,5	3,0	2,1
Sto Ant.Posse	10.877	0,9	14.327	0,8	18.124	0,8	3,0	2,1
Stá Bárb.dOeste	76.628	6,0	145.266	7,8	170.078	7,3	7,2	1,4
Sumaré	101.851	8,0	226.870	12,2	196.723	8,4	11,2	3,1
Valinhos	48.928	3,8	67.886	3,6	82.973	3,5	3,6	1,8
Vinhedo	21.647	1,7	33.612	1,8	47.215	2,0	4,9	3,1
RMC	1.276.801	100,0	1.866.025	100,0	2.338.148	100,0	4,2	2,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Conforme observado nas principais regiões metropolitanas do país (BAENINGER, 1999), houve uma queda geral das taxas de crescimento populacional dos municípios da RMC entre 1980/1991 e 1991/2000, embora o ritmo de crescimentos demográfico do entorno metropolitano tenha ficado acima do encontrado no município sede. Também, neste intervalo de duas décadas podemos perceber que houve uma importante diminuição do peso do componente migratório no crescimento do município sede (Tabela 3). Isso pode nos indicar um processo de desconcentração populacional na RMC: em 1980 o município sede abrigava cerca de 52% da população metropolitana. Em 2000 esse índice caiu

para cerca de 42%, sendo que neste mesmo intervalo a população total da RMC só aumentou, passando de 1.276.801 para 2.338.148 habitantes (Tabela 4).

Todo esse processo de migração, ou mobilidade espacial, garantiu à RMC uma taxa de crescimento de 2% ao ano³⁷ na década de 1990, sendo que oito de seus municípios alcançaram uma taxa igual ou superior a 3% ao ano no mesmo período. Destaca-se aqui, novamente, o município de Hortolândia com a maior taxa de crescimento populacional entre 1991/2000 (5,4% a. a. conforme já apontado).

Para o conjunto dos municípios da RMC o número de migrantes no período de 1995-2000 foi de cerca de 238 mil pessoas (Tabela 3), com grande peso da migração intrametropolitana - o que reflete o processo de redistribuição interna da população.

Observando de maneira minuciosa os dados referentes à origem e destino dos fluxos na RMC entre 1995/2000, podemos notar que é o componente migratório proveniente dos municípios do próprio estado de São Paulo que exerce maior peso sobre a dinâmica migratória da região (Tabela 5).

Somando-se os municípios da RMC (responsáveis por cerca de 22% dos migrantes) aos demais municípios do estado de São Paulo, chega-se a um total de 67,1% do componente migratório da RMC no período. Isso, mais uma vez, contribui para indicar o papel de centralidade que a RMC exerce em relação às demais regiões do interior paulista, não só em termos econômicos, como em termos de atração populacional.

³⁷ Apesar da diminuição da taxa de crescimento populacional da RMC, ela ainda continuou maior que a taxa de crescimento do estado de São Paulo (1,8% ao ano), para o mesmo período.

Tabela 5
População migrante (não-natural do município) segundo região de origem em 1995
por município de destino na RMC em 2000.

Município atual	Região em 1995 (%)						Total de migrantes
	Nordeste	Sudeste*	Outros SP**	RMC	Demais UFs	Brasil não especificado	
Americana	7,7	4,3	51,1	27,0	9,8	0,1	18.059
Artur Nogueira	7,0	14,1	41,1	31,3	6,5	.	6.976
Campinas	18,0	11,4	46,0	9,2	15,1	0,3	86.636
Cosmópolis	16,1	11,2	50,5	12,1	10,1	.	5.549
Eng. Coelho	10,5	21,9	39,2	11,9	16,5	.	2.457
Holambra	6,1	3,9	23,3	39,9	26,7	.	1.144
Hortolândia	12,2	3,1	31,7	43,8	8,7	0,4	30.262
Indaiatuba	7,1	5,0	61,2	9,3	17,3	0,1	23.735
Itatiba	16,1	9,4	57,6	6,5	10,4	0,1	9.761
Jaguariúna	12,5	7,6	51,5	21,3	6,8	0,2	4.848
Monte Mor	8,9	10,5	42,1	30,4	6,9	1,1	5.631
Nova Odessa	5,3	4,6	36,3	42,2	11,6	.	6.347
Paulínia	11,3	9,0	38,4	28,2	12,9	0,1	8.111
Pedreira	7,9	4,5	51,0	14,9	21,7	.	3.369
Sto Ant.Posse	6,2	4,7	35,9	22,9	29,5	0,7	1.778
Sta Bárb.dOeste	7,5	2,4	51,3	26,4	12,2	0,1	17.456
Sumaré	9,5	6,2	39,6	32,1	12,5	0,1	31.726
Valinhos	9,3	6,7	35,0	36,8	12,0	0,2	11.369
Vinhedo	9,9	6,1	59,9	15,9	8,1	.	7.710
RMC	12,2	7,7	45,4	21,7	12,8	0,2	282.923

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

*Exclui o estado de São Paulo

** Exclui a RMC

O entorno da RMC apresentou maior influência da migração intrametropolitana. Além de Hortolândia - que novamente é o município que mais se evidencia neste aspecto -, Nova Odessa, Holambra e Valinhos também merecem destaque neste sentido. É interessante registrar que, num geral, os municípios acima apontados como os que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional entre 1991/2000, sofreram forte influência da migração intrametropolitana (Sumaré, Artur Nogueira, Monte Mor, Paulínia, Americana e Santa Bárbara d'Oeste). Considerando-se, para efeitos deste indicador, como

migrante toda a população não natural do município³⁸, temos num panorama geral que Campinas, Sumaré e Hortolândia, somados, são responsáveis pela absorção de mais de 50% dos migrantes intrametropolitanos entre 1995/2000 (Tabela 5).

Ao examinarmos, para o mesmo período, os dados referentes à situação do domicílio anterior do migrante³⁹ (Tabela 6) podemos verificar que a maior parte é proveniente da zona urbana, destacando-se neste sentido Holambra, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse como os municípios que absorvem o maior número de responsáveis de famílias migrantes provenientes da zona rural – isso em muito se justifica pelo fato de tratarem-se, precisamente, de municípios da RMC caracterizados por terem atividades ligadas à agricultura como o forte de suas economias.

No que diz respeito apenas aos deslocamentos populacionais intrametropolitanos⁴⁰ entre 1995/2000 (Anexo 4), Sumaré aparece como importante área receptora e, também, “expulsora” de população: ao mesmo tempo em que recebeu cerca de 17% dos migrantes intrametropolitanos do período, cerca de 11% dos emigrantes intrametropolitanos eram originários deste município. Contudo, é, sem dúvida, Campinas o município majoritariamente

³⁸ Consideramos como não-natural o migrante que tenha como local de nascimento municípios diferentes daqueles que compõem a RMC.

³⁹ Ao longo deste trabalho o migrante será definido como o indivíduo que cinco anos antes do recenseamento residia em um município distinto de onde foi entrevistado. Dessa forma, considerando os dados do Censo 2000 para Hortolândia, por exemplo, o migrante deste município seria aquele que, em 1995, vivia em outro município, dentro ou fora região metropolitana. Como se pode perceber, é possível classificar este migrante como intrametropolitano (residência em 1995 dentro da RM) e intra-estadual (residência em 1995 em outro município do estado de São Paulo) e, finalmente interestadual (residência em outro estado). A este tipo de informação os demógrafos dão o nome de migrantes de “data fixa”, sendo considerado um dado que possui várias vantagens do ponto de vista técnico, entre elas o fato de que permite o estabelecimento de um período exato de migração. Para maiores detalhes sobre os dados de censitários sobre migração ver, por exemplo, Carvalho e Machado (1992) e Carvalho e Rigotti (1998).

⁴⁰ De fato, a separação que aqui se propõe entre fluxos migratórios intrametropolitanos na RMC e fluxos migratórios entre outras regiões e a RMC deve ser entendida como operacional, pois não se pode negar que ambos os processos podem estar relacionados.

“expulsor” de população da RMC: responsável por cerca de 44% dos emigrantes intrametropolitanos do período.

Tabela 6
Responsáveis de famílias migrante (data fixa), segundo situação do domicílio anterior, por município de destino na RMC
1995/2000

Município atual	Situação do domicílio anterior		Total
	Zona urbana (%)	Zona rural (%)	
Americana	98,2	1,8	30.557
Artur Nogueira	87,3	12,7	5.327
Campinas	96,8	3,2	154.760
Cosmópolis	93,3	6,7	6.609
Eng. Coelho	71,9	28,1	1.686
Holambra	44,4	55,6	1.123
Hortolândia	99,6	0,4	31.017
Indaiatuba	92,6	7,4	25.917
Itatiba	81,7	18,3	11.386
Jaguariúna	87,5	12,5	4.322
Monte Mor	89,4	10,6	6.136
Nova Odessa	96,0	4,0	7.838
Paulínia	92,7	7,3	9.011
Pedreira	91,3	8,7	4.537
Sto Ant.Posse	79,3	20,8	2.115
Sta Bárbara do Oeste	96,7	3,3	28.486
Sumaré	96,7	3,3	38.880
Valinhos	89,2	10,8	13.658
Vinhedo	93,2	6,8	8.040
RMC	95,1	4,9	391.406

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Já o grande receptor da migração intrametropolitana da RMC, tanto em números absolutos, quanto em porcentagem, é Hortolândia – indicador nada surpreendente considerando-se as análises já realizadas até aqui sobre este município. De maneira mais detalhada, Hortolândia recebeu cerca de 22% da migração intrametropolitana entre 1995/2000, ou cerca de 13 mil migrantes. Ainda, é elucidativo o fato de Hortolândia e Campinas serem os principais receptores de migrantes intrametropolitanos originários de Sumaré. Entre 1995/2000 o primeiro município chegou a receber cerca de 39% dos migrantes de Sumaré, enquanto Campinas recebeu 24%.

De fato, apenas estes dados (Anexo 4), não nos permite chegar, neste ponto de nosso estudo, a uma conclusão mais exata sobre o que, de fato, representam esses indicadores; entretanto é válida a idéia de que há uma grande inter-relação demográfica entre Sumaré, Hortolândia e Campinas. Sobremaneira, ao tocarmos neste ponto, também não podemos nos esquecer de que se tratam de municípios muito próximos geograficamente.

Dando especial olhar, mais uma vez, para o caso de Hortolândia, veremos que no período em questão os vizinhos Sumaré, Campinas e Monte Mor foram os municípios da RMC que maior fluxo migratório originaram para Hortolândia (correspondendo a 39%, 37% e 26% da migração intrametropolitana direcionada para lá, respectivamente, conforme Anexo 4).

Podemos observar, inclusive, que a proximidade geográfica, de algum modo, também condicionou a direção dos fluxos intrametropolitanos entre Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa, e, ao sul da RMC, entre os contíguos Campinas, Valinhos e Vinhedo.

Dessa maneira, a dinâmica migratória aqui retratada, assim como as hipóteses levantadas, serão tratadas de maneira mais profunda a seguir, através da análise do perfil socioeconômico dos migrantes intrametropolitanos. Daremos maior ênfase aos dados mais recentes, principalmente àqueles referentes à década 90, período em que as relações intrametropolitanas desdobradas a partir de Campinas se intensificam.

2.2 - Caracterização do migrante e condições habitacionais

A faixa de renda *per capita* familiar mensal⁴¹ é um importante indicador sobre o perfil do migrante intrametropolitano. Ao observarmos estes dados referentes a 2000, uma primeira evidência é a concentração de migrantes de baixa renda na RMC – o que, de certa forma, é condizente com o histórico processo de concentração de renda brasileira. Enquanto cerca de 55,5% das famílias migrantes tinham rendimento de até dois salários mínimos, 6,1% alcançavam, em 2000, um rendimento superior a dez (Tabela 7)⁴².

Holambra (22,2%), Valinhos (18%), Vinhedo (15,6%), Indaiatuba (15,5%) e Itatiba (12,3%), são os municípios da RMC que tiveram a maior proporção de famílias migrantes intrametropolitanas com renda superior a dez salários mínimos. Enquanto Holambra não recebeu migrantes intrametropolitanos sem rendimento no período, Engenheiro Coelho, Monte Mor, Santo Antonio de Posse e Santa Bárbara d'Oeste não receberam migrantes com rendimentos acima de vinte salários mínimos mensais.

⁴¹ Importante esclarecer que o indicador *renda mensal per capita familiar* exclui os moradores do domicílio que se encaixem nas categorias *empregados da casa* ou *pensionistas* (estes últimos entendidos como pessoas morando no domicílio em sistema de pensionato).

⁴² É importante lembrar que na presente pesquisa, ao adotarmos a fonte de dados censitária para caracterizar tanto o perfil socioeconômico da população, quanto os aspectos das condições de moradia, estamos, na realidade, tratando de dados referentes ao perfil da população no momento da entrevista. Ou seja, o censo demográfico, por se tratar de um corte transversal, não possibilita análises retrospectivas, ou mesmo a apreensão da ocorrência de uma mobilidade social ascendente ou descendente durante o período posterior à data do censo. Sobre as consequências do uso dos dados censitários para a análise da migração ver Cunha, 2005. Além disso, vale frisar que aqui utilizaremos a família ou o domicílio como unidade de análise para entender as características da população, já que isso evita o que os demógrafos chamam de “efeitos de estrutura” - um exemplo desse “efeito” seria considerar (através dos dados construídos em relação à população total) que um município tem grande porção de seu território sem rede de esgoto, quando, na verdade, se tratam de poucos domicílios sem rede de esgoto, mas habitados por famílias mais numerosas.

Tabela 7

Responsáveis de famílias migrantes intrametropolitanos (data fixa), segundo faixa de renda per capita mensal, por município de destino na RMC
2000

Municípios de destino	Faixa de renda familiar (em salários mínimos) %							Total
	Sem rend.	até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 ou mais	
Americana	8,0	14,5	24,7	32,1	13,9	6,2	0,6	1.914
Artur Nogueira	5,5	36,1	24,7	25,5	7,2	.	1,0	662
Campinas	14,1	21,0	25,2	21,2	9,8	6,6	2,1	2.834
Cosmópolis	3,6	26,0	28,5	26,3	9,3	3,6	2,8	280
Eng.Coelho	11,0	32,4	19,3	33,1	.	4,1	.	89
Holambra	.	22,9	15,3	27,1	12,5	11,1	11,1	122
Hortolândia	6,6	25,9	28,7	31,7	5,5	1,4	0,1	4.336
Indaiatuba	7,0	11,4	19,4	34,7	12,1	10,1	5,4	761
Itatiba	5,4	21,2	16,7	24,6	19,7	5,4	6,9	203
Jaguariúna	3,7	20,5	18,5	27,1	19,9	4,6	5,7	340
Monte Mor	5,6	34,0	34,0	16,7	2,7	6,9	.	659
Nova Odessa	1,5	22,0	32,1	27,3	10,5	4,7	1,9	1.003
Paulínia	2,5	16,0	22,5	39,1	8,0	8,8	2,9	683
Pedreira	5,1	21,2	25,3	39,6	.	3,7	5,1	182
Sto Ant.Posse	12,2	35,4	11,6	29,3	11,6	.	.	143
Sta Bárb.dOeste	3,2	21,9	33,1	29,8	12,0	.	.	1.591
Sumaré	4,9	25,7	28,3	31,1	7,2	2,4	0,5	3.436
Valinhos	1,4	8,0	29,1	27,8	15,7	11,9	6,1	1.361
Vinhedo	7,5	22,4	10,6	20,8	23,1	10,6	5,0	392
RMC	6,5	22,1	26,9	28,8	9,6	4,5	1,6	20.991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

A sede metropolitana apresentou índices muito parecidos aos da média geral da RMC, em todas as sete faixas de renda familiar por nós delimitadas. Contudo, destaca-se em Campinas a alta porcentagem de migrantes sem rendimento: correspondendo a 14,1% de seu total, a mais alta taxa da RMC em 2000.

Com efeito, talvez sejam Valinhos e Hortolândia que mereçam nossa atenção aqui. Valinhos por ser o que recebeu menos migrantes sem rendimento ou com renda familiar de até um salário mínimo (ao mesmo tempo em que se enquadra no grupo de municípios da RMC que receberam maior porcentagem de migrantes de alta renda). Enquanto, num panorama geral, para a RMC 28,6% dos

migrantes possuíam esse baixo rendimento, em Valinhos essa proporção foi de 9,4%.

Já Hortolândia merece nosso especial olhar por ser marcada por possuir apenas 7% de seus migrantes intrametropolitanos com renda acima de cinco salários mínimos. De modo mais detalhado, 1,4% de seus migrantes intrametropolitanos têm renda entre dez e vinte salários mínimos, e apenas 0,1% têm renda superior a vinte salários mínimos (o mesmo índice para a RMC foi de 4,5% e 1,6%, respectivamente). Assim, ao menos numa primeira análise, o que se verifica é certa tendência à segregação de camadas de mais alto rendimento em Valinhos, enquanto que as camadas de menor rendimento tendem a se dirigir para Hortolândia. É óbvio que esse processo não é exclusivo destes dois espaços, contudo, cada um ao seu modo, servem como importantes exemplos neste sentido. De qualquer forma não estão sendo considerados neste momento os fluxos migratórios não intrametropolitanos, o que poderia contrabalançar tal tendência.

O nível de instrução é outro importante indicador constituinte do perfil socioeconômico do migrante intrametrropolitano. Podemos verificar, inclusive, que ele guarda estreita relação com o perfil de renda. Valinhos (26,1%), Indaiatuba (26%), Engenheiro Coelho (25,5%), Jaguariúna (23,7%), Holambra (20,9%) e Vinhedo (20,1%) são os municípios da RMC que tiveram a maior proporção de responsáveis de famílias migrantes intrametropolitanos com grau superior em 2000. Ainda, Holambra, Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, não receberam migrantes na categoria *sem grau de instrução*⁴³ no período (Tabela 8).

⁴³Para o IBGE, uma pessoa “sem grau de instrução” é aquela que não completou o ensino fundamental, incluindo-se aqui os analfabetos.

Nos quatro graus de instrução por nós selecionados, Campinas também apresentou índices muito parecidos aos da média geral da RMC entre 1995/2000. Entretanto, destaca-se na sede a alta porcentagem de responsáveis de famílias migrantes na categoria *sem grau de instrução*: correspondendo a 4,8% de seu total, enquanto que o mesmo índice para a RMC foi de 2,8%. De qualquer forma, Cosmópolis (8,5%), Vinhedo (8,4%), Engenheiro Coelho (7,6%), Pedreira (7,4%) e Artur Nogueira (5,1%) apresentaram proporções ainda maiores neste sentido.

Tabela 8

Distribuição da PEA (responsáveis de famílias e maiores 14 anos de idade) migrante intrametropolitana (data fixa), segundo o grau de instrução, por município de destino na RMC 2000

Municípios de destino	Grau de instrução (%)				Total
	Nenhum	1o grau	2o grau	Superior	
Americana	2,2	55,0	32,5	10,3	3.378
Artur Nogueira	5,1	70,3	15,8	8,8	1.188
Campinas	4,8	59,9	24,5	10,7	5.111
Cosmópolis	8,5	64,8	21,1	5,7	437
Eng.Coelho	7,6	38,6	28,3	25,5	145
Holambra	.	52,2	26,9	20,9	249
Hortolândia	3,4	64,5	28,4	3,7	8.056
Indaiatuba	1,7	42,5	29,8	26,0	1.425
Itatiba	3,2	43,4	37,6	15,7	343
Jaguariúna	.	49,5	26,7	23,8	673
Monte Mor	4,2	70,9	19,0	5,9	1.030
Nova Odessa	2,4	60,6	25,0	12,0	1.502
Paulínia	0,2	53,4	33,9	12,5	1.289
Pedreira	7,4	47,3	35,1	10,1	296
Sto Ant.Posse	.	59,6	35,6	4,8	188
Sta Bárb.dOeste	0,7	54,7	36,7	7,8	2.784
Sumaré	1,4	64,3	31,0	3,3	5.971
Valinhos	1,6	39,2	33,0	26,2	2.395
Vinhedo	8,4	49,9	21,6	20,1	680
RMC	2,8	58,5	28,9	9,7	37.140

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Lançando nosso foco para Hortolândia – que, como já visto, é o município da RMC que mais se destaca pelo volume migrantes que absorve - verificamos que este recebeu mais migrantes intrametropolitanos na categoria *sem grau de instrução* em números absolutos (274 migrantes) no período, seguido apenas por Campinas (246 migrantes). Assim, de seus responsáveis de famílias migrantes

intrametropolitanos entre 1995/2000, 92,9% possuíam primeiro ou segundo grau completo, 3,4% não têm grau de instrução e 3,7% possuem nível superior. Enquanto isso, para Campinas essas proporções são de 84,4%, 4,8% e 10,7%, respectivamente (Tabela 8).

Com esses indicadores podemos estabelecer algumas relações com os dados vistos anteriormente sobre a expansão espacial e demográfica da metrópole campineira, denotando a produção e o consumo urbano diferenciado e diferenciador em termos socioespaciais na RMC. Uma primeira evidência é que, justamente nas áreas indicadas acima como estoques de terra a espera de valorização na década de 80 (Rodovia Anhangüera, entre Valinhos-Vinhedo, e áreas situadas ao longo da rodovia que liga Campinas à Jaguariúna e Holambra), foram os espaços apontados como os maiores receptores de migrantes intrametropolitanos de alta renda e alto grau de escolaridade na década de 90. No outro extremo, espaços cada vez mais adensados demograficamente - já que se constituem como os principais destinos das migrações que ocorrem na RMC - são também caracterizados por receberem grande volume de migrantes intrametropolitanos de rendimento de até cinco salários mínimos, bem como por receberem pequeno volume de migrantes de alta renda e com grau superior de estudo⁴⁴ – mais uma vez, neste quesito, Hortolândia é o município que se sobressai.

Não obstante, não podemos nos esquecer da situação do município de Campinas, em 2000. Sede metropolitana, tem sido marcada pela baixa taxa de

⁴⁴ Novamente devemos destacar que esse quadro migratório da RMC é condizente com o histórico processo de concentração de renda brasileira, sobretudo nas grandes cidades. Fernandes e Negreiros (2004), por exemplo, utilizando dados da Fundação SEADE, alertam que a região metropolitana de São Paulo apresentou grande deterioração no padrão de distribuição de renda de 1994 a 1999, o que, em grande medida, expressa o crescimento do desemprego observado no período.

crescimento populacional em relação aos municípios de seu entorno. De outro ângulo, foi o principal pólo de atração dos fluxos pendulares (Anexo 2). Ao mesmo tempo, foi o município que mais expulsa migrantes da RMC (Anexo 4). Agregando-se a estes dados, indicadores relativos à renda e escolaridade dos migrantes intrametropolitanos, temos que Campinas recebeu maior proporção de famílias migrantes sem rendimento do que famílias migrantes com renda acima de dez salários mínimos (Tabela 7), ou ainda, que recebeu significativo número de migrantes na categoria *sem grau de instrução* (Tabela 8). Tudo isso nos leva a pensar que a migração para o entorno metropolitano pode corresponder a uma segunda etapa no processo migratório dos indivíduos ou famílias que se dirigem à RMC, sobretudo para os menos qualificados em termos de escolaridade, ou os que, no caso, não possuem rendimento e que teriam, a princípio, escolhido a sede metropolitana como local de moradia. Ainda, isso também nos remete à tese de Baeninger (1999) de que, precisamente nas áreas mais dinâmicas em termos econômicos estariam os fatores de expulsão dos migrantes de baixa renda.

No que se refere ao perfil etário dos migrantes intrametropolitanos (Tabela 9), podemos verificar que as porcentagens dos diferentes municípios da RMC estão bem parecidas, ficando em torno de 20% a proporção de migrantes de 0 a 14 anos; também, 20% de 14 a 24 anos; 40% de 25 a 44 anos; 12% entre 45 a 64 anos e 3% com 65 anos ou mais entre 1995/2000. A parcela majoritária de migrantes no interior da RMC está entre 25 e 44 anos - ou seja, é exatamente a população intrametropolitana em idade produtiva que mais migra na RMC. Isso pode nos indicar que muitos desses movimentos se dão em função do mercado imobiliário, já que é também nesta fase do ciclo-vital que os indivíduos ou famílias

estão buscando se estabilizar financeiramente, o que muitas vezes se traduz na tentativa de compra da casa própria⁴⁵.

Tabela 9

População migrante intrametropolitana (data fixa), segundo a faixa etária, por município de destino na RMC
2000

Municípios de destino	Faixa etária (%)					Total
	0 a 14	15 a 24	25 a 44	45 a 64	65 ou mais	
Americana	19,4	20,7	44,7	13,0	2,2	5.589
Artur Nogueira	24,5	22,4	39,0	11,7	2,4	2.264
Campinas	20,1	23,7	42,1	10,3	3,8	9.228
Cosmópolis	11,9	22,6	39,9	17,6	8,1	740
Eng. Coelho	20,7	30,9	36,8	11,5	.	304
Holambra	24,4	15,6	41,5	15,3	3,2	463
Hortolândia	20,7	21,6	42,3	12,6	2,7	13.417
Indaiatuba	20,8	18,2	45,0	12,5	3,4	2.347
Itatiba	18,4	24,1	44,8	10,5	2,2	640
Jaguariúna	15,1	22,4	43,6	17,0	2,0	1.060
Monte Mor	19,5	20,6	38,2	20,2	1,5	1.781
Nova Odessa	22,1	14,2	47,4	11,8	4,5	2.727
Paulínia	21,0	17,9	49,7	8,1	3,4	2.308
Pedreira	20,8	12,5	44,3	13,5	8,9	542
Sto Ant.Posse	21,2	18,1	50,0	8,1	2,6	420
Sta Bárbara do Oeste	19,6	21,6	42,9	13,2	2,6	4.777
Sumaré	21,6	20,0	43,9	11,3	3,1	10.297
Valinhos	21,0	17,7	46,5	11,9	2,9	4345
Vinhedo	19,8	21,3	43,3	11,9	3,7	1.302
RMC	20,5	20,7	43,6	12,0	3,1	63.830

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

O padrão de moradia também é outro aspecto que pode apontar as desigualdades sociais existentes em determinados espaços. Mais do que evidenciar o tamanho de uma determinada residência, o indicador referente ao número de banheiros, por exemplo, pode nos auxiliar na busca de pistas referentes ao grau de precariedade das moradias de um determinado espaço. Isso

⁴⁵ Cabe ressaltarmos que seria arriscado deduzir que muitos desses movimentos se dão em função do mercado de trabalho, já que, como visto, grande parte da PEA da RMC no período realiza viagens diárias, de um município a outro, para trabalhar. De maneira complementar, no que diz respeito à aquisição da casa própria Bonduki (1998) desenvolve que para as populações de baixa renda a *“opção pela casa própria torna-se o refúgio seguro contra as incertezas que o mercado de trabalho e as condições de vida urbana reservam ao trabalhador que envelhece”* (p. 310). Neste sentido, para Bonduki o modelo habitacional predominante nas grandes cidades brasileiras possui raízes conservadoras, tanto em termo políticos mais gerais, como na escala da organização da vida cotidiana, já que se pautam em valores que giram em torno da família, concretizando um modo de vida individualista, pouco receptivo aos processos coletivos de organização e participação, fora aqueles absolutamente necessários à viabilização do projeto da casa própria.

se torna mais verdadeiro quando se pensa que outros indicadores neste sentido - como o acesso à de energia elétrica ou mesmo água encanada - encontram-se praticamente universalizados na RMC, nos dias de hoje. (Tabela 10).

Tabela 10

Distribuição dos domicílios atuais do migrante intrametropolitano (data fixa), segundo o número de banheiros, por município de destino na RMC

2000

Municípios de destino	Número de banheiros por domicílio particular permanente (%)					Total
	Não tem	1	2	3	4 ou mais	
Americana	0,6	74,4	16,1	7,4	1,5	1.914
Artur Nogueira	.	72,7	20,2	5,7	1,4	662
Campinas	1,3	80,7	14,1	3,6	0,3	2.834
Cosmópolis	.	67,5	32,5	.	.	280
Eng.Coelho	4,5	76,4	.	19,1	.	89
Holambra	.	34,1	40,7	25,2	.	122
Hortolândia	1,4	83,5	13,6	1,3	0,2	4.336
Indaiatuba	1,2	59,7	22,3	11,8	5,0	761
Itatiba	.	69,5	13,8	16,7	.	203
Jaguariúna	.	55,2	26,8	5,3	12,7	340
Monte Mor	3,5	72,0	17,6	3,5	3,3	659
Nova Odessa	1,1	83,3	7,6	3,4	4,6	1.003
Paulínia	.	75,3	10,1	12,9	1,6	683
Pedreira	.	79,1	14,8	.	6,0	182
Sto Ant.Posse	.	86,0	14,0	.	.	143
Sta Bárb.dOeste	0,8	85,9	11,3	2,1	.	1.591
Sumaré	2,0	85,0	11,4	1,6	.	3.436
Valinhos	.	57,6	20,2	8,4	13,7	1.361
Vinhedo	4,9	51,4	13,0	15,6	15,1	392
RMC	1,2	77,4	14,6	4,5	2,3	20.991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Num panorama geral, de 1995/2000, dentre os domicílios dos migrantes intrametropolitanos é predominante o padrão de um banheiro, ficando numa proporção de cerca de 77%. Em cerca de 14% dos domicílios dos migrantes intrametropolitanos há dois banheiros; e 4,5% de domicílios têm três banheiros.

Corroborando para a indicação de que se tratam de espaços destinados a camadas da população de mais alta renda, Valinhos e Jaguariúna são destaque aqui por não terem domicílios de migrantes intrametropolitanos sem banheiros, e, ao mesmo tempo, abrigarem proporções acima da média de domicílios de migrantes com quatro banheiros ou mais – chegando a 13,7% do total dos

domicílios de migrantes intrametropolitanos em Valinhos e a 12,7% dos domicílios de migrantes intrametropolitanos que se dirigiram para Jaguariúna, entre 1995/2000.

Em termos de diversidade (ou polaridade) de padrão de moradia de destino das famílias migrantes, Vinhedo se destaca no período: de um lado foi o município que apresentou maior proporção de famílias migrantes intrametropolitanas que se dirigiram para domicílios sem banheiros (4,9%); de outro, foi também o município que apresentou maior proporção de famílias migrantes que se dirigiram para domicílios com quatro ou mais banheiros (15,1%, enquanto a média para a RMC foi de 2,3%).

Assim, dentre outras coisas, esse tipo de indicador pode refletir, por exemplo, uma menor diversidade social, bem como uma oferta menos diversificada de moradias para os que se dirigiram para Holambra, Jaguariúna e Valinhos (com certa homogeneização, aqui, de moradias direcionadas para migrantes de alto poder aquisitivo). Já municípios como Cosmópolis, Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste, e até mesmo Campinas, indicam certa homogeneização de moradias direcionadas a migrantes de poder aquisitivo mais baixo. Com efeito, em se tratando de migração de pessoas de baixa renda, não podemos ignorar a observação de Cunha (1994) de que há razões para supormos que os movimentos intrametropolitanos não se configuram uma migração dos mais pobres, uma vez que esta mudança de domicílio implicaria uma disponibilidade financeira mínima, sobretudo, no caso das famílias que deixam as áreas centrais em busca ofertas habitacionais acessíveis, por vezes existentes no entorno metropolitano.

O tipo de domicílio (casa, apartamento ou cômodo) é também outro indicador que pode evidenciar, dentre outras coisas, a diferença entre a oferta de imóveis nos municípios da RMC (Tabela 11).

Tabela 11

Distribuição dos domicílios do migrante intrametropolitano (data fixa), segundo o tipo de domicílio atual, por município de destino na RMC

2000

Municípios de destino	Tipo de domicílio particular permanente			Total
	Casa (%)	Apartamento (%)	Cômodo (%)	
Americana	83,4	16,6	.	1.914
Artur Nogueira	100,0	.	.	662
Campinas	76,9	21,8	1,2	2.834
Cosmópolis	96,8	.	3,2	280
Eng.Coelho	94,4	.	5,6	89
Holambra	97,5	.	2,5	122
Hortolândia	99,1	0,6	0,3	4.336
Indaiatuba	87,0	13,0	.	761
Itatiba	83,3	16,7	.	203
Jaguariúna	90,0	10,0	.	340
Monte Mor	96,7	3,3	.	659
Nova Odessa	95,5	4,5	.	1.003
Paulínia	98,5	.	1,5	683
Pedreira	78,0	22,0	.	182
Sto Ant.Posse	100,0	.	.	143
Sta Bárbara d'Oeste	96,4	3,6	.	1.591
Sumaré	86,7	10,9	2,4	3.436
Valinhos	90,6	8,6	0,8	1.361
Vinhedo	87,5	4,8	7,7	392
RMC	90,5	8,6	0,9	20.991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Num panorama geral, observamos que as famílias migrantes intrametropolitanas do período residem, majoritariamente, em domicílios do tipo casa. O significativo percentual de migrantes morando em apartamentos em Campinas, Pedreira, Itatiba, Americana, Indaiatuba e Jaguariúna denotam, dentre outras coisas, a maior diversidade social dos que se dirigiram para estas áreas⁴⁶, assim como a existência de um mercado imobiliário bem mais diferenciado do que em municípios como Santa Bárbara d'Oeste, Monte Mor ou Hortolândia – este

⁴⁶ Sobre tudo se considerarmos que o apartamento é, de modo geral, uma produção imobiliária empresarial que carrega um padrão construtivo superior ao da casa.

último destacando-se aqui por ser o que apresentou menor porcentagem de famílias migrantes que se dirigem para apartamentos, apenas 0,6% para uma média metropolitana de 8,6%.

Mais uma vez as condições de renda e instrução dos migrantes intrametropolitanos encontram rebatimento no seu padrão de moradia: exemplo disso é Valinhos. Conforme observamos, trata-se de um município marcado por receber migrantes de alta renda e alto grau de instrução. É marcado também por ser um dos municípios da RMC onde mais se localizam condomínios residenciais fechados. Assim, ao analisarmos o tipo de domicílio da população intrametropolitana que para lá se dirige, veremos que se trata, majoritariamente, de domicílio do tipo casa – justamente, padrão predominante de seus famosos condomínios. Ao mesmo tempo, observamos que Valinhos é também marcado por receber pequeno percentual de população intrametropolitana de baixa renda. Da mesma forma, foi um dos municípios da RMC que tiveram menor porcentagem domicílios de migrantes do tipo cômodo: 0,8% (Tabela 11).

Seguido de Valinhos, Hortolândia foi o município da RMC que apresentou a menor porcentagem da RMC de famílias migrantes que se dirigem para domicílios tipo cômodo entre 1995/2000 – enquanto para o total da RMC este índice é de 0,9% para o período, em Hortolândia essa proporção foi de 0,3% (Tabela 11). Conforme já apontado, tratam-se, exatamente, de dois espaços na RMC que denotam uma tendência à segregação: Valinhos, de camadas de mais alto rendimento, enquanto que as camadas de menor rendimento dirigem-se, majoritariamente, para Hortolândia. Desse modo, a informação de que suas proporções de domicílios do tipo cômodo (entre os migrantes) foram muito semelhantes, aparece, neste ponto de nosso trabalho, como mais uma peça para

a confirmação da hipótese de que os movimentos intrametropolitanos em direção à Hortolândia não se configuram na migração dos mais pobres, indicando que há uma disponibilidade financeira mínima para estes indivíduos ou famílias que para lá se dirigem.

Por outro lado, o município de Vinhedo mais uma vez se destaca pela heterogeneidade (ou polaridade) social da população migrante que para lá se dirige, levando-se em conta aqui o tipo de domicílio da família migrante. Apesar de a grande maioria das famílias que para Vinhedo se dirigem abrigar-se em domicílios tipo casa (87,5%), entre 1995/2000, foi também em Vinhedo que pudemos observar o maior percentual da RMC de famílias migrantes que residem em domicílios tipo cômodo (7,7%), proporção maior até do que a de famílias que se dirigem para apartamentos (4,8%) neste município, no período (Tabela 11).

Como se vê, neste item procuramos mostrar a interação de fatores como nível de rendimento, grau de instrução, mercado imobiliário. Todos eles, à luz do processo de mobilidade espacial, somam-se à nossa análise da formação do espaço metropolitano. Podemos apontar, até o presente momento, algumas conclusões aparentemente paradoxais. Uma primeira evidência é que há conformação de um padrão socioespacial desigual na RMC na década de sua consolidação enquanto metrópole do interior paulista. Valinhos, Holambra e Jaguariúna foram um dos municípios da RMC que mais receberam porcentagens de migrantes intrametropolitanos com alto rendimento, alto grau de instrução e com moradias marcadas por um sofisticado padrão construtivo. Mais do que nos demais municípios da RMC, há tendência à segregação de camadas de alto rendimento em Valinhos, devido, sobretudo à sua baixa porcentagem de famílias migrantes intrametropolitanos com renda *per capita* mensal de até um salário

mínimo, bem como pequena porcentagem de migrantes com baixo grau de instrução e que apresentem como moradias de destino domicílios marcados por padrões construtivos mais modestos.

Por outro lado, municípios como Sumaré, Cosmópolis, Monte Mor, Santa Bárbara d'Oeste e, sobretudo, Hortolândia, se destacam por abrigar, majoritariamente, migrantes intrametropolitanos de baixo rendimento, menor grau de instrução e por abrigarem famílias migrantes que se direcionam para moradias menos diversificadas em termos de padrão construtivo, sendo marcadas por se tratarem de domicílios tipo casa e com um ou, no máximo, dois banheiros.

Assim, para mais do que uma polarização socioespacial, através dos dados até aqui analisados o que podemos perceber é que, de fato, as áreas valorizadas da metrópole estão abertas para receber migrantes, desde que sejam de alta qualificação e alta renda.

2.3 - Caracterização da população residente na RMC

Conforme apontamos, acreditamos que a conexão entre indicadores como renda familiar, grau de instrução, acesso à moradia e a serviços de infra-estrutura básica é o ponto de partida de nossa análise acerca das desigualdades socioespaciais, bem como da produção do espaço num momento dado. Com efeito, esses indicadores nos auxiliam na medida em que nos informam, dentre outras coisas, sobre condições de reprodução social resultantes da interação entre espaço urbano e relações sociais, e que, ao mesmo tempo, agem no sentido de transformar esse processo. É o que tentaremos apreender nas páginas seguintes.

Ao observarmos os dados referentes às rendas familiares *per capita* da população da RMC, de acordo com o censo 2000, veremos que cerca de 53%

tinham um rendimento entre um e cinco salários mínimos, 3,7% não possuíam qualquer tipo de rendimento, 29,8% possuíam rendimento de até um salário mínimo e 12,9% recebiam cinco ou mais salários mínimos mensais (Tabela 12). Com estas informações podemos verificar que também entre a população residente nos municípios da RMC (e não só entre os migrantes) há uma expressiva concentração de renda. Não obstante, se aproximarmos nosso olhar para cada município da RMC, observaremos que esse quadro pode variar bastante, dando-nos peças para a construção de nossas conclusões.

Assim, Cosmópolis (6,1%), Monte Mor (5,5%), Hortolândia (5%), Campinas (4,7%) e Sumaré (4,4%) destacaram-se na RMC por abrigar uma porcentagem acima da média de população sem rendimento, em 2000. No que diz respeito à faixa de renda que chega até um salário mínimo mensal, Monte Mor (48,7%), Santo Antonio de Posse (48%), Engenheiro Coelho (46,7%) e Hortolândia (43,1%) mereceram destaque. No outro extremo, Vinhedo (20,7%) e Valinhos (23,3%) se destacaram pela menor proporção neste sentido, em 2000.

Já na faixa de renda um pouco mais elevada, entre cinco e dez salários mínimos mensais, enquanto que para a RMC a média geral foi de 8% da população, em Hortolândia encontramos menor proporção, 2,3%. Vinhedo e Campinas, Holambra e Valinhos destacaram-se por abrigar a maior proporção da RMC de família com renda superior a dez salários mínimos, no período. No outro extremo, aparece com uma das menores proporções neste sentido, mais uma vez, Hortolândia.

Tabela 12

Responsáveis de famílias, segundo renda *per capita* mensal, por município de residência na RMC 2000

Municípios	Faixas de renda familiar (em salários mínimos) %							Total
	Sem rend.	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 ou mais	
Americana	1,9	25,2	34,1	27,0	8,6	2,4	0,8	52.443
Artur Nogueira	3,7	42,0	28,3	20,1	4,7	1,2	.	9.008
Campinas	4,7	24,6	24,7	26,4	11,5	6,1	2,0	283.143
Cosmópolis	6,1	36,2	32,3	20,2	4,1	1,0	0,1	12.322
Eng.Coelho	3,5	46,7	25,7	16,8	3,5	2,7	1,0	2.586
Holambra	1,3	36,0	31,4	18,8	6,8	4,0	1,7	1.868
Hortolândia	5,0	43,1	31,8	17,2	2,3	0,4	0,1	40.371
Indaiatuba	2,5	31,3	33,2	22,4	6,9	2,6	1,1	40.317
Itatiba	1,3	33,3	32,3	22,8	7,2	2,3	0,6	22.272
Jaguariúna	2,5	35,7	32,7	21,6	4,1	2,7	0,7	7.963
Monte Mor	5,5	48,7	25,8	15,6	2,7	1,5	0,2	9.869
Nova Odessa	1,3	36,1	32,8	24,0	4,3	1,4	0,1	11.770
Paulínia	3,7	27,3	32,1	27,4	6,9	1,8	0,8	13.768
Pedreira	0,7	33,4	36,1	24,2	4,3	0,9	0,4	9.667
Sto Ant.Posse	2,7	48,0	27,3	16,0	4,2	1,1	0,6	4.897
Sta Bárb.dOeste	1,9	35,3	37,1	21,4	3,2	0,9	0,2	46.883
Sumaré	4,4	38,5	33,2	19,2	3,6	0,7	0,2	53.719
Valinhos	0,8	23,3	32,5	29,0	8,6	4,1	1,6	23.342
Vinhedo	2,5	20,7	32,7	27,4	9,7	4,8	2,1	12.802
RMC	3,7	29,8	29,5	24,1	8,0	3,7	1,2	659.010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Dando seqüência à caracterização da população da RMC, consideramos que a relação entre a posição do trabalhador na hierarquia sócio-ocupacional e seu lugar no espaço metropolitano pode em muito nos auxiliar na análise do padrão de diferenciação espacial da RMC, uma vez que este indicador, em conjunto com os já tradicionalmente utilizados neste tipo de análise (renda, acesso à terra e à serviços etc.) nos informa sobre as condições de produção e reprodução espacial que resultam das relações sociais, ao mesmo tempo em que as transformam – indo de encontro com nossos pressupostos teóricos baseados em Lefebvre e Gottdiener. Assim, no que diz respeito aos dados sobre os setores de atividades⁴⁷ onde está empregada a PEA da RMC (Tabela 13), temos que as

⁴⁷ Neste trabalho serão utilizadas 8 categorias sócio-ocupacionais derivadas da classificação desenvolvida pelo *Observatório da Metrópole* do IPPUR/UFRJ e que nos foi gentilmente cedida. Para a construção das categorias de forma hierarquizada este Instituto calculou um índice para cada ocupação do Censo Demográfico de 2000, baseados nas variáveis renda e instrução,

ocupações de menor remuneração absorveram grande parte dos trabalhadores metropolitanos: em 2000, cerca de 47,5% da PEA metropolitana era composta por trabalhadores do comércio e serviço, trabalhadores manuais da indústria e os chamados trabalhadores de sobrevivência. Também, os chamados *profissionais não-manuais em ocupações médias*, compunham 49,6% da PEA da RMC.

Ao analisarmos este dado para os municípios da RMC de maneira comparativa, veremos que municípios como Vinhedo, Valinhos, Holambra, Campinas e Americana apresentam porcentagens acima da média da RMC de ocupações de alta remuneração (elite dirigente), ao passo que Artur Nogueira, Sumaré e Hortolândia apresentam as menores proporções neste sentido – apenas 0,1% para uma média de 0,9%. Hortolândia também apresenta 0,1% de sua PEA na classificação *pequena burguesia*, bem como na classificação *profissionais de nível superior*. A maioria da PEA deste município (54,8%) está dividida entre as ocupações *trabalhadores do comércio e serviços*, *trabalhadores manuais da indústria* e *trabalhadores da sobrevivência*.(Tabela 13).

agregando-se as ocupações em grupos socialmente homogêneos. As variáveis *setor de atividade* e *posição na ocupação* também foram agregadas a esta classificação, chegando-se às seguintes categorias:

- Ocupações Agrícolas;
- Elite dirigente: formado por empregadores de alta renda, dirigentes dos setores público e privado e profissionais liberais;
- Pequena burguesia: formada por empregadores de menor renda e comerciantes por conta própria;
- Profissionais de nível superior: formada por autônomos e pelos que trabalham por conta própria;
- Trabalhadores não-manuais em ocupações médias: formada por trabalhadores em atividades de rotina, de supervisão, técnicas e artísticas, nas áreas de saúde, de educação, de segurança pública, na justiça e nos correios;
- Trabalhadores do comércio e serviços: formada por vendedores, praticistas e prestadores de serviços;
- Trabalhadores manuais da indústria: formada por operários da indústria moderna, tradicional e da construção civil;
- Trabalhadores da sobrevivência: formada por empregados domésticos, ambulantes e biscoiteiros.

Tabela 13
Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) segundo setor de atividade por município na RMC
2000

Município de residência	Setor de atividade (%)									Total
	Ocupações agrícolas	Elite dirigente	Pequena burguesia	Profissionais de nível superior	Profissionais não manuais em ocup. médias	Trab. do comércio/serviços	Trab. manuais da indústria	Trab. de sobrevivência	Sem classificação	
Americana	.	1,0	0,4	1,0	48,4	15,9	25,2	7,9	0,1	89.830
Artur Nogueira	0,1	0,1	0,3	0,3	48,4	16,7	24,9	9,1	0,1	15.672
Campinas	.	1,5	0,7	2,5	53,7	18,1	15,5	7,8	0,2	476.077
Cosmópolis	0,1	0,2	0,1	0,4	50,4	16,9	24,2	7,7	.	19.961
Eng. Coelho	0,1	0,2	0,4	0,4	51,1	13,4	19,1	15,3	0,1	4.671
Holambra	0,4	1,7	0,6	1,1	60,0	16,1	11,3	8,9	.	3.832
Hortolândia	.	0,1	0,1	0,1	44,8	20,8	23,8	10,1	0,1	72.167
Indaiatuba	.	0,7	0,4	0,7	47,5	15,8	25,8	9,1	.	71.371
Itatiba	.	0,6	0,3	0,9	42,9	18,2	26,7	10,3	0,1	39.851
Jaguariuna	0,1	0,2	0,2	0,5	54,8	15,6	21,0	7,3	0,3	14.874
Monte-Mor	0,1	0,4	0,3	0,2	51,0	15,4	22,4	10,3	.	16.829
Nova Odessa	.	0,2	0,3	0,4	45,7	14,8	29,3	9,2	0,1	19.769
Paulínia	.	0,6	0,4	0,3	51,3	20,2	18,9	8,3	0,1	25.521
Pedreira	0,1	0,3	0,3	0,2	46,1	17,7	30,3	5,0	0,1	17.546
Sta Ant. de Posse	.	0,3	0,1	0,3	43,6	16,5	31,0	8,2	.	80.453
Sta Bárb. D'Oeste	.	0,2	0,5	0,3	52,1	15,6	22,8	8,5	.	8.394
Sumaré	.	0,1	0,1	0,2	43,3	19,4	25,5	11,3	.	94.223
Valinhos	.	1,7	0,6	1,3	49,9	14,9	22,4	9,0	0,2	41.831
Vinhedo	.	2,2	0,9	1,2	45,3	15,4	24,1	10,8	0,1	24.419
RMC	.	0,9	0,5	1,4	49,6	17,6	21,3	8,6	0,1	1.137.293

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Conforme ressalta Lago (2000), o grau de instrução é um importante indicador que mantém intensa correlação com a distribuição de bens e as condições materiais de reprodução da sociedade – sobretudo no que diz respeito a postos de trabalho e renda. Assim, o nível educacional é, ao mesmo tempo, condição e produto da inserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Ao compararmos os graus de instrução da PEA responsável de famílias dos municípios da RMC em 2000, veremos que a grande maioria, 59,2%, possuía 1º grau, 23,5% possuíam 2º grau e 13,2% grau superior (Tabela 14)

No que se refere à PEA na categoria *sem grau de instrução*, Engenheiro Coelho é destaque com a maior proporção: cerca de 10,7% de sua população em 2000; já município que apresentou menor proporção da PEA com grau superior no período foi Hortolândia com 3,2%.

Tabela 14

Distribuição da PEA (responsáveis de famílias maiores 14 anos de idade) segundo o grau de instrução, por município de residência na RMC 2000

Município	Grau de instrução %				Total
	Nenhum	1o grau	2o grau	Superior	
Americana	2,6	57,6	27,1	12,7	39.331
Artur Nogueira	6,5	69,8	17,5	6,2	7.130
Campinas	3,4	50,6	25,3	20,7	214.633
Cosmópolis	5,3	68,7	19,3	6,8	9.288
Eng. Coelho	10,7	71,0	11,7	6,6	2.168
Holambra	6,7	64,5	18,7	10,1	1.574
Hortolândia	5,9	71,8	19,0	3,2	32.767
Indaiatuba	4,0	62,5	23,7	9,9	31.457
Itatiba	5,2	66,3	19,4	9,2	16.952
Jaguariúna	5,2	61,3	23,5	10,0	6.153
Monte Mor	8,4	72,7	14,9	4,1	7.959
Nova Odessa	4,1	61,6	26,8	7,5	9.206
Paulínia	3,8	62,6	26,8	6,8	11.114
Pedreira	4,1	72,2	17,9	5,9	7.172
Sto Ant.Posse	6,7	74,1	14,6	4,5	3.900
Sta Bárb.dOeste	2,8	69,5	22,4	5,3	35.565
Sumaré	5,7	70,5	20,3	3,6	43.165
Valinhos	3,7	56,4	25,7	14,2	18.399
Vinhedo	5,9	54,3	25,9	13,9	10.294
RMC	4,1	59,2	23,5	13,2	508.225

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Pensando na sede metropolitana em 2000, podemos verificar que, a despeito de abrigar uma considerável proporção de famílias sem rendimento, e apesar da maioria estar na faixa de rendimento entre dois e cinco salários mínimos mensais, Campinas se destaca como o município da RMC que abriga a maior proporção de famílias com renda mensal *per capita* acima de cinco salários mínimos (isso para não falarmos que possui uma das maiores proporções de famílias com rendas mensais superiores a vinte salários mínimos *per capita*, ficando atrás apenas de Valinhos). Da mesma forma, a despeito da maioria de sua PEA ter apenas o 1º grau de instrução, Campinas se destaca na RMC por abrigar a maior porcentagem de população economicamente ativa com ensino superior, por ter grande contingente da PEA empregada em postos mais elevados e uma das menores proporções de PEA na categoria *trabalhadores da sobrevivência*.

Do mesmo modo, apesar da maioria das famílias residentes em Valinhos estar na faixa de rendimento entre um e dois salários mínimos mensais em 2000, este município também se sobressai na RMC por abrigar considerável número de famílias com renda *per capita* mensal acima de cinco salários mínimos, sendo um dos municípios que apresenta maior proporção de famílias com renda superior a vinte salários mínimos, em 2000, conforme já dito. Ademais, este município também é marcado por abrigar, neste mesmo período, a menor porcentagem de famílias sem rendimento, ou com rendimento mensal de até um salário mínimo. Também se destaca por abrigar uma PEA que trabalha em postos mais elevados, como é o caso da classificação *elite dirigente*. No que diz respeito ao grau de instrução, Valinhos também se destaca por abrigar considerável porcentagem da PEA com grau superior.

No outro extremo, municípios do sudoeste da RMC como Monte Mor, Hortolândia e Sumaré destacam-se por abrigar uma porcentagem acima da média metropolitana de famílias sem rendimento, em 2000, assim como por abrigar porcentagem abaixo da média de habitantes com ensino superior e com altos rendimentos mensais familiares e ocupando altos postos de trabalho.

Como vemos, os indicadores de renda, setores de atividades da ocupação e grau de instrução evidenciam uma elevada desigualdade social na RMC, desigualdade esta que também se manifesta espacialmente. Assim, não é exclusividade da população migrante a grande proporção de pessoas com baixos rendimentos e pouca instrução: também é elevado o volume de população residente nesta mesma situação.

Dando seqüência à nossa formulação teórica – para a qual uma das idéias centrais é a de que a produção do espaço é resultante não só da conjugação de

dinâmicas econômicas e políticas gerais como também de dinâmicas especificamente cotidianas - faz-se necessário, para a conclusão da análise do padrão de desigualdades socioespaciais na RMC, incluir indicadores que retratem as condições urbanas de vida da população. Neste sentido, serão investigadas, a seguir, as condições de acesso à terra e à moradia, no que concerne ao padrão construtivo e à acessibilidade aos serviços urbanos, da população metropolitana, procurando compreender, mesmo que de forma parcial, a dinâmica imobiliária dentro da região e as possíveis conexões com o padrão de desigualdade observado.

Um primeiro indicador que pode informar sobre a qualidade da habitação diz respeito ao tipo de domicílio. Podemos verificar que é predominante nos domicílios da RMC - tal qual entre a população migrante, conforme apontado no item acima - o padrão casa. Contudo, os dois maiores municípios da RMC (Campinas e Americana) apresentam uma significativa porcentagem de apartamentos, o que denota não só uma maior variedade do mercado imobiliário, como um processo de verticalização desses espaços⁴⁸ (Tabela 15). Além disso, municípios como Cosmópolis, Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste destacam-se não só por apresentarem alta porcentagem de casas, como também por apresentarem uma maior porcentagem de famílias vivendo em domicílios do tipo cômodo do que do tipo apartamento.

⁴⁸ Especificamente no que diz respeito à intensificação do processo de verticalização de Campinas e à especulação imobiliária por trás disso, Semeghini (2006) coloca que, sobretudo a partir de 1970, já não era possível ao poder público continuar abrindo grandes frentes de expansão da cidade – uma vez que operações de crédito do período anterior comprimiram a capacidade de endividamento do setor público; dessa forma, começou-se a intensificar a ocupação das áreas reurbanizadas, com grande uso dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Com efeito, a construção de prédios de apartamentos “em 1975 representou 15% do acréscimo das novas moradias, em 1979 foi responsável por 49% e em 1991, por 61% . As alterações ad hoc das leis de zoneamento, para permitir a verticalização, viabilizaram grandes lucros especulativos com o valor dos terrenos”. (SEMEGHINI, 2006, p. 64).

Tabela 15
Responsáveis de famílias, segundo o tipo de domicílio particular
permanente, por município de residência na RMC
2000

Município	Tipo de domicílio			Total
	Casa (%)	Apartamento (%)	Cômodo (%)	
Americana	90,7	9,0	0,3	52.442
Artur Nogueira	99,6	.	0,4	9.008
Campinas	78,3	20,9	0,8	283.143
Cosmópolis	98,1	0,3	1,7	12.322
Eng. Coelho	93,9	1,2	4,9	2.587
Holambra	97,5	0,3	2,2	1.868
Hortolândia	98,4	0,5	1,1	40.370
Indaiatuba	93,4	5,7	0,9	40.317
Itatiba	92,2	6,6	1,3	22.272
Jaguariúna	96,3	3,1	0,6	7.963
Monte Mor	98,4	1,2	0,4	9.868
Nova Odessa	98,3	1,2	0,5	11.770
Paulínia	96,2	1,2	2,7	13.769
Pedreira	91,9	6,9	1,1	9.667
Sto Ant.Posse	97,7	0,4	1,9	4.896
Sta Bárb.dOeste	97,7	0,4	1,9	46.884
Sumaré	96,6	2,4	0,9	53.720
Valinhos	92,9	6,7	0,4	23.342
Vinhedo	97,4	1,3	1,3	12.802
RMC	87,9	11,3	0,8	659.010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Isso aponta que a diferenciação dos indicadores desses municípios em relação aos demais não se revela apenas nos dados referentes à renda, instrução, ou distância do local de emprego, mas também no padrão de moradia de seus habitantes. Conforme já apontado, essa diferenciação ou desigualdade fica mais evidente se consideramos que o apartamento é, num geral, obra de uma produção imobiliária empresarial, carregando, em média, um padrão construtivo superior ao da casa.

De forma complementar, o tamanho da habitação é também outra variável que pode denotar o padrão construtivo de uma moradia. Numa análise geral, em 2000, as famílias da RMC residiam, majoritariamente, em domicílios com um banheiro. Entretanto, enquanto Engenheiro Coelho (3,8%), Monte Mor (2,4%) e Santa Bárbara d'Oeste (1,6%) destacam-se pela considerável porcentagem de

domicílios sem banheiro (Tabela 16). Do ângulo oposto, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Itatiba, Jaguariúna, Paulínia, Pedreira, Santo Antonio de Posse e Valinhos, destacam-se pela baixa porcentagem de domicílios nesta situação.

Tabela 16
Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo o número de banheiros
2000

Município	Número de banheiros por domicílio (%)					Total
	Não tem	1	2	3	4 ou +	
Americana	0,7	67,3	22,5	7,0	2,5	52.443
Artur Nogueira	.	74,0	20,6	4,2	0,8	9.008
Campinas	1,3	65,8	21,6	7,7	3,7	283.143
Cosmópolis	.	75,4	19,1	.	.	12.322
Eng. Coelho	3,8	77,5	.	3,4	.	2.586
Holambra	.	74,8	16,3	6,9	.	1.868
Hortolândia	1,2	78,8	18,1	1,5	0,4	40.371
Indaiatuba	0,9	69,6	22,0	5,3	2,2	40.317
Itatiba	.	70,5	20,3	5,6	.	22.272
Jaguariúna	.	68,7	23,3	5,3	1,8	7.963
Monte Mor	2,4	74,1	19,3	2,9	1,4	9.869
Nova Odessa	0,8	75,6	18,4	4,1	1,1	11.770
Paulínia	.	69,2	21,7	5,5	1,7	13.768
Pedreira	.	76,7	16,7	.	1,6	9.667
Sto Ant.Posse	.	77,4	14,6	.	.	4.897
Sta Bárb.dOeste	1,6	79,0	16,4	2,4	.	46.883
Sumaré	1,3	79,7	16,3	2,4	.	53.719
Valinhos	.	65,8	22,8	7,3	3,5	23.342
Vinhedo	0,9	62,5	20,5	8,4	7,8	12.802
RMC	1,2	70,1	20,4	5,8	2,6	659.010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Enquanto Sumaré (79,7%), Santa Bárbara d'Oeste (79%) e Hortolândia destacam-se pela grande porcentagem de domicílios com um banheiro, Campinas (65,8%), Valinhos (65,8%) e Vinhedo (62,5%) destacam-se por apresentarem porcentagens abaixo da média neste sentido (Tabela 16).

Ainda, Vinhedo (8,4%), Campinas (7,7%), Valinhos (7,3%) e Americana (7%) são os municípios que apresentaram maiores proporções de domicílios com três banheiros – o contraponto aqui fica por conta de Cosmópolis, Pedreira e Santo Antonio de Posse que não possuem domicílios com três banheiros, e,

Hortolândia, com a menor taxa neste sentido, 1,5%. Por fim, Vinhedo (7,8%), seguido de Campinas (3,7%) e Valinhos (3,5%) foram os municípios da RMC que apresentaram maior proporção de domicílios com quatro ou mais banheiros; no outro extremo, com nenhum domicílio nesta condição, destacam-se Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Itatiba, Pedreira, Santo Antonio de Posse, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré.

Como podemos observar, de modo geral, na RMC os indicadores de renda e grau instrução também encontram rebatimento nos indicadores referentes ao padrão construtivo de suas moradias. Assim, ao analisarmos todos esses dados podemos afirmar que a idéia comum de que quanto mais distante da sede metropolitana, mais precárias são as condições de vida da população não é totalmente válida, ao menos no caso da RMC. Há sim uma desigualdade social que também se expressa espacialmente nesta região metropolitana, contudo ela não se dá tanto em termos de distância física da sede, propriamente dita, mas sim em termos de uma distância social e simbólica dos valorizados espaços metropolitanos: municípios como Hortolândia abrigam população em condições de vida precárias (em sua maioria), mesmo estando muito próximos de Campinas.

Por conseguinte, o indicador de infra-estrutura básica pode evidenciar uma diferenciação espacial das condições de moradia na RMC um pouco distinta da apreendida anteriormente. No que diz respeito à forma de abastecimento de água, por exemplo, Holambra (município que se destaca na RMC, por exemplo, pela alta porcentagem de população com rendimento acima de vinte salários mínimos, conforme já apontado) aparece como o município com índices mais precários em 2000, com apenas 47% de seus domicílios com canalização em pelo menos um cômodo e rede geral (Tabela 17). Em seguida, e também com porcentagens

abaixo da média geral aparece Engenheiro Coelho (68,8%). Em parte, esses dados podem ser justificados, pelo menos para o caso de Holambra e Engenheiro Coelho, por tratarem-se de municípios recém-criados, emancipados na década de 1990. Contudo, esse quadro não se verifica, por exemplo, no município de Hortolândia, que também foi emancipado na década passada.

Tabela 17
Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo a forma de abastecimento de água
2000

Município	Forma de abastecimento de água		Total
	Com canalização em pelo menos um cômodo e rede geral (%)	Outros (%)	
Americana	97,7	2,3	52.443
Artur Nogueira	89,9	10,1	9.008
Campinas	95,6	4,4	283.143
Cosmópolis	94,8	5,2	12.322
Eng. Coelho	68,8	31,2	2.586
Holambra	47,0	53,0	1.868
Hortolândia	96,5	3,5	40.371
Indaiatuba	90,5	9,4	40.317
Itatiba	85,3	14,7	22.272
Jaguariúna	88,0	12,0	7.963
Monte Mor	89,0	11,0	9.869
Nova Odessa	96,4	3,6	11.770
Paulínia	95,9	4,1	13.768
Pedreira	95,7	4,3	9.667
Sto Ant.Posse	85,2	14,8	4.897
Sta Bárb.dOeste	97,9	2,1	46.883
Sumaré	96,1	3,9	53.719
Valinhos	85,5	14,5	23.342
Vinhedo	93,0	7,0	12.802
RMC	94,4	5,6	659.010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Não obstante, no que diz respeito à forma de saneamento básico, Hortolândia é o município que, sem dúvida alguma, chama maior atenção: enquanto que, num geral, 80,5% dos domicílios da RMC, em 2000, estavam ligados à rede geral de esgoto, em Hortolândia essa porcentagem foi de 4,4% (Tabela 18).

Tabela 18

Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo forma de saneamento básico

2000

Município	Forma de saneamento básico			Total
	Ligada à rede geral de esgoto (%)	Fossa séptica (%)	Outro (%)	
Americana	93,9	1,8	4,3	52.443
Artur Nogueira	90,0	2,0	8,0	9.008
Campinas	85,7	5,2	9,1	283.143
Cosmópolis	88,9	3,5	7,6	12.322
Eng. Coelho	69,3	8,5	22,2	2.586
Holambra	50,9	12,5	36,6	1.868
Hortolândia	4,4	76,2	19,4	40.371
Indaiatuba	90,7	4,4	4,9	40.317
Itatiba	80,9	5,5	13,6	22.272
Jaguariúna	85,5	7,8	6,7	7.963
Monte Mor	41,6	20,1	38,3	9.869
Nova Odessa	96,3	1,5	2,1	11.770
Paulínia	84,8	10,4	4,8	13.768
Pedreira	93,9	0,7	5,4	9.667
Sto Ant.Posse	15,8	43,7	40,6	4.897
Sta Bárbara do Oeste	96,8	1,7	1,5	46.883
Sumaré	78,2	9,0	12,7	53.719
Valinhos	82,2	8,9	8,9	23.342
Vinhedo	75,1	20,8	4,2	12.802
RMC	80,5	10,2	9,3	659.010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Santo Antonio de Posse (15,8%), Monte Mor (41,6%) e Holambra (50,9%) também chamam atenção neste sentido, mas nenhum município chega a índices tão intensos de precariedade no sistema de saneamento como Hortolândia (Tabela 18).

A fim de encerrar esse quadro referencial da dinâmica urbana e migratória da década de 1990 na RMC, algumas considerações devem ser feitas sobre as formas de acesso à moradia. Para tanto, utilizaremos o indicador de condição de ocupação do domicílio, que contém três destas formas – moradia própria, alugada ou cedida⁴⁹.

⁴⁹ Vale ressaltar que aqui não estamos levando em conta a situação legal desta relação de propriedade. O que consideramos é, sim, a resposta do entrevistado ao Censo Demográfico.

Majoritariamente, a população da RMC reside em moradias declaradas como próprias (Tabela 19). Contudo, lançando um olhar mais minucioso podemos perceber que municípios como Engenheiro Coelho (25,3%), Indaiatuba (21,3%), Americana (21%), Nova Odessa (19,9%) e Santo Antonio de Posse (19,8%) destacam-se pela significativa proporção de população residindo em moradia alugada em 2000.

Tabela 19
Distribuição de domicílios particulares permanentes na RMC, segundo a condição de ocupação 2000

Município	Condição da ocupação				Total
	Próprio (%)	Alugado (%)	Cedido (%)	Outro (%)	
Americana	70,6	21,0	8,1	0,3	52.443
Artur Nogueira	73,7	17,6	8,6	0,1	9.008
Campinas	70,5	17,1	7,8	4,6	283.143
Cosmópolis	68,9	18,3	12,8	0,1	12.322
Eng. Coelho	58,2	25,3	15,7	0,9	2.586
Holambra	54,7	13,5	31,4	0,3	1.868
Hortolândia	74,8	12,7	7,3	5,3	40.371
Indaiatuba	67,7	21,3	10,6	0,5	40.317
Itatiba	66,0	19,1	14,0	0,8	22.272
Jaguariúna	65,2	19,2	15,1	0,5	7.963
Monte Mor	73,9	11,7	14,0	0,4	9.869
Nova Odessa	67,7	19,9	12,3	0,1	11.770
Paulínia	71,4	16,7	11,4	0,5	13.768
Pedreira	76,0	16,3	7,6	0,1	9.667
Sto Ant.Posse	58,7	19,8	19,2	2,3	4.897
Sta Bárb.dOeste	72,1	19,0	8,8	0,2	46.883
Sumaré	73,0	16,9	8,3	1,9	53.719
Valinhos	67,5	16,5	15,7	0,3	23.342
Vinhedo	68,3	17,3	14,2	0,2	12.802
RMC	70,5	17,6	9,3	2,6	659.010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Holambra e Santo Antonio de Posse destacam-se por abrigarem as menores porcentagens de moradias próprias, ao mesmo tempo em que abrigaram índices acima da média da RMC de moradias cedida, em 2000 (Tabela 19). Isso, em parte, pode ser explicado por tratarem-se, exatamente, de dois municípios que se destacam pelo peso de atividades desenvolvidas na área rural, bem como pelo peso de migrantes originários de áreas rurais, o que nos leva a pensar que, em

muitos casos, as moradias atuais são cedidas pelos empregadores às famílias que trabalham em suas propriedades, por exemplo.

Hortolândia, Monte Mor e Artur Nogueira destacaram-se por apresentar as maiores taxas de moradias próprias, em 2000 (Tabela 19). Conforme apontado anteriormente, tratam-se, justamente, dos municípios que apresentaram altas taxas de crescimento no período - este crescimento se deu pelo grande volume de população migrante intrametropolitana que se dirigiu para esses espaços, como vimos. Trata-se, inclusive, de uma população migrante caracterizada por possuir um rendimento familiar entre um e cinco salários mínimos. Por fim, tratam-se de municípios marcados pelo grande percentual de sua PEA trabalhando em outros municípios da RMC neste mesmo período. Tudo isso nos leva a pensar, portanto, que a população que se dirigiu para esses espaços tinha como objetivo principal a aquisição da moradia própria, mesmo que isso significasse residir distante de seu local de trabalho, ou mesmo em locais pouco servidos de infra-estrutura (como é o caso, por exemplo, de Hortolândia, que apresentou neste mesmo período uma baixa porcentagem de domicílios servidos por rede de esgoto).

Hortolândia ainda se destaca, mais uma vez, por ser o município da RMC com menor porcentagem de moradias alugadas, em 2000 (Tabela 19), o que corrobora com a idéia de que o grande contingente de população que se dirige para esse município da RMC está mesmo em busca da aquisição da casa própria.

Com a finalidade de levantar algumas conclusões para esta parte de nossa análise, resta-nos fazer um breve balanço de tudo o que foi apontado até aqui, principalmente no que diz respeito à relação entre as caracterizações da população migrante intrametropolitana de meados da década de 1990 e as caracterizações da população residente nos municípios da RMC em 2000.

É expressiva a participação dos migrantes no crescimento da população da RMC, tanto na década de 1980, quanto na década de 1990. Os deslocamentos intrametropolitanos predominaram entre três eixos: Campinas – Sumaré – Hortolândia; Americana - Santa Bárbara d'Oeste – Nova Odessa; e Campinas – Valinhos – Vinhedo.

Apesar de também ser importante para a composição do fluxo migratório em direção à RMC, a migração de outros estados ou regiões do Brasil não tem um peso extremamente decisivo na configuração da RMC. Assim, é o componente migratório proveniente do próprio estado de São Paulo que exerce maior peso sobre a dinâmica migratória da região – o que vai de encontro com a afirmação de Baeninger (1999) de que Campinas é tradicionalmente um dos pólos destacados no contexto paulista, por sua tradicional capacidade de inserção nas etapas do desenvolvimento econômico nacional e estadual, bem como por possuir uma histórica concentração econômica e populacional.

No que diz respeito aos dados sobre os setores de atividades onde está distribuída a PEA da RMC em 2000, observamos que apesar de as ocupações de baixa remuneração absorverem a maior parte dos trabalhadores metropolitanos - o que também é condizente com a concentração de renda característica de nosso país -, Vinhedo, Americana, Holambra, Valinhos e Campinas apresentam as mais altas porcentagens de ocupações de alta remuneração (a chamada *elite dirigente*), ao passo que Artur Nogueira, Sumaré e Hortolândia apresentam as menores proporções neste sentido – denotando, mais uma vez, produção e consumo urbano diferenciado e diferenciador em termos socioespaciais na RMC.

Já no que diz respeito à renda dos migrantes intrametropolitanos de 1995 a 2000, podemos afirmar que Campinas recebeu maior proporção de família sem

rendimento do que de famílias com renda acima de dez salários mínimos, ou ainda, recebeu significativo número de PEA migrante sem qualquer tipo de escolaridade.

Contudo, ao compararmos a característica do migrante intrametropolitano que se dirigiu para a sede metropolitana entre 1995/2000 com as características da população total de Campinas em 2000, veremos que este município destaca-se, também, por abrigar a maior proporção de famílias residentes com rendimento mensal entre cinco e dez salários mínimos, bem como a maior proporção famílias residentes com rendimento mensal entre dez a vinte salários mínimos. Isso nos leva a crer, portanto, que a migração para o entorno metropolitano pode corresponder a uma segunda etapa no processo migratório dos indivíduos ou famílias que se dirigem à RMC, sobretudo para os menos qualificados em termos de escolaridade, ou os que, no caso, não possuem rendimento.

Apesar dos dados gerais referentes às rendas familiares da população residente da RMC, de acordo com o censo 2000, apontarem que cerca de 54% das famílias têm um rendimento *per capita* mensal entre um e cinco salários mínimos, ao analisarmos caso a caso pudemos verificar que a situação não é bem essa para todos os municípios da RMC. Assim, Cosmópolis, Monte Mor, Hortolândia, e Sumaré destacaram-se por abrigarem uma porcentagem acima da média de famílias residentes sem rendimento mensal, em 2000. Monte Mor, Santo Antonio de Posse, Engenheiro Coelho e Hortolândia destacaram-se pelas altas proporções de famílias migrantes pertencentes à faixa de renda de até um salário mínimo

Ao compararmos estes dados com os indicadores referentes à população total nestes municípios, em 2000, verificamos que as famílias migrantes que se

dirigem para Valinhos ou Vinhedo possuem maior rendimento que a população total. Assim, é exatamente a população migrante intrametropolitana que contribui, de alguma forma, para transformar ou reforçar o perfil dos municípios, colaborando para que espaços como Valinhos sejam cada vez mais apontados como de crescente absorção de população de alta renda – o que contribui, portanto, para o processo de segregação socioespacial da RMC. Ao mesmo tempo, não podemos nos esquecer de que a presença de moradias desses segmentos da sociedade contribui para consolidar não só a valorização da área, como também a atração dessa parcela da população para esses espaços. Afinal, conforme coloca Cunha (1994): se, por um lado, é difícil determinar até que ponto a questão imobiliária influi no processo de deslocamento da população no espaço, com certeza este cria uma série de incentivos e/ou constrangimentos que devem intervir fortemente na decisão de mudança das famílias ou indivíduos, assim “o *direcionamento de um fluxo poderia refletir as respostas de atores não apenas aos constrangimentos do local de origem, mas também aos incentivos ou atrativos existentes no de destino*” (CUNHA, 1994, p. 60). Todo este processo nos revela a face dialética dessa dinâmica⁵⁰: o espaço produto das desigualdades sociais torna-se não só o espaço condição de uma vida precária, como bem nos lembra Rodrigues (2005), mas também, no outro extremo, condição de uma vida de distinção social, nos termos mesmo de Bourdieu (1979)⁵¹. Ainda, conforme coloca

⁵⁰ No que diz respeito ainda à face dialética da segregação socioespacial, não podemos nos esquecer das colocações de Torres (et al. 2006) que defende a existência de uma dimensão verdadeiramente espacial nas condições de vida. De forma breve, para esses autores, há um efeito específico que os padrões de contigüidade, vizinhança e distância causam aos indivíduos e grupos, afetando suas possibilidades de inserção em diversas esferas da sociedade; ou seja, indivíduos de condições sociais idênticas, mas localizados em regiões distintas da cidade, tendem a ter acessos bastante diferenciados a serviços, bem como ao mercado de trabalho.

⁵¹ De maneira breve, podemos afirmar que Bourdieu (1979), tendo como universo empírico a sociedade francesa, explora a hipótese de que o gosto funciona como o sentido de distinção por

Ribeiro em se tratando do mercado imobiliário, não podemos nos esquecer de que o que é vendido “*não são apenas ‘quatro muros’, mas também um ‘ticket’ para o uso deste sistema de objetos e de ‘appartenance’ à estratificação social representada pela divisão social e simbólica do espaço*” (1997, p. 81).

Já no que diz respeito à mobilidade pendular, houve uma intensificação deste processo entre 1980 e 2000. Sumaré⁵², Santa Bárbara d’Oeste, Cosmópolis e Nova Odessa foram municípios que sempre se destacaram por abrigar grande volume de população que trabalha em outro município da RMC. Hortolândia é o grande destaque neste sentido em 2000, já que cerca de 40% de sua PEA trabalhava em outro município da RMC (majoritariamente na vizinha Campinas).

A sede metropolitana tem sido marcada pela baixa taxa de crescimento populacional em relação aos municípios de seu entorno; assim, se por um lado é o principal espaço de atração dos deslocamentos metropolitanos diários (fluxos pendulares) em 2000, por outro, é caracterizada por ser o município da RMC que mais expulsou migrantes entre 1995/2000.

A principal área receptora é o entorno metropolitano, onde, sobretudo na última década aqui analisada, Hortolândia é o maior destaque: apresentou a maior taxa de crescimento do período e também a maior porcentagem de participação do componente migratório para o total de sua população. Majoritariamente, os migrantes que se dirigem para este município vêm da RMC, sobretudo de Sumaré e Campinas.

excelência, sendo produzido socialmente. Abrangendo todas as dimensões da vida humana que implicam alguma escolha - vestuário, comida, formas de lazer, opções de consumo etc. – a distinção seria, portanto, um produto legitimador de desigualdades, permitindo ao indivíduo perceber e classificar, numa dimensão pré-reflexiva, os signos opacos de sua sociedade.

⁵² Não é demais lembrar que até a década de 1990 Hortolândia era um distrito de Sumaré.

Assim, apesar de correremos o risco de parecermos repetitivos, é importante fazer um balanço geral sobre Hortolândia no período por nós analisado. Hortolândia também segue a tendência geral da RMC de receber majoritariamente PEA migrante intrametropolitana com 1º grau, ficando acima da média neste aspecto, e abaixo da média em se tratando de PEA migrante com grau superior, apresentando também pequena porcentagem de migrantes de alta renda. Ou seja, em Hortolândia encontramos a menor proporção da RMC de famílias com renda mensal entre cinco e dez salários mínimos, e também menor proporção entre dez e vinte salários e uma das menores proporções de famílias com renda superior a vinte salários. Recebeu pouquíssimas famílias migrantes que se dirigissem para apartamentos ou cômodos, predominando as casas como o padrão de suas moradias. Além disso, entre a PEA que reside em Hortolândia quase 40% trabalha em outro município da RMC.

Neste sentido, é mais do que compreensível que tenhamos elegido o município de Hortolândia como nosso estudo de caso. Na próxima parte de nossa pesquisa nos debruçaremos sobre este espaço, analisando-o de modo mais detalhado, tentando, assim, chegar a algumas conclusões.

Capítulo III
O caso de Hortolândia

3.1 - Caracterização geral do município⁵³

Localizada na região sudoeste da RMC, fazendo limite com os municípios de Campinas, Sumaré e Monte Mor e apresentando conurbação com estes em diversas porções de seu território, Hortolândia distancia vinte quilômetros do centro da sede metropolitana. Beneficia-se economicamente por possuir uma ampla rede rodoferroviária: está às margens da Rodovia Anhangüera e dos Bandeirantes (que ligam a capital paulista ao interior); próxima da Rodovia D.Pedro I (que liga a região com o sul de Minas Gerais, municípios do Vale do Paraíba e ao eixo Rio-São Paulo), possui também fácil acesso à região de Sorocaba, através das interligações da Anhangüera e Bandeirantes com a Rodovia Castelo Branco, estando ainda muito próxima do Aeroporto Internacional de Viracopos (o maior terminal de cargas aéreas do país). É cortada, ainda, pela antiga FEPASA (Ferrovia Paulista Sociedade Anônima) e dentro do contexto regional, a SP 330, no trevo da Rodovia Anhangüera, faz a ligação para Paulínia; entre Sumaré e Hortolândia, a SP 304, (Rodovia Luiz de Queiroz) liga Hortolândia a Nova Odessa, Americana e Piracicaba.

Até 1991 Hortolândia era um distrito de Sumaré⁵⁴. É um dos municípios da RMC com menor área territorial: 62 Km², ou apenas 1,7% de toda a região. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, possuía uma população de 152.523 habitantes, o que totalizava 6,5% da RMC.

⁵³ A elaboração deste item foi em muito beneficiada por informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Hortolândia.

⁵⁴ Maiores detalhes sobre a emancipação deste município serão tratados nas páginas a seguir, com um item do trabalho reservado para este assunto.

Figura 4
Região Metropolitana de Campinas Cortada por suas Vias de Acesso
2000



A origem de seu adensamento populacional e da expansão de seu território se deu a partir de 1960/70 quando as políticas de desenvolvimentos urbano, regional e industrial no estado de São Paulo criaram as condições propícias para que a região de Campinas fosse uma das maiores beneficiadas com o processo de “interiorização do desenvolvimento” (CANO, 1988). Este processo, embora integrado às políticas do governo federal, só alcançou os resultados obtidos

devido às especificidades desta área⁵⁵, historicamente destacada no cenário paulista por sua capacidade de inserção nas etapas do desenvolvimento econômico estadual e nacional (BAENINGER, 1992). Neste contexto, o município de Sumaré, até então predominantemente rural sofre um intenso processo de industrialização, com forte concentração no então distrito Hortolândia, vizinho de Campinas.

Hortolândia conta, portanto, com empresas de diversos ramos⁵⁶, dividindo-se entre informática, eletrodomésticos, química, painéis eletrônicos e autopeças, cerâmica, alimentício, mecânico, farmacêutico, mobiliário, materiais de segurança e telecomunicações. Alguns destes ramos têm grande destaque na participação do total metropolitano - material elétrico e de comunicações (28,7%), mecânica (12,6%) e material de transportes (6,3%), de acordo com dados da Prefeitura Municipal.

Cabe destacarmos também que nos anos 90 os segmentos que elevaram suas participações na produção industrial metropolitana foram os de material elétrico, de comunicações e farmacêutico (SEMEGHINI, 2006) – nos quais

⁵⁵ Conforme coloca Santos (1994) *“o princípio da diferenciação entre os lugares, dentro de uma mesma formação social, é dado, sobretudo, pela força de inércia representada pelas heranças do passado, a começar pelo espaço construído, que acaba por ser um dado local, e pelos elementos de transformação, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais”* (p. 126)

⁵⁶ De acordo com dados cedidos pela Prefeitura Municipal de Hortolândia, as principais empresas localizadas no município são: IBM; Group Technologies; BS Continental; Dow Corning; Magneti Marelli; Bemaf; Cerâmicas Sumaré; Celéstica; Cozinhas OLI; Gonvarri; GKN Sinter Metals; Indústria Paulista; Nature's Plus; Polimec; Saftiline; Tornomatic; Trafo; EMS; Pró-tipo; Tech Town/Inpar 1; Horizon Cablevision. É importante destacar ainda que desde sua emancipação o município conta com uma política agressiva de incentivos fiscais para atrair mais indústrias de grande porte; dentre eles destacamos: redução da alíquota de Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza (ISS) de 5% para 0,5%; isenção de 20 anos do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), de taxas de licença para localização e funcionamento, bem como do Imposto de Transmissão de Bens de Imóveis (ITBI); ressarcimento do valor gasto na aquisição da área onde ela se instalar em até 20% do que for gasto na construção; a Prefeitura se responsabiliza, ainda, pelas obras de terraplanagem e de infra-estrutura nas novas áreas industriais – essa política se estende às empresas já instaladas na cidade, desde que ampliem suas atividades, mudem de endereço ou criem novas unidades dentro do município.

Hortolândia se destaca. Muitos desses setores industriais demandam alto conhecimento tecnológico e especialização; a demanda gerada por suas sofisticadas indústrias, no entanto, são, em grande parte, supridas pelo setor terciário mais complexo de Campinas. Além disso, a mão-de-obra mais especializada procura a cidade de localizações mais valorizadas, a próxima Campinas, como local de residência (conforme apontado anteriormente).

No que se refere ao seu setor de serviços, podemos afirmar que, ainda que com menor desempenho, é o segundo grupo de atividades em destaque no município. O comércio tem uma pequena parcela de participação, em virtude da fraca presença do comércio atacadista e pelo baixo dinamismo do comércio varejista que é basicamente voltado para o abastecimento da população local, sofrendo com a concorrência do amplo comércio da vizinha Campinas⁵⁷.

Quanto aos componentes do crescimento populacional, não podemos afirmar com precisão os índices de Hortolândia anteriores a 1991, uma vez que os dados disponíveis não são desagregados por distrito. No entanto, a acelerada evolução populacional do então distrito (conforme apontado anteriormente, de cerca de 30 mil habitantes em 1980, passa para cerca de 90 mil em 1991), bem como a redução significativa da participação da migração no crescimento de Sumaré e a alta taxa registrada por Hortolândia entre os anos 1991 e 2000 podem servir como um bom indicador do grau de atração populacional que este município tem exercido. Como apontado anteriormente, entre 1991/2000 Hortolândia foi um dos municípios da RMC que apresentou maior proporção de migração em seu

⁵⁷ De acordo com Ramos (2003): *“É em Campinas que uma considerável parte dos hortolandenses vão para trabalhar e fazer suas compras. É mais fácil se locomover para Campinas do que em Hortolândia, sem falar da existência de um mercado mais competitivo que influencia na oferta de preços e qualidade.”* (p. 33).

crescimento, cerca de 70%, sendo, majoritariamente população de baixa renda, advinda da própria RMC - mais especificamente de Campinas (Tabelas 4 e 7 e Anexo 4).

O município dispõe de extensas terras ao longo das vias de acesso que o cortam, bem como em volta dos núcleos urbanos iniciais, o que facilita um padrão de ocupação rarefeito. Este tipo de estrutura urbana faz com que a cidade seja desarticulada internamente, não tendo um espaço que revele de fato sua centralidade. É assim configurada por “núcleos urbanos *autônomos* entre si” que muitas vezes se integram mais à Campinas ou Sumaré, do que com o próprio município de Hortolândia. Neste sentido, Ramos (2003) afirma:

“característica de Hortolândia é a sua ocupação espacial distribuída dentro dos interesses especulativos da incorporação imobiliária. Há quatro grandes regiões, Amanda, Santa Clara, Vila Real e Rosolém que são distintas uma da outra, mas possuem corredores comerciais próprios, predominando a micro, pequena e média empresa. Não há integração entre essas regiões no interior da cidade. Elas se articulam com a cidade de Campinas.” (p.33)

Já Paulino Carrara em entrevista a um jornal (na época em que era prefeito de Sumaré e que Hortolândia ainda era um distrito) denominou a dispersão característica da área de “defeito regional”:

“Se nota que Sumaré tem uma característica engraçada. O mesmo defeito regional que ocorre no todo: Sumaré-Hortolândia, Sumaré-Nova Veneza, diferenciando-se regiões. Repete-se mesmo com a emancipação. Hortolândia-Rosolém. Continua tendo dispersões geográficas” (Gazeta de Hortolândia em 01/10/1989 *apud* DUARTE, Jr., 1992).

Dentre outras coisas, este tipo de mancha urbana contribui para agravar o problema de infra-estrutura na cidade – uma ocupação rarefeita encarece a implantação deste tipo de serviço básico. Apenas a rede de energia elétrica cobre cerca de 100% dos domicílios do município. A rede de água atende 97% da população (o manancial que atende a cidade é a do Rio Jaguari cuja captação é feita em Paulínia). A coleta de lixo também atinge grande parte dos domicílios

(sendo que o despejo desse material é feito também em Paulínia). Todavia, e conforme já apontado, o caso mais alarmante se encontra na precariedade do serviço de saneamento básico: apenas 4,4% de seus domicílios são servidos pela rede de esgoto.

Também é baixo o número de vias pavimentadas no município, o que dificulta a oferta de transporte coletivo intramunicipal, que conta com apenas cinco linhas. Assim, apesar de não possuir um terminal rodoviário, são as linhas interurbanas e, sobretudo, as intrametropolitanas, que acabam suprimindo a demanda por transporte coletivo no município, fazendo, inclusive, a interligação de diversas áreas da cidade⁵⁸. Para se ter uma dimensão, as linhas metropolitanas do itinerário Campinas-Hortolândia têm como ponto de partida um local de fácil acesso no centro de Campinas. Seus itinerários adentram todo o território de Hortolândia, ligando os bairros com Campinas, utilizando-se principalmente da Avenida da Emancipação em Hortolândia (uma das principais vias da cidade) e a Rodovia SP 101. Também, as linhas metropolitanas do itinerário Sumaré-Hortolândia adentram todo o território hortolandense, interligando-se com Sumaré através das estradas localizadas na região oeste de Hortolândia⁵⁹.

⁵⁸ É importante destacar que existem quarenta e quatro linhas de ônibus que ligam Hortolândia a Campinas, e dezessete que ligam Hortolândia a Sumaré, de acordo com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU). Também vale ressaltar que nem mesmo em termos de preço de passagem as linhas de ônibus intra-municipais e intrametropolitanas se distinguem muito (pelo menos no que diz respeito à Campinas): enquanto que o preço da passagem de um ônibus intra-urbano em Campinas é de dois reais e vinte e cinco centavos (janeiro/2007), a passagem de um ônibus intrametropolitano custa dois reais e trinta centavos (janeiro/2007) o que, somado a características de Hortolândia - como o menor preço de suas terras - pode constituir em mais um dos incentivos (nos termos de Cunha, 1994) para se optar por Hortolândia como local de moradia na RMC, sobretudo no que diz respeito à população que trabalha em Campinas e depende do transporte coletivo para se locomover até seu local de trabalho.

⁵⁹ Ainda no que diz respeito ao transporte metropolitano, é importante mencionarmos aqui que desde outubro de 2006 começaram em Hortolândia as obras para a construção do *Corredor Metropolitano*. Parceria da Prefeitura Municipal com a EMTU, a justificativa da obra é a de promover a reestruturação do sistema de transporte coletivo regional e, com isso, retirar passageiros da Rodovia Anhangüera. O corredor terá trinta e sete quilômetros de vias expressas para transporte exclusivamente coletivo e ligará a região sudoeste da RMC: Campinas,

Pensando-se ainda em outros serviços básicos, como é o caso da saúde, o município conta com um Hospital Maternidade, três postos de Pronto Atendimento, e cinco Unidades Básicas de Saúde, havendo carência de leitos hospitalares e de tratamentos de alta complexidade no município, o que faz com que a população seja obrigada a se dirigir a outras cidades em busca de um melhor atendimento, principalmente Campinas e Sumaré. Neste sentido, até mesmo em se tratando de serviços funerários os hortolandenses têm de recorrer a outras cidades da região, uma vez que não há cemitérios no município.

É ainda dentro do município de Hortolândia que, desde 1986, se localiza Complexo Penitenciário Campinas–Hortolândia que atualmente abriga dois centros de detenção, uma ala de progressão penitenciária e duas penitenciárias - todos eles contando com regime fechado.

Se, de um lado, praticamente não possui áreas e equipamentos de lazer, de outro, é conhecida como uma das cidades mais violentas do país⁶⁰ sendo alto o índice de mortalidade por homicídio doloso no município – em 1999 essa taxa chegou a 58,07 (por cem mil habitantes) e em 2005 foi de 39,65, para uma média estadual de 35,33 e 18,21, respectivamente, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Como se vê, trata-se de um espaço urbano complexo e contraditório. Isso se torna ainda mais verdadeiro quando – ao pensarmos que abriga, majoritariamente, população de baixa renda, e seguindo Preteceille e Valladares

Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa e Americana com ligação operacional com Monte Mor e Santa Bárbara d'Oeste, atravessando o município de Hortolândia do Jardim Amanda pelo Parque Hortolândia até a Avenida Olívio Franceschini, se encontrando com a Avenida da Emancipação, seguindo pelo Jardim da Conquista até o Jardim Nova América e caindo na Rodovia SP 101.

⁶⁰ Maricato (2002), por exemplo, defende que há uma profunda relação entre violência urbana e espaço metropolitano, sendo impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência.

(2000) - consideramos que as populações de menor poder aquisitivo não são todas iguais⁶¹.

Nesse sentido, ao analisarmos, ao longo deste capítulo, as áreas de ponderação⁶² do município de Hortolândia, poderemos constatar se há diferenciações internas neste espaço urbano, sobretudo em termos de características e condições de moradia da população não-migrante⁶³ e da população que para lá se dirige. Antes, porém, trataremos brevemente (nos dois itens a seguir) da questão da emancipação de Hortolândia e do uso e ocupação

⁶¹ Preteceille e Valladares (2000) chamam atenção para a necessidade de se considerar a heterogeneidade da pobreza. Também neste sentido, Ribeiro (2000) chama atenção para o fato de que a nossa história urbana recente tem sido marcada pela gestão do solo urbano, distribuição de equipamentos e pelos modos de produção e circulação da moradia que atendam às necessidades do consumo urbano (diferenciado e diferenciador) das classes médias. Conforme já apontado, contrário ao modelo da “cidade global”, Ribeiro acredita que com as atuais transformações sócio-econômicas, as cidades podem até estar mais homogêneas, quando examinadas em escala macro; porém, apresentam-se mais fraturadas, em escala micro.

⁶² Como é sabido, o Censo Demográfico não capta mobilidade residencial para um nível espacial inferior que o municipal, no entanto, uma vez que o IBGE possibilita o acesso do boletim da amostra em um nível intra-municipal - as chamadas Áreas de Ponderação (APs), que no município de Hortolândia, para o Censo de 2000 totalizavam 8 - é possível ao menos mapear no interior da cidade as distintas localizações da migração e da pendularidade, o que significa a possibilidade de ampliar e enriquecer a análise aqui proposta. Cada área de ponderação do IBGE abriga no mínimo 4000 domicílios e são formadas por agregações de setores censitários, em geral por critérios de semelhanças das condições socioeconômicas médias de cada um destes setores. Neste sentido, a possibilidade de trabalhar não apenas a evolução do volume populacional, mas também as características e condições de vida dos habitantes de sub-espacos do município considerado, abre novas alternativas de análise, sobretudo no que tange ao entendimento e localização dos processos de desigualdade e de produção do espaço urbano e de mudanças de composição sócio-demográfica.

⁶³ Em nossa análise da população de Hortolândia será usada como contraponto aos migrantes a categoria “não-migrantes” definida como as pessoas nascida no município ou com tempo de residência maior ou igual a 10 anos. Nessa definição está implícita a idéia de que ser nascido no município ou aí viver por um longo tempo implicaria para o indivíduo um distinto grau de socialização no local e, portanto, distintas condições com relação aos migrantes recém-chegados (a menos de 5 anos). Fica claro, portanto, que nas análises comparativas entre migrantes e “não-migrantes” ficarão de fora um grupo de pessoas que apresentavam tempo de residência no município entre 5 e 9 anos. Na verdade, optou-se por não considerar este sub-grupo populacional por entender que este poderia encontrar-se ainda numa fase intermediária do processo e, portanto, poderia distorcer os objetivos da comparação proposta. Ainda, decidimos realizar, para Hortolândia, uma análise comparativa entre migrantes e não-migrantes (ao contrário do que fizemos com a RMC, onde comparamos migrantes e população total) porque entendemos que este município abrange um espaço relativamente pequeno e com menor número de habitantes (quando comparado com a RMC), o que faz com que o contingente de migrantes (vultoso, por sinal) influencie, de algum modo, os indicadores referentes ao total da população deste município.

de seu solo, já que é através do entendimento de todos esses processos que poderemos melhor compreender a produção do espaço urbano de Hortolândia.

3.2 - O processo de emancipação do município

De acordo com Santos (1994) a divisão social e territorial do trabalho depende, em proporção crescente, de decisões políticas: o presente e o futuro das cidades dependem, em proporções semelhantes, do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político (segundo diferentes níveis). Por conseguinte, o espaço urbano é a cada momento reorganizado mediante a forma como esses atores respondem a essas determinações – e aqui lembramos que o espaço urbano também contribui no sentido de condicionar, de algum modo, as respostas desses atores. Com efeito, acreditamos que o processo de emancipação política de Hortolândia pode nos auxiliar na compreensão da produção de seu espaço urbano atual, uma vez que ilustra bem essas proposições.

No final dos anos 80, diante da pouca ação do poder público municipal para resolver as carências do então distrito, a idéia de emancipação ganha força entre a população de Hortolândia. Com aproximadamente 90 mil habitantes, 51 indústrias, 28 escolas (22 estaduais e 6 municipais), 3 postos de atendimento médico, 12 linhas de ônibus para Campinas, 2 para Sumaré, 80% do território com iluminação pública, 8% de pavimentação asfáltica, um distrito policial e sem rede de esgoto (DUARTE Jr., 1992), o maior argumento dos moradores era o de que a receita fiscal que as indústrias do distrito proporcionavam para o município de

Sumaré⁶⁴ não retornava em forma de uma infra-estrutura mínima para aquele espaço (DUARTE Jr., 1992; RAMOS, 2003; RODRIGUES, 2004).

Além disso, o distrito apresentava pouca integração com a sede, o que facilitava a adesão da população à idéia da emancipação:

“Hoje quem está no Rosolém diz: vou a Sumaré. Quem está no Matão diz: vou lá a Sumaré. Quando eu estou em São Paulo eu não falo que vou lá em São Paulo se eu estiver no Bairro do Limão indo para o Jabaquara, que é muito mais longe que essas distâncias. Por que? Porque há um sentimento do todo. Sumaré, infelizmente, por uma razão histórica e até por falhas de planejamento caracterizou-se como um município onde todos não estão dentro de Sumaré, salvo aqueles que moram na sede. Nós temos casos de aberração, como o caso da região do Parque Bandeirantes, Bom Retiro – uma malha muito grande de população – que os ônibus que trafegam por lá carregam em sua placa ‘Cidade’ e se você embarca, você vai para Campinas.” (Paulino Carrara, então prefeito de Sumaré, em entrevista à Gazeta de Hortolândia em 01/10/1989 *apud* DUARTE, Jr., 1992).

De acordo com Rodrigues (2004), a chegada dos migrantes em grande quantidade, em pouco tempo, criou condições favoráveis para o movimento pró-emancipação fortalecer suas justificativas: de um lado Hortolândia não podia continuar sendo responsável por mais da metade da receita fiscal de Sumaré e não receber investimentos proporcionais a esta arrecadação; de outro lado, por ser formado em sua maioria por migrantes, o ex-distrito mantinha poucos vínculos históricos com Sumaré.

Baeninger (1992) lembra que foi a população migrante, maioria dos habitantes de Hortolândia, agente importante neste processo. É interessante destacarmos aqui que até mesmo os políticos envolvidos no movimento, eram, em boa parte, migrantes - é caso do presidente da comissão pró-emancipação, depois primeiro prefeito do município, ou mesmo de alguns vereadores envolvidos. De acordo com Baeninger *“o processo de emancipação desse Distrito ilustra como a migração transforma a realidade social e como essa população desprovida de*

⁶⁴ Emancipada, Hortolândia se inseria no grupo dos 40 municípios de maiores arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado de São Paulo (O Estado de São Paulo, 11/08/1989 *apud* DUARTE Jr., 1992).

meios para sobrevivência procura buscar sua identidade nos diversos lugares por que passa.” (1992, p. 122).

Assim, o movimento pró-emancipação surgiu em 1988, criando uma comissão, presidida pelo então microempresário e candidato a vereador, Luiz Antonio Dias da Silva, que - conforme assinalado há pouco - com a criação do município, acabou se tornando seu primeiro prefeito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB (DUARTE Jr., 1992; RAMOS, 2003; RODRIGUES, 2004). Em seu discurso, Hortolândia passaria a ser administrada pelos próprios moradores e a maior proximidade com o poder local facilitaria o movimento de pressão e de decisão popular em busca de melhorias para aquele espaço.

Ramos (2003) ressalta que houve a generalização de sujeitos sociais participando diretamente do movimento; para ele *“a atuação de padres e pastores, das diferentes igrejas, foi fundamental, pois contribuíram, em muito, no trabalho de convencimento da população, a favor da emancipação”* (p. 40). Assim, a comissão contava com o apoio de Comunidades Eclesiais de Base, Grupo de Jovens, Catequese e demais pastorais ligadas à Igreja Católica; Igreja Presbiteriana; Movimento Comunitário, através do Conselho das Sociedades Amigos de Bairro de Hortolândia; Movimento Sindical, através do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Construção Civil, Condutores e Professores; alguns políticos locais ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e alguns deputados estaduais da região de Campinas - não havendo políticos que tenham, publicamente, se posicionado contra a emancipação. Também, alguns empresários apoiaram o Movimento, como é o caso de Jair Padovani (que foi o

segundo prefeito de Hortolândia entre 1997-2000, e é proprietário de uma empresa de transporte em turismo e cargas), Pedro Soares (sócio de um supermercado), José Ker (proprietário de um laboratório de produtos naturais), Berto Bosco Netto (advogado e corretor de imóveis, dono de uma imobiliária), dentre outros (DUARTE Jr., 1992; RAMOS, 2003).

Rodrigues (2004) aponta que *“é evidente que a emancipação não foi obra do acaso, nem proeza de uma pessoa ou de um grupo; existia uma situação conjuntural e extremamente favorável.”* (p. 64). Não podemos nos esquecer de que é a partir da Constituição de 1988 que foi permitido aos estados criar, incorporar, fundir ou desmembrar municípios. Para um distrito se emancipar era preciso encaminhar um abaixo-assinado à Assembléia Legislativa, e apresentar as seguintes condições: ter população mínima de 2.500 habitantes; o número de eleitores corresponder a, no mínimo, 10% da população total; ser distrito há mais de três anos; ter um centro urbano com, no mínimo, 200 casas e a cinco quilômetros de distância do município-sede; não interromper a continuidade territorial do município de origem (DUARTE Jr, 1992; RODRIGUES, 2004). Hortolândia possuía esses requisitos. Seria necessário, portanto, consultar a população de Sumaré a respeito desta decisão, na forma de um plebiscito.

Sumaré possuía até então, cerca de 250 mil habitantes e um território de 226 Km². O então prefeito, Paulino Carrara (PTB), ao perceber a força do movimento iniciou uma série de procedimentos políticos visando evitar a realização do plebiscito, apesar de nunca ter se manifestado explicitamente contra tal processo. Em suas palavras:

“Se um dia Sumaré for um município pequeno e Hortolândia for um município pequeno na grande Região Metropolitana de Campinas, dando a Campinas todo o poder de decisão na Região Metropolitana, eu quero que o povo todo seja responsável (...) Nós vamos ter uma Região Metropolitana. Se nós não tivermos um município grande isso favorece a quem? A Campinas que será a hegemônica determinadora dos rumos dessa região, e em segundo lugar, por coincidência, Americana vai ser a cidade mais importante que é a cidade, por coincidência, do deputado que propõe a emancipação” (Paulino Carrara, em entrevista à Gazeta de Hortolândia em 01/10/1989 *apud* DUARTE, Jr., 1992).

Com efeito, Carrara apresentou um projeto de lei que criava um novo centro administrativo para a cidade. A Prefeitura passaria a funcionar no então centro geográfico de Sumaré, na divisa com Hortolândia. O objetivo declarado era o de que esse novo centro faria com que a administração ficasse mais próxima dos dois distritos de Sumaré (Hortolândia e Nova Veneza). Na prática, a iniciativa do então prefeito inviabilizaria o processo de emancipação, pois o centro de Sumaré ficaria a menos de cinco quilômetros de distância de Hortolândia. Carrara conseguiu o apoio da Câmara. O projeto foi aprovado, mas não entrou em execução porque não atingiu maioria absoluta. Percebendo que a luta em torno do não fracionamento de Sumaré (e da manutenção de grande parte da então arrecadação tributária) já estava praticamente perdida - pela conjuntura propícia e pela força dos rumos que o Movimento Pró-emancipação estava tomando – a Prefeitura de Sumaré tenta “diminuir o prejuízo”, relegando parte de seu território não infra-estruturado para Hortolândia:

“Acreditando que tudo já estava resolvido, surge mais um problema no caminho do Movimento de Emancipação. O prefeito Paulino Carrara entra com uma representação na Justiça devido aos problemas dos limites territoriais entre Sumaré e Hortolândia. A permanência da divisão que foi feita cortava os [atuais] bairros Jardim Amanda, Parque do Horto e Bom Retiro. O Instituto Geográfico e Cartográfico confirmou o problema. O Prefeito Paulino Carrara luta para ficar somente com o Jardim Bom Retiro que já se encontrava com sua infra-estrutura urbana mais avançada, inclusive com ruas pavimentadas. Os outros dois bairros, com tudo a ser feito, ficaram para Hortolândia.” (RAMOS, 2003, p. 38)

O processo político em torno da emancipação durou cerca de três anos. O plebiscito foi marcado para o dia 19 de maio de 1991. Dos 32.5745 eleitores, 19.592 compareceram às urnas. Desses, 19.081 disseram sim à emancipação.

Se por um lado a emancipação de Hortolândia (e reorganização de seu espaço) foi uma forma de resposta produzida pelos mais diferentes atores (em diferentes níveis) às determinações políticas e econômicas daquele momento, por outro, e concomitantemente, foi justamente a peculiaridade de tal espaço urbano – fracionado, desintegrado, disperso, rarefeito, carente de infra-estrutura – que condicionou, de algum modo, a resposta de grande parte desses atores. Ademais, como afirma Gottdiener (1993), a forma do ambiente construído é um produto, não só das ações das redes de crescimento⁶⁵, mas também das conseqüências das tentativas de renegociar essas ações por parte de outros grupos que suportam os custos desse crescimento.

3.3 - Breve histórico da urbanização de Hortolândia e uso do solo⁶⁶

Conforme já apontado, o início do adensamento populacional e da produção do espaço urbano de Hortolândia se deu, sobretudo, em 1960/70 (quando ainda era um distrito de Sumaré), em virtude do processo de industrialização da região de Campinas. Hortolândia passa então a sediar diversas indústrias de grande porte que, em parte, eram atraídas para o então distrito devido à sua privilegiada localização em termos de vias de acesso e escoamento. Ademais, ao que tudo indica, em nome de um discurso de ordem social e urbana, indispensável, por exemplo, para o afluxo de investimentos externos, era interesse do governo municipal de Sumaré que suas indústrias (assim como a população

⁶⁵ Para Gottdiener, atores separados se aglutinam em redes, tornando-se agentes no setor de propriedade. A idéia de rede em Gottdiener seria, portanto, a da confluência da estrutura e ação associados ao setor da propriedade; seria, assim, um dos pontos centrais do processo de produção espacial.

⁶⁶ Muitas das informações deste item (sobretudo no que diz respeito ao uso e histórico da ocupação do solo) foram gentilmente cedidas pela Prefeitura Municipal de Hortolândia.

pobre que se dirigia para o município) ficassem longe o bastante para não prejudicarem o ordenamento e controle dos espaços da cidade:

“Na década de 70, quando chega os migrantes na [Estação Ferroviária] Rebouças, o prefeito lá, pegava essas áreas nossas aqui, que eu falo das áreas de ocupação: a Vila São Pedro, o Jardim Santa Rita de Cássia e o Sumarezinho. Foram as três áreas mais antigas de ocupação. Quem chegou na Vila São Pedro, os primeiros moradores da Vila São Pedro, foram os favelados; os primeiros a morar no Sumarezinho foram os favelados; os primeiros a morar no Santa Rita de Cássia, foram os favelados que a própria Prefeitura demarcava os lotes, pegava o caminhão, trazia e dava pro povo. E indústrias também. Aquela visão, pobre lá, indústria lá.” (depoimento oral, Prefeitura de Hortolândia).

É neste contexto – e levando-se sempre em consideração as colocações de Lefebvre (2004) de que o espaço urbano e as relações de propriedade desempenham um papel fundamental na sustentação das ações e dos processos que conduzem a tal resultado – que podemos afirmar que desde o início de sua ocupação até os dias de hoje, Hortolândia, enquanto espaço urbano, é produto e condição de profundas desigualdades. Algumas delas podem ser apreendidas quando se observa o discurso publicitário do governo municipal (em suas distintas gestões), afirmando que a cidade é o centro tecnológico do Brasil, a despeito de suas condições de infra-estrutura urbana.

Neste sentido, Gottdiener (1993) defende que além das considerações econômicas e políticas, a produção do espaço se realiza através do desdobramento da ideologia, especificamente através do que chama de “fixação cultural no crescimento econômico”, quando tomado como o principal objetivo de determinadas políticas:

“Além dos programas e políticas nacionais, o Estado local também se envolve na produção de espaço, principalmente como regulador do desenvolvimento do uso da terra ou manipulando a arrecadação tributária para subsidiar o desenvolvimento econômico e da propriedade. Já que a ideologia fundamental na vida municipal envolve a legitimação do impulso de crescimento econômico e como o controle da terra é o poder principal através do qual as jurisdições locais podem regular o setor privado, líderes políticos municipais e interesses organizados em torno do desenvolvimento da terra formam muitas vezes como que uma corporação de desenvolvimento imobiliário, juntando governo e empresários para criar uma rede pró-crescimento. Essas redes constituem o modo principal pelo qual a transferência local da terra se transforma num motor para a produção de espaço.” (GOTTDIENER, 1993, p. 269)

Esse processo a que Gottdiener se refere pode ser apreendido em Hortolândia, quando se observa, por exemplo, ações do governo municipal como a política agressiva de incentivos fiscais para atrair mais indústrias de grande porte para o município (mesmo que isso não reverta, diretamente, em empregos para seus habitantes, conforme pudemos perceber nos dados referentes ao local de trabalho da PEA metropolitana⁶⁷). Essa política foi, inclusive, recentemente retratada em artigo numa revista de circulação nacional, cuja manchete era: “O Brasil que prospera: como parceria entre governo e as empresas privadas transformou a cidade de Hortolândia, em São Paulo, num dos maiores *pólos tecnológicos* do país” (REVISTA ÉPOCA, 2007) – contribuindo, de alguma maneira, para reforçar a “fixação cultural no crescimento econômico”⁶⁸.

⁶⁷ Segundo Maricato (2002) é preciso relativizar a autonomia do poder local na solução de problemas estruturais pois, “além da freqüente ineficácia das ações pontuais, a competição entre cidades como acontece na atribuição de subsídios à instalação de empresas – guerra fiscal – é uma ação que acaba favorecendo apenas a esfera privada das grandes corporações e não a esfera pública.” (p. 66).

⁶⁸ De forma breve, podemos dizer que a referida reportagem defende que a vida de Hortolândia mudou com a instalação de grandes empresas no município, sobretudo desde a década de 1990. Ainda, de acordo com a reportagem, houve uma “explosão de desenvolvimento no município”. Neste sentido, nos remetemos a Vainer (2000) que chama atenção para um “novo” tipo de planejamento urbano que emerge recentemente, inspirado em conceitos e técnicas originários do planejamento empresarial: o *planejamento urbano estratégico*. Seus defensores acreditam que atualmente as cidades estão sendo submetidas aos mesmos desafios que as empresas, daí a importância dos governos locais adotarem este tipo de projeto. De acordo com este autor a “nova questão urbana” teria agora, como ponto central, a problemática da competitividade urbana. Ou seja, para Vainer, é claro que os temas ligados à forma de crescimento da cidade, equipamentos de consumo coletivo, racionalização do uso do solo continuam em voga, entretanto, a cidade (e não mais apenas a terra urbana) passa agora a ser encarada como verdadeira mercadoria, transformada em coisa a ser vendida e comprada, e “sobretudo, uma mercadoria de luxo,

De toda forma, vale tratarmos, nas linhas a seguir, do histórico do uso e ocupação do solo de Hortolândia (que será complementado com a posterior análise de sua população por Áreas de Ponderação, no próximo item deste capítulo⁶⁹), tentando reconhecer mais aspectos envolvidos neste processo de produção do espaço urbano.

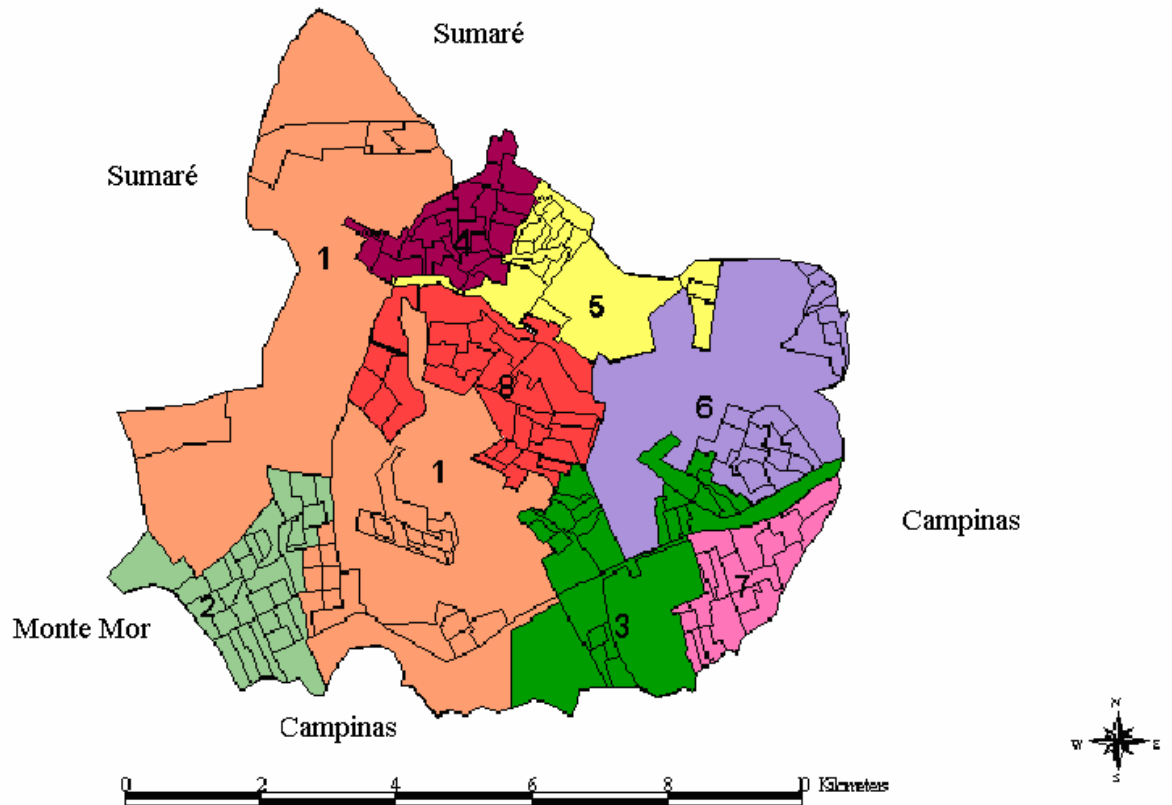
Até sua transformação em município, a ocupação de Hortolândia ocorreu no entorno do núcleo original, próximo à Estação Ferroviária do município, com destaque para os loteamentos Parque Ortolândia, Remanso Campineiro, Jardim São Francisco, Jardim Santana (área de ponderação 8), Vila Real, Nova Hortolândia, Nossa Senhora Auxiliadora, (área de ponderação 4).

Neste período, destaca-se ainda a urbanização das áreas próximas a Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença (SP 101), que interliga o município à Via Anhangüera, destacando-se os loteamentos Jardim Rosolém, Santa Emília, Santa Izabel, Santo Antonio, Nossa Senhora de Lourdes, Chácara Fazenda do Coelho (área de ponderação 7) e Sumarezinho (área de ponderação 3).

destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. “ (VAINER, 2000, p. 83).

⁶⁹ No Anexo 6 deste trabalho podemos encontrar uma lista com os bairros que compõem as áreas de ponderação de Hortolândia.

Figura 5
Hortolândia e suas Áreas de Ponderação
2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Base Cartográfica IBGE, Tabulações Especiais

NEPO/UNICAMP

Havia, portanto, até o início da década de 1990, as seguintes regiões urbanizadas na cidade: a região do Rosolém, próxima à divisa com Campinas (área de ponderação 7); a região do Jardim Sumarezinho (área de ponderação 3); a região do centro geográfico do município (área de ponderação 8) e a região da Vila Real, próxima à divisa com Sumaré (área de ponderação 4) onde se distribuíam cerca de 90.000 habitantes. A partir de 1993, com o município já emancipado, ocorre uma grande expansão das áreas urbanizadas de Hortolândia, em especial, pela implantação do loteamento Jardim Amanda (área de

ponderação 2), caracterizado atualmente por sua grande extensão e alta densidade populacional (é conhecido como “o maior bairro da América Latina”), abrigando, ao mesmo tempo, poucos equipamentos de lazer e áreas públicas, como é o caso de praças.

Outras áreas foram loteadas e incorporadas ao espaço urbano do município como é o caso do Jardim Carmem Cristina, Estefânia, Santa Luzia, Laranjeiras (área de ponderação 5), Jardim Stella, São Sebastião (área de ponderação 1) e Jardim Adelaide (área de ponderação 7).

De acordo com Ramos (2003), mesmo antes de elaborar um Plano Diretor, em 1995 a Câmara Municipal de Hortolândia aprova a lei sobre parcelamento do solo (desrespeitando, assim, a Lei Orgânica do Município). Ademais, conforme este autor, uma sucessão de emendas e alterações de artigos de leis foi realizada nas duas primeiras administrações municipais hortolandeses, permitindo que loteamentos fossem abertos sem qualquer tipo de infra-estrutura. Dentre essas alterações destacamos: alteração do limite de 50 metros de área não edificante em margens de cursos d'água para 30 metros e, posteriormente, para 15 metros; retirada da obrigação do loteador em executar obras de rede de esgoto, guias e sarjetas e pavimentação asfáltica - planos comunitários pagos pelos compradores dos lotes passam a ser as soluções previstas em lei para problemas como escoamento de águas pluviais e coleta de esgoto. Ramos (2003) destaca ainda que espaços como Jardim Nova Europa, Jardim Nova América e Vila América foram loteados nestas condições e se tornaram, posteriormente, alvos de ações judiciais do Ministério Público.

De acordo com o *Relatório Sobre Ocupações Irregulares e Loteamentos em Regularização da Prefeitura Municipal*, em 2004 existiam no município cerca de 42

favelas (aglomerados subnormais), sendo que 38 tratavam-se de ocupações em áreas públicas e 4 eram loteamentos clandestinos, abrigando cerca de 12 mil pessoas. Elas se situavam de modo disperso, preponderantemente nas regiões norte, leste e oeste do município (mais especificamente nas regiões da Vila Real, Jardim Rosolém e Jardim Amanda).

Rodrigues (2001) no lembra que os problemas habitacionais, em geral, são tratados apenas como falta: falta de produção de unidades habitacionais, falta de recursos governamentais etc. Isso significa que a meta é sempre buscar uma cidade racional, devidamente calculada, pouco sendo analisadas as questões que provocam estas carências. Levando-se isso em consideração, recorreremos à Maricato (2006) que realiza uma importante reflexão a respeito da questão habitacional: para esta autora, a invasão de terras, espontânea ou organizada, é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão habitacional no Brasil. Portanto, apesar de ilegal, ela é institucional, sendo funcional para a economia (contribuindo para o barateamento da força de trabalho) e também para o mercado imobiliário privado. É ainda funcional para a orientação de investimentos públicos dirigidos pela lógica da extração concentrada e privatista da renda fundiária.

De acordo com o mesmo Relatório da Prefeitura, todas as ocupações já existiam há, no mínimo, 5 anos, sendo que as mais antigas (com cerca de 20 anos ou mais) se localizavam nas regiões de divisa com Campinas ou Sumaré, abrigando porções dos bairros Jardim Boa Vista, Jardim Nova Hortolândia, Jardim Novo Ângulo, Jardim Rosolém, Jardim Santa Isabel.

Ademais, podemos afirmar que a região leste de Hortolândia (na área de ponderação 6) destaca-se por abrigar não só o Complexo Penitenciário Campinas-

Hortolândia (o que contribuiu para desvalorizar as terras ao redor), como também por ter seis assentamentos localizados em glebas pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano de São Paulo (CDHU), bem como em glebas que antes pertenciam à FEPASA e em áreas de preservação permanente. Impossível não nos remetermos aqui às colocações de Maricato (2002), que apontam que, na imensa maioria das vezes, favelas e loteamentos ilegais surgem em terras vazias, desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Exatamente por isso elas se multiplicam em áreas públicas ou áreas ambientalmente frágeis (como é o caso das áreas *non aedificandi* nas beiras de cursos d'água): a ilegalidade é tolerada porque serve de resíduo ou “válvula de escape” para um mercado fundiário altamente especulativo.

Assim, em Hortolândia, Jardim Aline, Jardim Conceição, Jardim Santiago, Vila da Conquista, Parque Peron e Vila Guedes (área de ponderação 6) foram ocupados irregularmente desde a década de 1990, e, em 2004, faziam parte de um projeto de regularização fundiária que previa também a remoção de algumas famílias que estavam em áreas consideradas de risco. É interessante destacar também que, sempre de acordo com Relatório da Prefeitura de Hortolândia (2004), os moradores dos assentamentos Parque Peron e Vila da Conquista não só utilizavam os equipamentos de saúde e educacionais dos bairros vizinhos (Jardim Novo Ângulo e Jardim Rosolém), como também os da contígua Vila Anchieta (já no município de Campinas).

Ainda de acordo com o Relatório da Prefeitura (2004), existiam quatro loteamentos em fase de regularização no município: Jardim Boa Esperança, Recanto do Sol (ambos na área de ponderação 5), Jardim Nova América (área de ponderação 6) e Jardim Santa Fé (área de ponderação 1).

Os loteamentos Jardim Boa Esperança e Recanto do Sol tratavam-se de ocupações em áreas públicas, onde residiam cerca de 2 mil famílias. A ocupação do Jardim Boa Esperança se deu em 1994: a gleba, a princípio, seria destinada a um programa habitacional da Prefeitura Municipal, destinado a moradores de favelas. Já o Jardim Recanto do Sol foi ocupado em 1996 quando parte desta gleba, que estava em processo de questionamento judicial sobre sua propriedade, foi parcelada e vendida clandestinamente pelo loteador que pleiteava o imóvel. De acordo com o Relatório de 2004, a Prefeitura Municipal trabalhava com um programa de regularização fundiária e urbanística deste espaço.

Já o Jardim Nova América e o Jardim Santa Fé, também em processo de regularização em 2004, tratavam-se de ocupações em áreas particulares.

Neste contexto, recorremos a Ribeiro (1997), que enxerga a especulação imobiliária como resultado necessário das formas pelas quais se realiza a acumulação do capital na produção imobiliária; ou seja, capital e propriedade fundem-se na produção da cidade. O autor nos lembra também que a permissividade do setor público no que diz respeito a políticas habitacionais ou regulação do uso do solo também é constitutiva de um determinado padrão de acumulação. Ainda, de acordo com Maricato, *“as disputas pela apropriação das rendas imobiliárias determinam, em grande parte, os destinos das cidades e de seu desenvolvimento. Trata-se de uma luta surda, praticamente ignorada pela quase totalidade da população, embora ela participe cotidianamente dela”* (2002, p. 83).

Dando continuidade à análise dos dados sobre os loteamentos de Hortolândia, temos que, ainda de acordo com o Relatório da Prefeitura de Hortolândia (2004), existiam cinco loteamentos aprovados e não registrados no

município: Chácara Reimar (área de ponderação 6), Parque Horizonte, Chácara Planalto, Loteamento Adventista Campineiro (todos na área de ponderação 1), Residencial São Luiz (área de ponderação 3) e Jardim Nova Europa (área de ponderação 5).

Apesar de serem raras as edificações multifamiliares e verticalizadas no município⁷⁰ destacando-se apenas um prédio na região central (na região limítrofe das áreas de ponderação 8 e 3) e alguns prédios de quatro pavimentos destinados à habitação popular. Mais recentemente surgiram loteamentos realizados por grandes imobiliárias e voltados para um padrão habitacional e de renda mais altos, como o Jardim Residencial Firenze, Parque Gabriel (localizados na área de ponderação 1), e o condomínio fechado Green Park Residence⁷¹ (na região limítrofe entre a área de ponderação 6 e a área de ponderação 8), às margens da Avenida da Emancipação⁷².

No que diz respeito especificamente ao uso do solo de Hortolândia, de acordo com informações da Prefeitura Municipal, há a presença de usos distintos distribuídos por todo o espaço urbano, com certa autonomia dos principais bairros quanto à existência de comércio e serviços e maior presença de indústrias no eixo da Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença (SP101), no trecho entre a

⁷⁰ De acordo com informações da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Hortolândia, a questão da falta de saneamento básico no município exerce uma importante influência em tal quadro, uma vez que a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) só permite que sejam construídos edifícios com mais de quatro andares se o escoamento do esgoto se der através de rede geral – o que não acontece na imensa maioria do território hortolandense.

⁷¹ Em suas campanhas publicitárias esses loteamentos enfatizam aspectos como segurança e qualidade de vida. Num folheto publicitário do Green Park Residence, por exemplo, encontramos os seguintes dizeres: *“Qualidade de vida com a segurança que você deseja. Na região metropolitana de Campinas, logo na entrada de Hortolândia - o centro tecnológico do Brasil - um lugar planejado para o conforto e segurança de sua família. Green Park Santa Paula Residence. Na sua medida e bem pertinho de tudo o que você gosta”*.

⁷² Sobre a Avenida da Emancipação, Ramos (2003) lembra que, inconformados com a falta de infra-estrutura de seus bairros, um grupo de moradores da Vila Real e Nova Hortolândia fizeram um protesto, quando da inauguração desta “bonita e iluminada avenida”, em 1994.

Rodovia dos Bandeirantes e na Avenida da Emancipação (áreas de ponderação 1, 3 e 8).

Assim, no tocante ao uso industrial destaca-se o conjunto de indústrias próximas ao trevo de acesso à cidade ao longo da Rodovia SP 101, formado por empresas de grande porte, com destaque para a IBM do Brasil (área de ponderação 1 e 3). Ao longo da Avenida da Emancipação também localizam-se algumas empresas como Magnetti Morelli, Belgo Mineira etc. (área de ponderação 8). Na região norte da cidade (área de ponderação 5), próximo à divisa com Sumaré, localizam-se outras empresas, destacando-se a Cobrasma S/A.

Há também um conjunto de pequenas empresas no Jardim Boa Vista (área de ponderação 1), principalmente nas Ruas Bela Vista, dos Inajás, dos Manacás. Há ainda outras grandes indústrias espalhadas pela malha urbana.

Hortolândia possui um centro comercial e de serviços localizado na área mais antiga da cidade, próximo à Cerâmica Sumaré (área de ponderação 1), com destaque para as ruas João Camilo de Camargo, Luiz Camilo de Camargo, Argolino de Moraes, onde estão estabelecidas algumas redes de lojas de projeção nacional e rede bancária. Na região da Vila Real chamada de “centro velho” (área de ponderação 4) destaca-se o corredor comercial ao longo da Avenida São Francisco de Assis, além da Avenida Anhangüera também caracterizada como área de comércio.

Outro pólo comercial que vem se expandindo, está localizado na área do entorno do atual Gabinete do Prefeito, ao longo do eixo da Avenida da Emancipação e Rua dos Estudantes (área de ponderação 8). Esta região vem se expandindo também devido a ações como a da atual gestão municipal (com o prefeito Angelo Perugini - PT) que assinou em novembro de 2006 o termo que

autoriza a utilização de um terreno da Prefeitura para a construção e instalação, com recursos do governo estadual, de um ginásio poliesportivo, pista de *skate*, espaço sócio-educativo, salas de cinema, teatro, música e artes marciais – o terreno está localizado no Bairro Remanso Campineiro.

Além disso, nesta mesma região de Hortolândia está em fase de implantação (com previsão da conclusão de sua primeira etapa em 2007) o projeto arquitetônico do *Centro Administrativo de Hortolândia*, que compreende o Paço Municipal, com secretarias e departamentos da Prefeitura; reunirá, portanto, os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, além de um teatro e um espaço cívico – sendo que essas últimas áreas terão por objetivo articular os edifícios dos três poderes que se relacionam entre si. Outro destaque é a incorporação de uma futura avenida ao projeto que integrará o Paço Municipal ao restante da cidade. O Centro Administrativo será construído no Jardim Novo Ângulo (na região limítrofe entre a área de ponderação 6 e a área de ponderação 8), numa área de 65 mil metros quadrados. De acordo com a Prefeitura, o Paço Municipal facilitará o acesso dos moradores ao serviço público ao concentrar as secretarias num único espaço. Atualmente, os órgãos públicos funcionam em vários pontos da cidade.

Neste contexto, nos remetemos à Villaça (1998), que defende que o Estado pode exercer influência direta sobre o espaço basicamente através de três mecanismos: legislação urbanística, produção de infra-estrutura e localização dos aparelhos do Estado. À nossa análise interessa focarmos atenção para este último mecanismo de influência (ao menos neste ponto de nosso trabalho). Sendo assim, de maneira mais detalhada, para Villaça (1998) tais aparelhos seguem os percursos territoriais das áreas mais valorizadas, da mesma maneira que o comércio e os serviços privados, como se estivessem sujeitas às leis do mercado.

Ao observarmos o histórico do uso do solo de Hortolândia, podemos afirmar que a produção de seu espaço urbano caminha neste sentido.

3.4 - Caracterização da População Migrante

Numa análise geral, podemos afirmar que a população de Hortolândia se distribui de maneira relativamente uniforme pelo seu território; não obstante, em 2000, a área de ponderação 6 mereceu destaque, abrigando a menor população: cerca de 14,9 mil habitantes.

Já as áreas de ponderação 2 e 3 eram as mais populosas, com mais de 24 mil habitantes cada uma; entretanto, enquanto a área 3 apresentou uma taxa de crescimento abaixo da média municipal (2,8% ao ano, para uma média de 5,4% a. a.), a área 2 apresentou uma das maiores taxas de crescimento da década, 10,5% a. a. (Tabela 20), o que é indicativo de que a área 2 é uma das que mais recebeu migrantes no período. Além disso, esses indicadores vão de encontro com as informações referentes ao histórico de ocupação desses espaços que mostram, justamente, que a área 3 já apresentava uma ocupação anterior a 1993, enquanto a área 2 destacou-se recentemente pela abertura do loteamento Jardim Amanda, atraindo grande contingente populacional.

De forma ainda mais detalhada, podemos observar que enquanto as áreas de ponderação 3, 4, 7 e 8 destacam-se por apresentar taxas de crescimento abaixo da média municipal entre 1991/2000, no outro extremo, as áreas de ponderação 1, 2 e 5 destacam-se pela alta taxa de crescimento no mesmo período. Assim, no intervalo de 1991/2000, a área 1 é a que apresenta maior taxa de crescimento ao ano (11,6%) saltando de cerca de 6 mil habitantes, para mais de 18 mil em 2000.

Tabela 20
Distribuição e taxa de crescimento anual da população
de Hortolândia, por áreas de ponderação.
1991 e 2000

Área de Ponderação	População Total -1991	População Total -2000	Cresc. a a. 91/00 (%)
1	6.823	18.260	11,6
2	9.849	24.238	10,5
3	19.041	24.484	2,8
4	13.599	18.582	3,5
5	9.483	16.113	6,1
6	9.172	14.918	5,6
7	14.374	16.250	1,4
8	14.493	19.678	3,5
Total	96.834	152.523	5,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000,
Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Analisando a distribuição da população não-natural de Hortolândia por suas áreas de ponderação e tempo de residência no município (Tabela 21), podemos verificar que a população que mais recentemente se dirigiu para este espaço (com menos de 4 anos de residência em Hortolândia) concentra-se em maior proporção nas áreas 1, 2 e 5 e em menor proporção nas áreas 3 e 7 – o que, mais uma vez, vai de encontro com os dados referentes às taxas de crescimento e histórico de seus loteamentos. Inversamente, a população não-natural de Hortolândia que reside neste município há 10 anos ou mais, concentra-se, majoritariamente, nas áreas 3, 7 e 8; já as áreas 1, 5 e 6 são as que concentram menor proporção de população não natural residente há mais tempo no município - dez anos ou mais. Tudo isso nos leva a pensar que as áreas 3, 7 e 8 tratam-se de espaços mais consolidados, em termos de sua ocupação, com significativa população migrante, mas que já se instalou nestes espaços há mais tempo. De outro lado, as áreas 1, 2 e 5 (mas, sobretudo as áreas 1 e 5) têm como característica uma ocupação mais recente, realizada, majoritariamente, por migrantes recém chegados ao município,

conforme nos aponta, também, as informações referentes ao histórico de seus loteamentos.

Tabela 21

Distribuição da população não-natural de Hortolândia, segundo tempo de residência no município, por áreas de ponderação.

2000

Área de Ponderação	Tempo de residência no município (anos) %				Total
	2 ou -	3 a 4	5 a 9	10 ou +	
1	21,8	21,3	30,1	26,8	14.180
2	22,2	14,7	31,6	31,5	19.792
3	11,8	7,8	20,1	60,2	17.053
4	15,6	12,9	21,0	50,5	13.621
5	25,7	23,4	24,9	25,9	11.731
6	20,4	13,9	35,8	29,8	11.183
7	10,6	7,6	13,6	68,1	10.783
8	14,6	11,3	22,6	51,5	14.351
Total	17,9	14,0	25,2	42,9	112.693

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Por conseguinte, os dados referentes à população migrante, segundo região de residência em 1995, nos mostram que também em Hortolândia é o componente populacional proveniente do próprio estado de São Paulo que exerce maior peso sobre a dinâmica migratória – conforme uma tendência da própria RMC no período. Não obstante, não podemos ignorar que há uma certa diferenciação das regiões de origem dos migrantes quando comparamos as diferentes áreas de ponderação de Hortolândia (Tabela 22). De qualquer forma, é o componente migratório com origem na RMC, mais especificamente de Campinas, que exerce maior influência em Hortolândia. Para termos uma idéia, entre 1995/2000, cerca de 13,5 mil pessoas ou 43,8% de toda a migração direcionada para Hortolândia no período vieram da RMC; deste contingente, 32,7%, ou cerca de 10 mil migrantes, tinham Campinas como município de residência e 11,1% moravam nos demais municípios da RMC (Tabela 22).

Tabela 22

Distribuição da população migrante por áreas de ponderação de Hortolândia 2000, segundo região de residência em 1995.

Área de Ponderação	Região em 1995 (%)								Total
	Nordeste	Sudeste*	Outros SP**	RMSP	Campinas	RMC	Outras UFs	Brasil não espec.	
1	6,2	4,5	14,9	13,3	47,3	7,5	6,3	.	5.352
2	14,5	2,4	8,3	21,3	37,3	7,6	7,8	0,8	5.992
3	15,4	1,9	27,3	14,9	23,4	9,4	7,8	.	2.942
4	15,6	2,1	15,1	26,9	22,3	7,1	9,9	1,1	3.527
5	10,6	4,4	9,0	13,1	23,8	29,9	8,4	0,8	4.907
6	19,5	3,2	14,8	7,8	40,2	5,3	8,8	0,3	3.257
7	4,5	1,8	21,1	17,2	33,2	9,0	13,2	.	1.717
8	9,1	3,4	19,4	24,1	25,2	8,1	10,7	.	3.024
Total	12,1	3,1	14,7	17,2	32,7	11,1	8,6	0,4	30.718

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

*Exclui o estado de São Paulo

**Exclui a RMC

Justamente nas áreas de ponderação destacadas anteriormente por apresentarem as maiores taxas de crescimento entre 1991/2000 (áreas 1 e 2) são onde encontramos a maior proporção de migrantes advindos do município de Campinas em 2000 (47,3% e 37,3% de toda sua população migrante no período, respectivamente – Tabela 22). Neste sentido, também se destaca a área de ponderação 6, por ter 40,2% de sua população migrante originária de Campinas, em 2000.

É interessante notar que, entre 1995/2000, enquanto nas áreas 1, 2, e 6 a proporção de migrantes advindos dos demais municípios da RMC (excetuando Campinas) não atinge mais do que cerca de 7% do total de sua população migrante, na área 5 essa proporção chega a 29,9% - a maior do período (Tabela 22). Assim, as áreas 1, 2 e 5 são as que têm maiores taxas de crescimento; contudo, enquanto as áreas 1 e 2 recebem mais migrantes originários do município sede da RMC, a área 5 cresce devido à migração originária do entorno metropolitano – provavelmente de Sumaré, contígua com Hortolândia nesta porção de seu território.

As áreas de ponderação 3, 7 e 8 (as menores taxa de crescimento do período) destacam-se por serem as que mais receberam migrante do interior de São Paulo (excetuando a RMC). Enquanto isso, as áreas 2, 4 e 8 foram as que apresentaram maior proporção de migrantes originários da Região Metropolitana de São Paulo, no período.

De forma a complementar nossa análise, dados referentes ao local de trabalho ou estudo na RMC da PEA migrante de Hortolândia pode, em muito, nos auxiliar no entendimento da dinâmica migratória deste município e, conseqüentemente, da produção deste espaço urbano – ainda mais quando temos a oportunidade de trabalhar com as áreas de ponderação. Assim, num geral, o que verificamos é que, entre 1995 e 2000, do total de PEA que migrou⁷³ para Hortolândia e que trabalhava e/ou estudava em algum município da RMC, enquanto 48,3% o faziam na própria Hortolândia, 45,3% se deslocam regularmente para Campinas (Anexo 5). Sumaré foi responsável por 3,5% do destino dos fluxos pendulares da PEA migrante de Hortolândia, e os demais municípios da RMC, juntos, absorveram 2,9% dos fluxos pendulares da PEA migrante de Hortolândia, no período. Esses dados, mais uma vez, denotam a estreita relação entre Campinas e Hortolândia. Além disso, ao unirmos esses dados com os referentes à região de residência dos migrantes em 1995 (Tabela 22) podemos deduzir que a população advinda de Campinas – maioria do contingente – opta por Hortolândia como local de residência, mas ainda continua mantendo fortes vínculos com a sede metropolitana, sobretudo no que diz respeito

⁷³ É interessante reforçamos que neste ponto do trabalho estamos trabalhando com a população economicamente ativa *migrante* que se dirigiu para Hortolândia e que realiza deslocamentos diários para trabalhar ou estudar. Até então já havíamos analisado dados referentes à PEA que realiza movimentos pendulares, mas não à PEA migrante.

a mercado de trabalho. Podemos afirmar ainda que - apesar de ser numa escala menor - Hortolândia também estabelece importantes relações no que diz respeito a mercado de trabalho com Sumaré, Valinhos, Paulínia, Monte Mor, Vinhedo, Jaguariúna, Indaiatuba e Holambra.

Ainda sobre local de trabalho da PEA migrante, numa análise comparativa das áreas de ponderação de Hortolândia entre 1995/2000, podemos lançar nosso especial olhar para as áreas 3, 5 e 6: estas três áreas destacam-se por apresentar maiores proporções de migrantes que trabalham em Campinas do que de migrantes que trabalham na própria Hortolândia. Diferentes em termos do peso das regiões de origem de seus migrantes⁷⁴, os dados do local de trabalho da PEA migrante destas três áreas também confirmam a idéia de que aqueles que se dirigem para Hortolândia mantêm maior relação com Campinas do que com a própria Hortolândia (sejam eles originários do interior do estado, do entorno da RMC, ou mesmo da sede metropolitana), revelando que, de fato, Hortolândia aparece como importante alternativa de moradia para os trabalhadores da sede metropolitana. Revelam ainda mais uma evidência para a confirmação do processo de dispersão e fragmentariedade, tão peculiar à RMC e à Hortolândia - indo de encontro também com a idéia de desconcentração metropolitana de Gottdiener (1993).

Como contraponto, mas ainda com significativo contingente de fluxos pendulares, a área 8 é a que possui maior proporção de população economicamente ativa migrante que trabalha ou estuda no próprio município de Hortolândia (63,6%), ao mesmo tempo em que possui a menor proporção de PEA

⁷⁴ Entre 1995/2000, enquanto a área 3 recebeu mais migrantes do interior de São Paulo (excluindo a RMC), a área 5 recebeu mais migrantes do entorno da RMC, e a área 6 recebeu mais migrantes de Campinas (Tabela 22).

migrante que trabalha ou estuda em Campinas (32,8%). Em parte, isso pode ser explicado por se tratar de um espaço hortolandense cuja ocupação ocorreu há mais tempo, nos levando a pensar que seus moradores já estabeleceram maiores vínculos com a própria cidade.

Na mesma situação, áreas 4 e 2 também se destacam por apresentar porcentagens acima da média municipal de PEA migrante que trabalha ou estuda em Hortolândia, bem como por apresentar porcentagens abaixo da média de PEA migrante que trabalha ou estuda em Campinas (Anexo 5) – revelando que nestas áreas, apesar de ser significativa a relação com Campinas, a população migrante mantém maiores vínculos com Hortolândia.

No que diz respeito aos dados referentes à renda *per capita* familiar da população migrante de Hortolândia entre 1995/2000, podemos verificar que, num geral, grande contingente, ou cerca de 79%, possui baixo rendimento (até dois salários mínimos - Tabela 23). Sobremaneira, considerando-se as diferentes áreas de ponderação, podemos observar que em Hortolândia o quadro não se mostra tão homogêneo quando pode parecer, ao menos entre a população migrante.

Tabela 23

Responsáveis de família migrante (data fixa) segundo faixa de renda per capita mensal, por áreas de ponderação em Hortolândia.
2000

Área de Ponderação	Renda per Capita Familiar (Salário Mínimo) %							Total
	Sem Rend.	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 ou mais	
1	6,6	32,6	35,5	20,4	4,5	0,4	.	1.723
2	7,3	53,5	23,9	14,2	1,0	.	.	1.854
3	4,9	35,6	35,9	19,5	2,2	.	2,0	954
4	4,9	50,7	25,4	15,5	3,6	.	.	1.104
5	7,8	49,6	31,1	9,9	0,8	0,8	.	1.539
6	3,7	48,2	32,4	13,9	1,0	.	0,8	982
7	1,5	25,7	36,7	28,3	5,9	2,0	.	546
8	4,4	27,2	29,8	28,3	6,0	4,4	.	933
Total	5,7	42,4	30,7	17,4	2,8	0,7	0,3	9.636

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Por exemplo, as áreas de ponderação 2 e 5 (que juntamente com a área 1 foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional entre 1991/2000) destacam-se com proporções acima da média de famílias migrantes sem algum tipo de rendimento mensal, ou mesmo de famílias migrantes com renda mensal de até um salário mínimo. São, justamente, as duas áreas de ponderação de Hortolândia que no período apresentaram porcentagens bem abaixo da média em se tratando de famílias migrantes com renda entre dois a cinco salários mínimos; ainda, apresentaram baixas porcentagens de famílias migrantes com rendas entre cinco a dez salários mínimos, não possuindo, praticamente, famílias migrantes com renda superior a isso. São, portanto, marcadas por receber população de baixo rendimento no período⁷⁵ (Tabela 23).

Também, as áreas 4 e 6 - apesar de apresentarem porcentagens abaixo da média municipal de famílias migrantes sem rendimento mensal - apresentam umas das maiores porcentagens de famílias migrantes com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo, quase não possuindo, também, famílias migrantes com rendas acima de cinco salários mínimos, entre 1995/2000. Conforme apontado anteriormente, a área 4 abarca uma das regiões de Hortolândia que mais abrigam favelas, a região da Vila Real; a área 6 destaca-se pelos assentamentos em áreas particulares e de risco ambiental, como o Jardim Aline, Jardim Conceição, Vila Guedes, Jardim Santiago, Vila da Conquista e Parque Peron. Assim, podemos perceber que, mesmo a despeito de se tratar de assentamentos, os migrantes que para essa área se dirigiram possuíam uma

⁷⁵ Não podemos nos esquecer que, conforme apontado anteriormente, a área de ponderação 5 abriga uma das maiores ocupações de Hortolândia, Jardim Boa Esperança e Recanto do Sol (que tiveram início entre 1994 e 1996). Já a área 2 destaca-se como uma das regiões do município que mais abrigam favelas.

disponibilidade financeira mínima, já que foram poucos os que não tinham rendimento familiar mensal.

Já as áreas 7 e 8 destacam-se pela baixa porcentagem de famílias migrantes sem rendimento, ou com rendimento de até um salário mínimo. De outro lado, apresentam porcentagens acima da média municipal em se tratando de famílias migrantes com renda acima de dois salários mínimos, entre 1995/2000: ainda, em termos de rendimento de dez a vinte salários mínimos para as famílias migrantes, apresentam porcentagens muito acima da média municipal – enquanto esta é de 0,7%, a área de ponderação 7 possui uma porcentagem de 2,% e a área 8, 4,4% (Tabela 23). Portanto, apesar de serem uma das áreas que menos migrantes recebeu no período, podemos afirmar que são caracterizadas por receber população com rendimento mais elevado⁷⁶.

Conforme já elucidado nas páginas anteriores, consideramos que o padrão de moradia também é outro aspecto que pode apontar as desigualdades sociais existentes em determinados espaços, podendo nos auxiliar na busca de pistas referentes ao grau de precariedade das moradias. Em se tratando do número de banheiros por domicílio da população migrante de Hortolândia entre 1995/2000, podemos verificar que, de certa forma, o perfil de moradia dos migrantes guarda estreita relação com seu perfil de renda. Ou seja, as áreas 7 e 8 se destacaram por abrigar domicílios de população migrante marcados por um padrão construtivo mais sofisticado; ou seja, destacam-se por abrigar as maiores porcentagens de domicílios de famílias migrantes com dois ou mais banheiros, bem como por não

⁷⁶ Vale dizer que se por um lado a área 7 (que abarca a região do Jardim Rosolém) possui, junto com a área 4 (região da Vila Real) as mais antigas favelas de Hortolândia, de outro, recentemente a área 7 vem sendo marcada por abrigar condomínios fechados como é o caso do *Residencial di Mônaco* e *Residencial Monte Carlos*.

abrigar nenhum domicílio de população migrante sem banheiro, no período (Tabela 24). De modo ainda mais detalhado: a área 8, por exemplo, é a que apresentou menor porcentagem de domicílios de população migrante com um banheiro, apresentando a maior proporção de domicílios de população migrante com três banheiros (enquanto a média de Hortolândia é de 1,5% a desta área de ponderação é de 6,4%) e com quatro banheiros ou mais (enquanto a média do município é de 0,3%, a da área 8 é de 3,5%).

Tabela 24

Distribuição do domicílio atual do migrante (data fixa), segundo o número de banheiros, por áreas de ponderação em Hortolândia.

2000

Área de Ponderação	Número de banheiros por domicílio particular permanente(%)					Total
	Não tem	1	2	3	4 ou mais	
1	0,5	84,9	12,8	1,8	.	1.723
2	1,3	84,1	13,9	0,8	.	1.854
3	.	90,0	9,3	0,7	.	954
4	.	89,2	9,0	1,7	.	1.104
5	6,4	87,2	6,4	.	.	1.539
6	5,5	89,2	5,2	.	.	982
7	.	78,4	19,8	1,7	.	546
8	.	77,6	12,5	6,4	3,5	933
Total	1,9	85,5	10,8	1,5	0,3	9.636

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Já as áreas 5 e 6 apresentam as maiores porcentagens do período de domicílios de migrantes sem banheiro (6,4% e 5,5%, respectivamente, para uma média municipal de 1,9%) e também apresentaram as menores proporções, para o período, de domicílios de população migrante com dois banheiros (6,4% e 5,2%, respectivamente, para uma média municipal de 10,8%), não possuindo nenhum domicílio de migrante, ao menos no período aqui tratado, com três banheiros ou mais.

Assim, dentre outras coisas, esse tipo de indicador pode refletir, por exemplo, certa diversidade social ou até mesmo uma certa diferenciação do mercado imobiliário em Hortolândia.

Ao somarmos este dado com os indicadores referentes ao tipo de arranjo familiar desta população migrante (Tabela 25) veremos que na área 6, por exemplo, a reduzida significância de migrantes individuais (ou arranjo unifamiliar) e o considerável percentual de migrantes com famílias estendidas⁷⁷, permite-nos pensar em precárias condições habitacionais nesta área, ou seja, alta densidade domiciliar e reduzido tamanho da habitação.

Tabela 25
Famílias de responsáveis migrantes (data fixa) segundo tipo de arranjo, por área de ponderação em Hortolândia
2000

Área de Ponderação	Arranjos Familiares (%)						Total
	individual	casal sem filhos	casal com filhos	estendida	chefe com filhos	outros	
1	6,4	19,8	56,1	4,9	5,0	7,7	1.723
2	7,2	11,8	53,4	7,3	13,5	6,8	1.854
3	8,4	14,4	50,8	7,1	7,9	11,5	954
4	9,2	16,1	50,9	5,1	9,5	9,1	1.104
5	2,8	9,8	59,1	6,6	6,5	15,1	1.539
6	4,1	17,9	55,8	7,0	7,9	7,2	982
7	2,2	17,0	43,6	6,4	12,5	18,3	546
8	3,6	16,3	58,4	5,8	5,0	10,8	933
Total	5,8	15,0	54,4	6,3	8,4	10,1	9.636

Fonte: IBGE, Censo 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP

De modo geral, a maioria (51,7%) das famílias migrantes entre 1995/2000 em Hortolândia tratavam-se de casais com filhos, 14,5% eram casais sem filhos, 10,1% tratavam-se de chefes com filhos, 6% de arranjos unifamiliares e 5,6% eram famílias estendidas (Tabela 25). Ou seja, apenas uma pequena parte das pessoas que se dirigiram para Hortolândia no período migraram sozinhas (arranjos

⁷⁷ Denominamos por família estendida a composição familiar que além de chefe, cônjuge e filhos, contemple também algum outro membro com um grau de parentesco diferente destes três, podendo ser um sobrinho, um tio etc.

unifamíliares), tampouco tratavam-se de casais sem filhos – a maioria do contingente migratório era formada por famílias do tipo chefe, cônjuge e filhos.

Analisando este tipo de dado por áreas de ponderação, podemos verificar que enquanto as áreas 5 e 7 destacam-se pela baixa porcentagem de migrantes individuais (cerca de 2%), a área 3 é a que maior porcentagem apresenta neste sentido, no período: cerca de 9%. Enquanto as áreas 6 e 7 destacam-se por apresentar porcentagens acima de média municipal de casais migrantes sem filhos (cerca de 17%, entre 1995/2000), a área 5 destaca-se por ter 57,9% de casais migrantes com filhos. Já a área 8 apresenta porcentagens acima da média municipal, tanto em termos de casal migrante sem filhos, como em termos de casal migrante com filhos – predominando este último tipo de arranjo familiar. As áreas 2 e 6 destacam-se por apresentar as maiores taxas de famílias migrantes estendidas, entre 1995/2000 (cerca de 6,5%), e, enquanto a área 8 apresenta a menor porcentagem de migrantes chefes com filhos (5,7%), as áreas 2, 4, 6 e 7 destacam-se com cerca de 12% a 13% de famílias migrantes neste sentido.

Dando seqüência à nossa análise sobre o padrão das moradias de Hortolândia, podemos focar nossa atenção no que diz respeito ao tipo de domicílio. Podemos observar que, em todas as áreas de ponderação de Hortolândia, as moradias dos migrantes entre 1995 e 2000 eram, majoritariamente, casas⁷⁸ (Tabela 26).

⁷⁸ Não devemos nos esquecer de que no capítulo anterior foi verificado que, no mesmo período, Hortolândia destacou-se dentre os municípios da RMC por ser o que apresentou maior porcentagem de domicílios de migrantes do tipo casa. Também, e conforme já assinalado, de acordo com informações da Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Hortolândia, a questão da falta de saneamento básico no município exerce uma importante influência em tal quadro, uma vez que a CETESB só permite que sejam construídos edifícios com mais de quatro andares se o escoamento do esgoto se der através de rede geral – o que não acontece na imensa maioria do território hortolandense.

Tabela 26

Distribuição de domicílios do migrante (data fixa), segundo tipo de domicílio de residência atual, por áreas de ponderação em Hortolândia.

2000

Área de Ponderação	Tipo de Domicílio Particular Permanente			Total
	Casa (%)	Apartamento (%)	Cômodo (%)	
1	98,8	.	1,2	1.723
2	99,0	1,0	.	1.854
3	96,7	1,8	1,5	954
4	100,0	.	.	1.104
5	97,4	.	2,6	1.539
6	95,2	2,7	2,2	982
7	94,6	5,4	.	546
8	95,6	.	4,4	933
Total	97,6	1,0	1,4	9.636

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Na área de ponderação 4, por exemplo, a porcentagem de famílias migrantes vivendo em casas chegou a 100%, no período. Somente nas áreas 2, 3, 6 e 7 havia famílias migrantes vivendo em apartamentos (e aqui a área 7 é o grande destaque com 5,4%, para uma média municipal de 1%). Ainda, as áreas 5, 6 e 8 destacavam-se por apresentar uma porcentagem acima da média municipal de famílias migrante vivendo em domicílios do tipo cômodo.

De forma complementar, no que se refere às formas de acesso à moradia, mais uma vez, utilizaremos o indicador de condição de ocupação do domicílio. Assim, podemos observar que, num geral, em Hortolândia a grande maioria das famílias migrantes do período (ou 55,7%) vivia em domicílios declarados como próprios (tanto a construção, quanto o terreno⁷⁹ - Tabela 27). Nas áreas de ponderação 1 e 2 a porcentagem de famílias migrantes vivendo em domicílios próprios chegou a 67,8% e 71,8%, respectivamente – as maiores do período. A

⁷⁹ Através do Censo de 2000 é possível distinguirmos entre domicílios cujos terrenos e construção são próprios e aqueles cuja apenas a construção é própria – o que pode indicar, portanto, a ocupação ilegal do terreno. Isso não quer dizer que a declaração de propriedade (tanto a construção, quanto o terreno) seja legal, com seus proprietários possuindo a escritura do imóvel. Na verdade, um morador de um loteamento irregular, por exemplo, pode declarar-se como proprietário tanto da construção, quanto do terreno e já o morador de uma favela, como proprietário da construção. Assim, essa diferenciação captada pelo Censo expressa, sobretudo, a compreensão que cada morador tem em relação ao seu direito de propriedade.

área 1 apresentou também uma das menores porcentagens de famílias migrantes vivendo em domicílios alugados, 15,5%.

Tabela 27

Distribuição de domicílios particulares permanentes do migrante (data fixa), segundo condição de ocupação por áreas de ponderação em Hortolândia.

2000

Área de Ponderação	Condição de ocupação					Total
	próprio (%)	só construção própria (%)	alugado (%)	cedido (%)	outro (%)	
1	67,8	1,7	15,5	7,4	5,9	1.723
2	71,8	0,8	19,8	6,8	.	1.854
3	40,1	8,4	30,4	12,7	.	954
4	54,1	3,1	27,8	11,0	1,0	1.104
5	63,4	2,8	12,1	3,3	15,6	1.539
6	36,9	17,9	8,2	10,9	8,3	982
7	42,8	2,4	47,7	4,7	.	546
8	39,7	.	55,0	5,3	.	933
Total	55,7	4,4	23,1	7,7	4,5	9.636

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Já as áreas 3, 6 e 8 apresentaram as menores porcentagens de famílias migrantes vivendo em domicílios próprios no período: entre 36 a 40%. A área 6 destaca-se também pela maior porcentagem de famílias migrantes com posse apenas da construção (cerca de 18% para uma média municipal de 4,4%), o que é indicativo, dentre outras coisas, da presença de favelas ou invasões na área – indicação que vem de encontro com os dados referentes ao histórico de seus loteamentos, no item anterior. Por outro lado, a área de ponderação 8 não apresentou nenhuma família migrante nesta condição.

O alto percentual de imóveis próprios entre as famílias migrantes (principalmente quando somados aos indicadores das Tabelas 25 e 26) não deixa dúvidas sobre o padrão de moradia predominante em Hortolândia: a casa própria. Conjugando esta informação com o padrão de renda da população de Hortolândia de modo geral (conforme apontado no capítulo anterior), e de sua população migrante, bem como com os dados referentes ao local de trabalho e estudo desta

população, recorremos a Bonduki (1998) que lembra que a “solução habitacional popular” vem se dando através construção da casa pelo próprio morador.

Para Bonduki (1998), a omissão do poder público na expansão de loteamentos clandestinos faz parte de uma estratégia (mesmo que não proposital, em termos técnicos e políticos) para facilitar a moradia auto-construída. Este padrão de expansão habitacional se por um lado tem a característica de ser barata e compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores, por outro, carrega consigo o estigma da segregação, ou a pena do pouco (ou nenhum) serviço de infra-estrutura pública. Todavia, traz consigo “*a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários.*” (BONDUKI, 1998, p. 288), mesmo que serviços básicos (esgoto, postos de saúde, escolas, asfalto, meios de transportes eficientes) levem anos para serem implantados. Ainda segundo Bonduki, este padrão de ocupação reflete-se, também, na subdivisão dos lotes, na construção de moradias de aluguel pelo trabalhador proprietário e na cessão de parte do terreno para que outros moradores possam deixar a condição de inquilinos, ou nela se ingressar.

Ademais, no que diz respeito ainda às formas de acesso à moradia da população migrante em Hortolândia, temos que as áreas 6 e 3 são as que possuem a maior porcentagem de famílias migrantes vivendo em domicílios cedidos entre 1995/2000; já a área 5 é a que apresenta menor porcentagem neste sentido (Tabela 27). Por fim, a área 8 destaca-se ainda por ter - seguida pela área 7 - a maior porcentagem de famílias migrantes vivendo em domicílios alugados neste período (55%), o que - somado aos indicadores de renda da população migrante para essas áreas - pode indicar o crescimento de segmentos sociais de maior poder aquisitivo nestas áreas, criando, portanto, uma demanda para o

mercado de aluguel. Já as áreas 1, 5 e 6 apresentaram as menores porcentagens neste sentido, entre 1995/2000.

Assim, nossa análise baseada na renda, na tipologia de arranjo familiar e na condição da ocupação do imóvel da população migrante de Hortolândia (conjugadas com informações referentes às características do município em itens anteriores) não deixa margem a dúvidas: em Hortolândia a oferta de lotes em grande escala garantiu a difusão da propriedade privada da terra entre as famílias de baixos rendimentos, que, majoritariamente, advém da RMC, continuando a ter, sobretudo, a sede metropolitana como local de trabalho. Neste ponto, mais uma vez nos remetemos às colocações de Bonduki (1998) quando afirma que ainda que não tenha sido estrategicamente calculada, a forma como o poder público (nos âmbitos municipal, estadual e federal) tratou – ou deixou de tratar – a expansão dos loteamentos e suas condições de ocupação e comercialização, foi decisiva para a consolidação do modelo de produção baseado no auto-emprego⁸⁰, provendo, de alguma forma, a habitação à grande parcela da sociedade, sem um investimento significativo em programas neste sentido:

“Produzindo casa para seu próprio uso, para alugar ou ceder, os trabalhadores empreenderam a construção de pelo menos um milhão de casas na RMSP nos últimos cinquenta anos. Isto significa uma quantidade descomunal de recursos (monetários ou em trabalho) incorporados pelos trabalhadores ao processo de produção social, sem nenhum investimento estatal ou capitalista privado. Uma contribuição nada desprezível para o crescimento da economia paulista e brasileira” (BONDUKI, 1998, p. 313).

Desse modo, as colocações de Bonduki também se encontram com as de Gottdiener (1993), sobretudo quando este último afirma que os padrões de assentamento urbano são produzidos pelo sistema de organização social de que fazem parte, sendo estruturado tanto vertical como horizontalmente. Ou seja, para

⁸⁰ A autoconstrução é entendida aqui como uma fórmula de produção habitacional não apenas doméstica, mas que incorpora a subcontratação de trabalhadores autônomos ou pequenas firmas.

Gottdiener (1993), as formas de espaço são produzidas pela articulação entre estruturas capitalistas tardias e as ações do setor de propriedade. Mais do que na intervenção direta do Estado sobre a produção do espaço urbano, devemos nos concentrar na sua intervenção indireta, através de uma ampla variedade de práticas que servem para subsidiar as ações de certos interesses espaciais a custas de outros. Ademais, Gottdiener (1993) lembra que rotular de “capitalista” o motivo produtor de espaço não significa necessariamente que as relações capitalistas se refletem diretamente em formas urbanas. Embora o caráter desigual do desenvolvimento capitalista produza efeitos sociais e espaciais, muitos deles não são intencionais.

Não seria possível compreender satisfatoriamente a produção do espaço urbano de Hortolândia sem levar em consideração essas proposições.

3.5 - Caracterização da População Não-migrante

Conforme já apontado, acreditamos que a interação entre a dinâmica socioespacial e a mobilidade residencial pode ser captada, em muito, ao confrontarmos o perfil socioeconômico e as condições de moradia da população migrante com os da população da área de destino.

Assim, no que se refere à renda familiar *per capita* da população não-migrante em Hortolândia, em 2000, podemos observar que as áreas 2 e 5 se destacam por apresentar porcentagens acima da média municipal de população sem rendimento (7,1% e 8,8%, respectivamente, para uma média municipal de 4,8% - Tabela 28). Também, as áreas 2 e 5 destacam-se por possuir as maiores porcentagens de população não-migrante com renda familiar de até um salário mínimo. Ainda, as áreas 4 e 5, não possuem famílias não-migrantes com faixa de

renda superior a dez salários mínimos mensais. As áreas 2, 4 e 5 são, portanto, marcadas não só por abrigarem população migrante com baixo rendimento (como visto no item anterior), como por abrigarem população não-migrante com os menores rendimentos familiares *per capita* de Hortolândia – o que denota que, ao menos neste quesito, que a dinâmica migratória atua no sentido de reforçar um padrão já constituído anteriormente.

Tabela 28
Responsáveis das famílias não-migrantes, segundo renda familiar per capita mensal, por áreas de ponderação em Hortolândia 2000

Área de Ponderação	Renda per Capita Familiar %							Total
	Sem Rend.	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 ou mais	
1	5,1	49,1	28,3	15,5	1,8	0,3	.	1.573
2	7,1	53,2	28,8	9,1	1,2	0,4	0,3	2.225
3	3,2	39,8	36,4	18,4	1,5	0,5	0,2	4.194
4	5,9	48,3	31,4	13,1	1,2	.	.	2.659
5	8,8	54,1	27,9	8,1	1,0	.	.	1.301
6	5,8	50,9	28,6	14,2	.	0,5	.	1.408
7	2,0	28,3	36,1	29,1	3,8	0,4	0,3	3.114
8	2,9	31,8	34,6	24,7	5,5	0,5	.	3.083
Total	4,8	43,3	32,1	17,2	2,2	0,3	0,1	19.555

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Do outro ângulo, no que diz respeito a rendimentos mais elevado, as áreas 3, 7 e 8 destacam-se. Apresentam as menores taxas de famílias não-migrantes sem rendimento, ou com renda de até um salário mínimo *per capita*. Não obstante, o grande destaque para este tipo de indicador, fica, sem dúvida, para as áreas 7 e 8 como locais que abrigavam as maiores proporções do município, em 2000, de famílias não-migrantes com rendimentos acima de dois salários mínimos: ou seja, apresentando porcentagens acima da média municipal entre a faixa de renda familiar de cinco a dez salários mínimos e de dez a vinte salários, eram também as áreas do município de maior porcentagem de famílias não-migrantes com renda entre dois e cinco salários mínimos, no período (com cerca de 29% para a área 7 e 25% na área 8, para uma média municipal de 17,2% - Tabela 28).

São, portanto, marcadas não só por receber população de rendimento um pouco maior que média municipal (Tabela 23), como também por abrigar uma população não-migrante com rendimento um pouco mais elevado. Tudo isso denota que, de fato, a dinâmica migratória tem profunda relação com o processo de produção do espaço urbano: não podemos nos esquecer de que (como apontado em item anterior) além de se tratarem de espaços que têm uma ocupação mais antiga, são áreas onde nos últimos anos vêm se instalando conjuntos habitacionais de padrões mais sofisticados. Ainda, no que diz respeito a informações da ocupação mais recente de Hortolândia (tal qual apontado no item sobre o histórico dos loteamentos e uso e ocupação do solo no município) é a área de ponderação 8 e adjacências⁸¹ que vêm se consolidando como espaços onde estão se concentrando aparelhos como o novo Paço Municipal, bem como equipamentos de cultura e lazer.

Dando continuidade à nossa análise sobre as características da população e de suas moradias por área de ponderação em Hortolândia, podemos dizer que, ao analisarmos os dados referentes ao número de banheiros por domicílios, em 2000, as áreas 5 e 6 (exatamente as duas áreas que apresentaram, dentre os migrantes, as maiores proporções de domicílios com um padrão construtivo mais simples) também se destacam por apresentarem significativas porcentagens de domicílios de não-migrante sem banheiro (3,6% e 2,5%, respectivamente, para uma média municipal de 0,7% - Tabela 29). Com efeito, apresentaram

⁸¹ Por adjacências queremos dizer as regiões limítrofes com a área 8, como é o caso da área 3 (que abriga o único hospital do município, no Jardim Santa Clara do Lago), ou mesmo a área 6 na região em torno da Avenida da Emancipação. Nunca é demais lembrar que, apesar de se mostrar como uma excelente alternativa para se captar os “subespaços” de um município, a delimitação das Áreas de Ponderação pelo IBGE é um procedimento que leva em consideração, sobretudo, o número de domicílios; dessa forma, a dinâmica e vivência social de tais espaços não são os principais critérios para que se estabeleçam as divisões de tais áreas. Exatamente por isso, muitas vezes os processos por nós analisados ultrapassam os limites de tais APs.

porcentagens bem acima da média de domicílios de população não-migrante com um banheiro, e porcentagens muito abaixo da média de domicílios de não-migrantes com dois banheiros, apresentando poucos domicílios de população não-migrante com três banheiros ou mais, o que confirma a hipótese de que se tratam de espaços caracterizados por moradias mais simples, ou até mesmo, mais precárias – haja vista a porcentagem de domicílios sem banheiros.

Tabela 29

Distribuição de domicílios particulares permanentes da população não-migrante, segundo o número de banheiros, por áreas de ponderação em Hortolândia. 2000

Área de Ponderação	Número de banheiros por domicílio (%)					Total
	Não tem	1	2	3	4 ou mais	
1	0,5	77,0	19,1	2,7	0,7	1.573
2	.	75,6	22,7	1,8	.	2.225
3	0,5	74,2	23,8	1,2	0,3	4.194
4	0,5	82,2	16,3	1,0	.	2.659
5	2,6	87,4	9,2	.	0,8	1.301
6	2,5	83,5	13,0	0,6	0,4	1.408
7	0,6	67,6	29,0	2,9	.	3.114
8	.	66,4	29,5	3,0	1,2	3.083
Total	0,7	74,9	22,3	1,8	0,4	19.555

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tudo isso, mais uma vez, confirma a hipótese de que a dinâmica migratória tem profunda relação com o processo de produção do espaço urbano, atuando (neste caso) no sentido de reforçar seu padrão de produção do espaço. Ainda no que diz respeito ao indicador *número de banheiros*, devemos destacar que as áreas 2 e 8 não apresentaram nenhum domicílio de população não-migrante sem banheiro. As áreas 7 e 8 apresentaram as menores porcentagens de domicílios de não-migrantes com um banheiro (cerca de 67%, para uma média municipal de 74,9%), chegando às maiores porcentagens de domicílios de não-migrantes com três banheiros, o que confirma a maior presença de moradias com um padrão construtivo mais complexo nestes espaços (não só entre os migrantes), entre os

não-migrantes⁸². Aliando-se este tipo de indicador com o referente à renda *per capita* familiar, podemos dizer que o fluxo de população migrante vem colaborando para que a área de ponderação 7 e 8, por exemplo, sejam, de alguma forma, apontados como espaços diferenciados dentro Hortolândia. Ao mesmo tempo, a presença de moradias de um padrão mais sofisticado, inclusive com equipamentos lazer e consumo nos seus arredores, contribui para consolidar não só a valorização da área, como também a atração de parcela da população de maior renda para esses espaços.

Dando prosseguimento à nossa análise, acreditamos que os tipos de arranjos familiares da população não-migrante de Hortolândia (aliados a outros indicadores como condição da ocupação do imóvel e tipo de domicílio) podem nos auxiliar na compreensão, não só de suas características, como também da dinâmica urbana e populacional de tal espaço. Podemos afirmar que, de maneira geral, a população não-migrante segue o mesmo padrão da população migrante entre 1995/2000: a maioria (57,6%) das famílias não-migrantes de Hortolândia tratava-se de casais com filhos, seguida por casais sem filhos (11%), chefes com filhos (9,8%), pessoas que moram sozinhas (ou arranjos unifamiliares, correspondendo a 6,8%) e famílias estendidas (6,7% - Tabela 30). Todavia, analisando este tipo de dado por área de ponderação, podemos verificar que inversamente do que acontecia com as famílias migrantes do período, em se tratando de famílias não-migrantes, as áreas 5 e 7 destacam-se por apresentarem as maiores porcentagens de pessoas que vivem sozinhas (8,6% e 7,1%,

⁸² De modo mais detalhado, e para se ter um exemplo, a área 8 possui 1,2% de domicílios de não-migrantes com quatro ou mais banheiros – o que é considerável quando se pensa que a média municipal para este indicador, em 2000, é de 0,4%.

respectivamente), já as áreas 2 e 4 apresentaram as menores proporções neste sentido, entre a população não-migrante.

Tabela 30

Famílias de responsáveis não-migrantes, segundo tipo de arranjo, por área de ponderação em Hortolândia

2000

Área de Ponderação	Arranjos Familiares (%)						Total
	individual	casal sem filhos	casal com filhos	estendida	chefe com filhos	outros	
1	7,4	13,1	59,8	9,1	8,2	2,4	1.573
2	5,2	7,3	60,6	6,2	9,7	11,1	2.225
3	5,8	9,2	59,6	6,2	11,5	7,6	4.194
4	3,7	12,7	57,8	5,7	10,3	9,7	2.659
5	8,6	11,0	53,9	6,0	10,3	10,3	1.301
6	4,7	10,0	58,9	10,6	6,6	9,1	1.408
7	7,1	11,2	56,4	7,7	7,0	10,7	3.114
8	6,8	13,6	53,6	5,2	11,7	9,1	3.083
Total	6,0	11,0	57,6	6,7	9,8	8,9	19.555

Fonte: IBGE, Censo 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP

As áreas 1, 4 e 8 apresentaram as maiores proporções de não-migrantes com arranjos familiares do tipo casal sem filhos; a menor proporção neste sentido, para o período, fica com a área 2, chegando a 7,3%. No que diz respeito a casais não-migrantes com filhos, destacam-se as áreas 1, 2, 3 e 6 com as maiores proporções; já a área 8, que havia apresentado a maior proporção de casais migrantes com filhos no período, apresenta a menor proporção neste sentido, em se tratando de não-migrantes (53,6%). Tal qual entre os migrantes, a área 6 também apresentou porcentagem acima da média de família estendida entre os não-migrantes, o que, somado aos dados referentes ao número de banheiros de suas moradias, denota uma elevada densidade domiciliar em habitações de reduzido tamanho.

No que diz respeito ao tipo de domicílio em 2000, podemos verificar, mais uma vez, que a imensa maioria das famílias não-migrantes de Hortolândia morava em casas. O destaque fica para as áreas 6 e 7 que, conforme aconteceu com

suas populações migrantes, apresentam os maiores índices de domicílios de não-migrantes do tipo apartamento (2% e 0,9%, respectivamente - Tabela 31). A área 5 e 6 destacam-se, ainda, por apresentar porcentagem acima da média municipal de população não-migrante residindo em cômodos⁸³ – 1,5% e 1,1%, respectivamente.

Tabela 31
Responsáveis das famílias não-migrantes, segundo
o tipo de domicílio particular permanente,
por áreas de ponderação em Hortolândia.
2000

Área de Ponderação	Tipo de Domicílio			Total
	Casa (%)	Apartamento (%)	Cômodo (%)	
1	100,0	.	.	1.573
2	99,6	0,4	.	2.225
3	98,8	0,3	0,9	4.194
4	99,1	.	0,9	2.659
5	98,5	.	1,5	1.301
6	96,9	2,0	1,1	1.408
7	98,4	0,9	0,7	3.114
8	99,1	.	0,9	3.083
Total	98,9	0,4	0,8	19.555

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000,
Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

No que diz respeito à condição de ocupação do domicílio da população não-migrante de Hortolândia em 2000, observamos que à exceção das áreas 5 e 6 todas as demais apresentaram porcentagens acima da média municipal de domicílios declarados próprios; neste sentido, destacam-se ainda as áreas 1, 2 e 4 com as maiores porcentagens, 82,6%, 90,1% e 84,2%, respectivamente⁸⁴ (Tabela 32). As áreas 7 e 8 destacam-se por apresentarem baixas porcentagens de domicílios com posse apenas da construção: 0,3% e 0,8%, respectivamente. Por outro lado, estas mesmas duas áreas apresentam (conforme aconteceu também

⁸³ Interessante lembrar que, no que diz respeito à população migrante, os grandes destaques em porcentagens de cômodos foram as áreas 5, 6 e 8.

⁸⁴ Nunca é demais lembrar que, no que diz respeito à população migrante, os grandes destaques em porcentagens de domicílios próprios foram as áreas 1 e 2.

com sua população migrantes) as maiores porcentagens de domicílios alugados entre os não-migrantes.

Tabela 32

Distribuição de domicílios particulares permanentes da população não-migrantes, segundo condição de ocupação do imóvel, por áreas de ponderação em Hortolândia.

2000

Área de Ponderação	Condição de ocupação					Total
	próprio (%)	só construção própria (%)	alugado (%)	cedido (%)	outro (%)	
1	82,6	2,0	5,5	4,7	5,3	1.573
2	90,1	2,3	4,8	2,8	.	2.225
3	79,3	4,9	6,1	6,5	3,1	4.194
4	84,2	4,3	4,0	6,5	1,2	2.659
5	62,0	5,8	2,1	11,5	18,6	1.301
6	67,8	6,3	7,1	2,4	16,3	1.408
7	81,5	0,3	9,0	8,8	0,4	3.114
8	78,3	0,8	11,4	7,5	1,9	3.083
Total	79,7	3,1	6,7	6,5	4,0	19.555

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

A área 6 destaca-se ainda por apresentar porcentagem acima da média de domicílios de não-migrantes cuja construção apenas é própria (e não o terreno): 6,3% para uma média municipal de 3,1% (Tabela 32). Já em termos de domicílios alugados, as áreas 2 e 5 (áreas com as maiores taxas de crescimento populacional entre 1991/2000) apresentam as menores porcentagens neste sentido. Ainda no que se refere a esse indicador em 2000, quando somamos, para as áreas 5 ou 6, a parcela de domicílio com posse apenas da construção, a parcela de domicílios cedidos e a parcela de domicílios na condição *outros* evidencia-se um expressivo contingente de população não-migrante com condição de ocupação *informal*; ou seja, a propriedade somente da construção, o domicílio cedido ou mesmo outra condição de ocupação (que não seja, evidentemente, próprio ou alugado⁸⁵), servem de alternativa para mais de 30% dos residentes, tanto na área 5, quanto na área 6.

⁸⁵ Vale lembrarmos que a condição “só construção própria” pode estar mais vinculada a domicílios em favelas, e a condição “cedido” a domicílios em áreas menos densas (vale lembrar que de acordo com a Tabela 21, justamente, as áreas 5 e 6 são as que apresentam menor população em

Neste sentido, não só Bonduki (1998), como outros pesquisadores (MARICATO, 1996; 2002; TASCHNER; BÓGUS, 2000) alertam que o loteamento clandestino, além da favela, tem sido uma forma de obtenção da casa própria, mediante a autoconstrução. Ou seja, a ocupação de terras urbanas tem sido tolerada nas cidades brasileiras. Além disso, a idéia de provisoriedade da moradia ilegal funciona, como uma justificativa para o não-investimento público, o que acaba reforçando a precariedade urbanística e, sobretudo, acentuando as diferenças em relação ao setor da cidade onde houve investimento. A lei funcionaria, assim, como uma espécie de molde da cidade ideal, desejável. Distante do real, da vida cotidiana, determina apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que a cidade está longe de ser um objeto inerte, mostrando-se, ao contrário, como fruto da relação entre as formas concretas de produção do espaço. (ROLNIK, 1999). Dessa forma, nas palavras de Bonduki:

“Ainda caracteriza este modelo uma excessiva e muitas vezes inócua regulamentação do uso do solo via legislação urbanística, formulada em geral em gabinetes, sem participação dos moradores. Sustentada por uma suposta racionalidade [...] esta regulamentação tem se tornado letra morta, mas serviu de retórica para mostrar um poder público supostamente preocupado e interveniente em relação à questão urbana.”(1998, p. 321)

Neste sentido, e também conforme já apontado, Villaça (1998) lembra que o Estado pode exercer influência direta sobre o espaço não só através da legislação urbanística, mas também através da localização de seus aparelhos (como é o caso de sedes de governos, escolas, hospitais etc.) e da provisão de infraestrutura. Assim, para finalizar o quadro da dinâmica urbana de Hortolândia um

2000), onde seria possível a construção de mais de uma moradia no mesmo lote, a ser cedida. Ademais, sobre a questão do domicílio cedido é possível pensar que, nas áreas de ocupação recente, ainda há espaço para relações não mercantis de uso do solo e que, à medida em que essas áreas vão sendo incorporadas à dinâmica urbana especulativa, reduz-se a possibilidade desse tipo de relação – como bem nos lembra Martins (1979) o capitalismo, na sua expansão, tem como uma de suas marcas, não só redefinir as antigas relações, subordinando-as às relações do capital, mas também produz relações não-capitalistas, contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

último aspecto deve ser observado: trata-se da distribuição de infra-estrutura no município, mais especificamente de saneamento básico.

Conforme já apontado no capítulo anterior, apenas uma proporção mínima dos domicílios de Hortolândia está ligada à rede geral de esgoto. Assim, podemos observar que, no que diz respeito à população⁸⁶ de Hortolândia em 2000, as áreas 2 e 5 destacaram-se por apresentar as maiores proporções municipais de domicílios ligados à rede geral de esgoto: 6,3% e 10,2%, respectivamente. Neste mesmo quesito, a área 4 apresentou a menor porcentagem, 1,6%. Como se vê, a grande maioria dos domicílios de Hortolândia (76,2%) possui fossa séptica; sobremaneira, destacam-se as áreas 2 e 5 com as menores porcentagens. De outro lado, são exatamente as áreas 2 e 5 que apresentam as maiores proporções de uma outra forma de saneamento básico que não a rede de esgoto ou a fossa séptica (Tabela 33).

Tabela 33

Distribuição de domicílios particulares permanentes, segundo forma de saneamento básico, por áreas de ponderação em Hortolândia.

2000

Área de Ponderação	Forma de Saneamento Básico			Total
	Ligada a rede geral de esgoto (%)	Fossa séptica (%)	Outro (%)	
1	3,9	79,8	16,3	3.818
2	6,3	64,6	29,1	6.258
3	4,2	79,4	16,4	6.539
4	1,6	81,9	16,4	4.842
5	10,2	60,6	29,2	3.912
6	3,5	80,7	15,8	3.830
7	2,4	89,1	8,5	4.489
8	3,9	89,5	6,6	5.573
Total	4,4	76,2	19,4	40.262

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Assim, ao menos em se tratando de rede de esgoto, não podemos chegar a conclusões a respeito de diferenciações dos espaços de Hortolândia (isso pode

⁸⁶ Importante reforçar aqui que, no que se refere ao dado sobre saneamento, estamos tratando de toda a população de Hortolândia e não só dos migrantes ou dos não-migrantes.

ser explicado, em parte, pelo fato da rede de esgoto se tratar de um bem escasso no município). Poderíamos, no máximo, afirmar que as áreas 2 e 5 apresentam uma leve diferença no que diz respeito a esse tipo de serviço, quando comparadas com as demais áreas de ponderação.

Entretanto, pudemos perceber ao longo deste capítulo que as áreas mais centrais (área de ponderação 8 e arredores) vêm sendo utilizadas para empreendimentos que, pouco a pouco, estão contribuindo para a diferenciação desses espaços – como é o caso não só de moradias com padrões construtivos mais altos, mas também do Hospital-Maternidade Municipal, do projeto do novo *Centro Administrativo*, da autorização da construção de um ginásio poliesportivo etc. Tudo isso contrasta com áreas urbanizadas nas regiões mais distantes de seu centro geográfico, com padrões habitacionais mais baixos e carentes de infraestrutura, como Jardim Nova Europa, Vila Guedes, Jardim Boa Esperança, entre outros.

Neste contexto, recorremos a Lojkine (1981), quando afirma que o planejamento urbano e a política estatal, aparentemente desunidos, agem em conjunto num processo de distribuição segregativa dos meios de consumo coletivo. É claro que esse processo não se dá de forma direta e proposital, já que os padrões de assentamento urbano são produzidos pelo sistema de organização social de que fazem parte, sendo estruturado tanto vertical como horizontalmente. Contudo, ao que tudo indica, devido a ações das redes de crescimento (nos termos de Gottdiener, 1993) e a práticas que servem para subsidiar as ações de certos interesses especulativos a custas de outros, a localização de áreas verdes, de lazer, hospital, sedes de governo etc. em Hortolândia seguem, pouco a pouco,

os percursos territoriais das áreas mais valorizadas, como se estivessem sujeitas às leis do mercado.

De forma complementar, podemos afirmar que, num balanço da caracterização da população migrante e da população não-migrante de Hortolândia, segundo áreas de ponderação, a dinâmica migratória vem contribuindo para reforçar que espaços como as áreas 8, e parte das áreas 1, 3 e 6 (justamente espaços limítrofes com a área 8) sejam cada vez mais apontados como locais de crescente absorção de população de maiores rendimentos. Ao mesmo tempo, e também devido à dinâmica migratória, espaços como as áreas 5 e 6 (no que diz respeito a área 6, estamos nos referindo aqui à parte leste, a contígua com Campinas) são cada vez mais apontados como locais de crescente absorção de população de baixos rendimentos. Tudo isso, portanto, mostra-se como mais um processo que, de algum modo, contribui para a produção de um espaço urbano diferenciado e diferenciador. Por fim, e de maneira inerente a toda esta dinâmica, resta ressaltarmos novamente que a presença de moradias de determinados segmentos da sociedade contribui para consolidar não só a valorização ou precariedade de uma área, como também para condicionar a atração de determinadas parcelas de população para esses espaços. Afinal, o processo de deslocamento da população no espaço cria uma série de incentivos e/ou constrangimentos que intervém, em muito, na decisão de mudança das famílias ou indivíduos - não só nos locais de origem, mas também nos locais de destino (CUNHA, 1994). Mais uma vez a face dialética deste processo se revela.

Conclusões

Neste trabalho buscamos entender os diversos aspectos presentes nos processos sociais que produzem, mantêm e reproduzem o espaço de assentamento, tomados enquanto dados concretos da realidade social e, também, como algo em constante transformação. Assim, procuramos apreender a forma metropolitana da região de Campinas como um modo histórico e socialmente específico de desenho urbano, podendo ser melhor compreendido se conseguirmos captar as relações entre seus espaços e os elementos (econômicos, políticos, ideológicos, cotidianos) da organização social. Afinal, contemporaneamente, o espaço urbano vem adquirindo novo perfil, adequando-se (ao mesmo tempo em que contribui para condicionar este processo) aos padrões de vida emergentes com um sistema capitalista organizado, cada vez mais, através da dispersão, da mobilidade geográfica e da “flexibilidade” de mercados e processos de trabalho e consumo.

Neste contexto, uma das principais particularidades da RMC está, em grande medida, no momento de grandes transformações em que se dá sua emergência: por ser umas das regiões metropolitanas mais recentes do país, ela se consolida num momento onde novas questões referentes à dinâmica urbana e mobilidade espacial emergem. Neste sentido, mesmo considerando-se o fato de que, historicamente, as metrópoles brasileiras são marcadas por profundas desigualdades socioespaciais, um estudo como o nosso, sobre a produção de espaços desiguais numa região metropolitana, pode evocar algo de novo, sobretudo quando consideramos os aspectos descontínuos e contínuos de sua forma e dinâmica urbana.

Através dos indicadores por nós avaliados a respeito da dinâmica migratória, pudemos estabelecer algumas relações com a expansão espacial e demográfica da metrópole campineira, denotando a produção e o consumo urbano diferenciado e diferenciador na RMC. Neste sentido – e de forma condizente com o histórico processo de concentração de renda brasileira, sobretudo nas grandes cidades – espaços que se constituem como os principais destinos das migrações que ocorrem na RMC são também marcados por receber grande volume de migrantes intrametropolitanos com baixos rendimentos e pequeno volume de migrantes de alta renda e com grau superior de estudo.

Hortolândia é um município que se destaca na RMC, dentre outras coisas, por apresentar a maior taxa de crescimento populacional no período por nós estudado, sendo o componente migratório com origem na RMC, mais especificamente de Campinas, aquele que exerce maior influência neste incremento. Aliando-se este tipo de informação com outros indicadores (referentes à condição da ocupação do imóvel, ao tipo de domicílio, tipo de arranjo familiar, renda) podemos afirmar que a produção do espaço urbano de Hortolândia se deu numa dinâmica em que a oferta de lotes em grande escala garantiu a difusão da propriedade privada da terra entre as famílias de baixos rendimentos, que, majoritariamente, advinham da RMC, particularmente de sua sede, que, no entanto, continuava a ser, em grande medida, o principal local de trabalho dessas pessoas.

Ademais, este processo nos revela que a migração para o entorno metropolitano, sobretudo para Hortolândia, pode corresponder a uma segunda etapa no processo migratório dos indivíduos ou famílias que se dirigem à RMC, principalmente para os menos qualificados em termos de escolaridade, ou os que,

no caso, possuem baixos rendimentos e que teriam, a princípio, escolhido a sede metropolitana como local de moradia. Isto se torna mais evidente, na medida em que consideramos que a carência de Hortolândia em termos de serviços de consumo coletivo condiciona os reduzidos preços de seus terrenos, permitindo que ali vivam famílias de baixo poder aquisitivo, mas que ainda mantém profunda relação com a sede metropolitana. Além disso, não podemos nos esquecer de que, em se tratando de população migrante de baixa renda, tudo indica que a mudança de domicílio implica uma disponibilidade financeira mínima, sobretudo, no caso das famílias que deixam áreas mais valorizadas da região em busca ofertas habitacionais acessíveis – como acontece com aqueles que se dirigem para Hortolândia. A migração para este município, apesar de se tratar de uma população de baixa renda, não se configura, portanto, na mobilidade dos mais pobres ou miseráveis, por assim dizer.

Da mesma forma, sua feição urbana rarefeita, dispersa e fragmentada é, na escala macro, um produto da recente história brasileira como um todo e das formas como vem se dando a inserção brasileira na economia mundial, e suas conseqüências para a RMC. Na escala micro, podemos dizer que sua feição urbana é produto de sua formação enquanto distrito e da forma pela qual se deu a sua ocupação. Assim, tal como outros municípios pertencentes a grandes aglomerações urbanas, mas talvez de forma mais aguda, Hortolândia é exemplo de núcleos urbanos adensados ao longo de estradas e vias expressas que, neste caso particular, além de contribuírem para o escoamento da produção industrial que se intensificava no interior paulista, também contribuíam, pouco a pouco, para condicionar o direcionamento da população da região de Campinas para o seu entorno, então em processo de formação. Os loteamentos que se instalaram ao

longo dessas estradas, como é o caso da maioria dos abertos em Hortolândia, possibilitaram, dentre outras coisas, a oferta da facilidade de transporte aos seus moradores, mesmo a despeito de sua escassa infra-estrutura urbana.

Além das considerações econômicas, políticas, e cotidianas (como é o caso da dinâmica migratória), observamos que a produção do espaço também se realiza através de desdobramentos ideológicos, especificamente através de idéias que tomam o crescimento econômico como algo indissociável da industrialização e da competição entre cidades – fazendo destes, muitas vezes, o principal objetivo de determinadas políticas. Isso pôde ser apreendido em Hortolândia, quando observamos, por exemplo, ações do governo municipal como a política agressiva de incentivos fiscais para atrair mais indústrias de grande porte para o município (mesmo que isso acabasse favorecendo apenas as grandes corporações e não a população em geral).

Além de elementos mais amplos, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais, todo este processo encontra raízes ainda no início do adensamento populacional e da produção do espaço de Hortolândia, que se deu em virtude do processo de industrialização da região de Campinas entre 1960/70 (quando ainda era um distrito de Sumaré). Desde então, Hortolândia passa a sediar diversas indústrias de grande porte que, de um lado, eram atraídas para o então distrito devido à sua privilegiada localização em termos de vias de acesso e escoamento. Por outro lado, e ao que tudo indica, também era interesse do governo municipal de Sumaré que suas indústrias (assim como a população pobre que se dirigia para o município) ficassem longe o bastante para não prejudicar o ordenamento e controle dos espaços da cidade; tudo em nome

de um discurso de ordem social e urbana, indispensável ao afluxo de investimentos externos.

Por conseguinte, consideramos que o processo de emancipação de Hortolândia - que em 1991 transformou o distrito em município -, foi uma forma de resposta produzida pelos mais diferentes atores (em diferentes níveis) às determinações políticas e econômicas daquele momento. Ao mesmo tempo, foi justamente a dispersão e a carência de infra-estrutura de tal espaço que condicionou, de algum modo, a resposta de grande parte desses atores.

Ademais, com a emancipação de Hortolândia, se, por um lado, houve uma aparente transformação de seu espaço (ao menos institucionalmente, já que foi elevado a município) por outro, enxergamos que, em grande medida, houve a manutenção de um padrão de produção espacial desigual, haja vista que desde então se intensificou a abertura de inúmeros empreendimentos imobiliários e loteamentos que seguiram com o mesmo padrão habitacional de tempos anteriores (inclusive sem infra-estrutura mínima). Ou seja, no que diz respeito à emancipação de Hortolândia, podemos apreender que o espaço se mostra como parte fundamental de tal processo, não só enquanto uma construção material, mas também como algo que, exprimindo as relações sociais, unifica uma série de acontecimentos aparentemente díspares e desconectados, participando ativamente de sua transformação e ou reprodução.

Assim, também em Hortolândia o auto-emprego - ainda que não estrategicamente programado - tem sido a forma como o poder público tratou a expansão dos loteamentos e suas condições de ocupação e comercialização. Este padrão de expansão habitacional se por um lado tem a característica de ser barata e compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores, por outro, carrega

consigo o estigma da segregação, ou o ônus do pouco (ou nenhum) serviço de infra-estrutura pública. Todavia, é funcional para a economia (contribuindo para o barateamento da força de trabalho) e também para o mercado imobiliário privado, além de trazer consigo a idéia da aquisição da “casa própria”.

Não obstante, ao analisarmos as áreas de ponderação do município de Hortolândia, podemos constatar que há diferenciações internas, denotando uma produção diferenciada e diferenciadora deste espaço urbano.

Acreditamos, portanto, que através da concepção do espaço como um constituinte-chave da realidade social foi possível compreendermos o caso de Hortolândia e sua singularidade enquanto um espaço altamente rarefeito e disperso, produto e condição histórica de todo tipo de mobilidade e respostas flexíveis – em termos territoriais, habitacionais, de mercado e processos de trabalho e de consumo.

Por fim, resta colocarmos que este estudo, como qualquer outro trabalho científico, carrega consigo a certeza de nunca pretender esgotar a realidade a que ele se refere – dado que a provisoriedade e a recapitulação é uma característica inerente a toda ciência. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que se tem dela, já que há sempre algo que nos escapa em nossos estudos. Isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborá-los, se quisermos melhor entendê-la.

Referências Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. *Ler o Capital*, v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BAENINGER, Rosana. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BAENINGER, Rosana. Região metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: Hogan et. al. (Orgs). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

BÓGUS, Lúcia M. M. *Vila do Encontro: a cidade chega a periferia*. Dissertação (Mestrado) – PUC/ SP, 1980.

BÓGUS, Lúcia M. M. Condições de vida e acesso a serviços no contexto das metrópoles paulistas, In: PATARRA et. al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980-1993*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

BONDUKI, Nabil G. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. (Org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes. 3. ed., 1999.

CAIADO, Maria C. S. Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na Região do Distrito Federal e entorno. In: *Textos Nepo*, n. 50. Ed. NEPO/UNICAMP, 2006. 168p.

CAIADO, Maria C. S. e PIRES, Maria C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, José M. P. (Org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

CARVALHO, José A. M. ; MACHADO, Cláudio C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.9, n.1, jan./jul. 1992.

CARVALHO, José A. M.; RIGOTTI, José I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CANO, Wilson. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. v. 1 São Paulo: Fundação SEADE, 1988.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos. A. (coords). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. 2 v., Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

CUNHA, José M. P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, José. M. P. e OLIVEIRA, Antonio A. B. População e Espaço Intra-urbano em Campinas. In: Hogan et. al. (Orgs.) *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

CUNHA, José M. P. Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 2005.

DUARTE Jr., Leovigildo. *Hortolândia município: Subsídios para a História – Hemeroteca*, [s. n.], 1992.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Global, 1986.

FERNANDES, Ana C. e NEGREIROS, Rovená. Desenvolvimentos econômico, divisão de trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do 'desenvolvimentismo' ao Plano Real. In: FERNANDES, Edesio e VALENÇA, Márcio M. (Org.) *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

GONÇALVES, Maria F. e SEMEGHINI, Ulysses. Uma metrópole singular. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M.; NEGREIROS, Rovená M. C. (Orgs.) *Livro Verde: desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço*. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, n. 6, São Paulo: Cortez, jun/set, 1982.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola. 14. ed., 2005.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume. 2. ed., 2006.

IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IPEA/IBGE/NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LAGO, Luciana C. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Observatório: Revan, 2000.

LEFEBVRE, Henri. Debate Sobre o Estruturalismo: uma questão de ideologia. *L'homme et la société – Revista Internacional de Pesquisas e Sínteses Sociológicas* n. 1. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Urupês, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes. 1. ed., 1981.

MARICATO, Ermínia. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, v. 1. São Paulo: Nova Cultural. 2. ed., 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MATTOS, Carlos A. Globalização e Metropolização: Santiago, uma história de mudança e continuidade. In: Ribeiro, Luiz C. Q. (Org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil: 4. ed., 2000.

OLIVEIRA, Francisco. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EASP/FGV, 2001. 40p.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA. *Relatório: Ocupações Irregulares e Loteamentos em Regularização no Município de Hortolândia*. Secretaria de Infra-estrutura Urbana, Divisão Habitação, 2004. 58 p.

PRETETCEILLE, Edmond. Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia. Favela, favelas: unidade ou diversidade na favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

PINTO, Geraldo A. *Reestruturação produtiva e organização do trabalho na indústria de autopeças no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RAMOS, Márcio. *Gestão Urbana de Hortolândia após Emancipação Política*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

REVISTA ÉPOCA. *O Brasil que prospera: como a parceria entre o governo e as empresas privadas transformou a cidade de Hortolândia, em São Paulo, num dos maiores pólos tecnológicos do país.* 08/01/2007. p.46-48.

RIBEIRO, Luiz C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz C. Q. Cidade desigual ou Cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade.* Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RODRIGUES, Arlete M. *Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares.* São Paulo: Contexto, 9ª ed., 2001. (Repensando a Geografia).

RODRIGUES, Arlete M. Problemática Ambiental Urbana. In *Textos Didáticos*, n. 56 Campinas: Ed. UNICAMP/IFCH, 2005. 204p.

RODRIGUES, Josemil. *Sumaré por inteiro: os primeiros passos de integração da Cidade Orquídea.* Campinas: Komedi, 2004.

ROLNIK Raquel; KOWARICK, Lucio; SOMEKH, Nadia. *São Paulo: crise e mudança.* São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento: Brasiliense, 1990.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* São Paulo: Studio Nobel, 2ª ed., 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.* São Paulo: Hucitec, 1994.

SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo.* Princeton: Princeton Univ., 1991.

SEVCENKO, Nicolau. A questão cultural no embate de diferentes planos: Metrópole x região x nação x mundo. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.) *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

SEMEGHINI, Ulysses. *Gestão metropolitana, possibilidades e limites: a experiência de Campinas.* Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1973.

TASCHNER, Suzana P.; BÓGUS, Lúcia M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade.* Rio de Janeiro: Revan, 2000.

TORRES, Haroldo G.; MARQUES, Eduardo C.; BICHIR, Renata M. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: CUNHA, José M. P. (Org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*, São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 1973.

Páginas da internet visitadas:

www.hortolandia.sp.gov.br - acessado em 23/11/2006

www.emtu.sp.gov.br - acessado em 15/12/2006

www.ssp.sp.gov.br - acessado em 21/01/2007

ANEXOS

Anexo 1

Distribuição da PEA (maior 14 anos de idade) metropolitana que trabalha/estuda fora do município de residência, segundo o município atual de residência na RMC

2000

Município trab/estudo	Município atual de residência																			Total
	Americ.	A. Nog.	Camp.	Cosmóp.	Eng. Coelho	Holamb.	Hortol.	Indaiat.	Itatiba	Jaguari.	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Sta Bárb. D'Oeste	Sto Ant. de Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo	
Americana	.	42	487	46	.	.	105	15	5	.	.	2.109	33	17	16.372	.	1.473	17	9	20.728
Artur Nogueira	.	.	39	184	65	11	.	.	.	.	.	.	19	.	.	5	.	.	.	323
Campinas	1.240	258	.	512	11	48	24.243	2.223	314	687	2.580	421	1.763	218	692	132	21.826	3.415	879	61.460
Cosmópolis	19	217	183	.	24	4	11	13	.	.	.	.	140	.	50	.	21	.	.	683
Eng. Coelho	.	180	.	7	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	188
Holambra	.	1.304	35	23	11	.	17	.	.	129	.	.	.	.	.	393	.	.	.	1.913
Hortolândia	167	.	1.852	9	.	.	.	69	17	9	274	70	29	.	27	.	1.875	91	8	4.497
Indaiatuba	37	.	553	.	.	.	41	.	14	.	27	.	21	.	19	.	111	47	46	916
Itatiba	.	.	404	.	.	.	.	19	.	.	.	11	.	10	.	.	15	151	41	652
Jaguariúna	41	64	1.595	18	.	79	341	26	.	.	.	42	.	415	.	235	170	38	10	3.074
Monte Mor	31	.	317	.	6	.	223	41	.	.	.	8	23	.	12	.	120	10	8	798
Nova Odessa	1.778	8	69	.	.	.	67	.	.	.	.	.	.	.	1.169	.	2.041	.	.	5.132
Paulínia	126	183	2.654	2.587	15	13	485	42	26	55	29	82	.	9	153	.	1.123	50	9	7.641
Pedreira	35	.	40	.	.	.	.	.	.	60	.	.	.	.	.	21	10	.	.	166
Sta A.. Posse	.	205	22	.	.	15	.	7	.	58	.	.	.	.	.	.	8	.	.	316
Sta B. d'Oeste	2.649	.	115	15	.	.	18	.	.	.	.	79	.	.	.	.	181	7	11	3.075
Sumaré	811	14	1.658	82	.	15	1.837	45	34	.	76	1.016	179	.	525	.	.	52	58	6.402
Valinhos	17	.	3.089	9	.	.	492	93	39	20	68	69	23	.	7	.	310	.	527	4.761
Vinhedo	18	.	1.405	.	.	.	108	41	99	7	22	9	22	8	12	.	78	2.392	.	4.220
RMC	6.969	2.475	14.517	3.492	132	185	27.988	2.634	548	1.025	3.076	3.916	2.252	677	19.038	786	29.362	6.270	1.606	126.945

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 2

Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) metropolitana que trabalha/estuda fora do município de residência, segundo o município atual de residência na RMC
2000

Porcentagem da PEA metropolitana que trabalha/estuda fora, SEGUNDO MUNICÍPIO DE RESIDENCIA

Município trab/estudo	Município atual de residência (%)																			
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Eng. Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Sta Bárb. D'Oeste	Sto Ant. de Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo	Total
Americana	.	1,7	3,4	1,3	.	.	0,4	0,6	0,9	.	.	53,9	1,5	2,5	86,0	.	5,0	0,3	0,6	16,3
Artur Nogueira	.	.	0,3	5,3	49,2	5,9	.	.	.	.	.	.	0,8	.	.	0,6	.	.	.	0,3
Campinas	17,8	10,4	.	14,7	8,3	25,9	86,6	84,4	57,3	67,0	83,9	10,8	78,3	32,2	3,6	16,8	74,3	54,5	54,7	48,4
Cosmópolis	0,3	8,8	1,3	.	18,2	2,2	.	0,5	.	.	.	.	6,2	.	0,3	.	0,1	.	.	0,5
Eng. Coelho	.	7,3	.	0,2	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	0,1
Holambra	.	52,7	0,2	0,7	8,3	.	0,1	.	.	12,6	.	.	.	.	.	50,0	.	.	.	1,5
Hortolândia	2,4	.	12,8	0,3	.	.	.	2,6	3,1	0,9	8,9	1,8	1,3	.	0,1	.	6,4	1,5	0,5	3,5
Indaiatuba	0,5	.	3,8	.	.	.	0,1	.	2,6	.	0,9	.	0,9	.	0,1	.	0,4	0,7	2,9	0,7
Itatiba	.	.	2,8	.	.	.	.	0,7	.	.	.	0,3	.	1,5	.	.	0,1	2,4	2,6	0,5
Jaguariúna	0,6	2,6	11,0	0,5	.	42,7	1,2	1,0	.	.	.	1,1	.	61,3	.	29,9	0,6	0,6	0,6	2,4
Monte Mor	0,4	.	2,2	.	4,5	.	0,8	1,6	.	.	.	0,2	1,0	.	0,1	.	0,4	0,2	0,5	0,6
Nova Odessa	25,5	0,3	0,5	.	.	.	0,2	.	.	.	.	.	.	.	6,1	.	7,0	.	.	4,0
Paulínia	1,8	7,4	18,3	74,1	11,4	7,0	1,7	1,6	4,7	5,4	0,9	2,1	.	1,3	0,8	.	3,8	0,8	0,6	6,0
Pedreira	0,5	.	0,3	.	.	.	.	.	.	5,9	.	.	.	.	.	2,7	.	.	.	0,1
Sta Ant. Posse	.	8,3	0,2	.	.	8,1	.	0,3	.	5,7	.	.	.	.	.	.	.	.	.	0,2
Sta Bárb. d'Oeste	38,0	.	0,8	0,4	.	.	0,1	.	.	.	.	2,0	.	.	.	.	0,6	0,1	0,7	2,4
Sumaré	11,6	0,6	11,4	2,3	.	8,1	6,6	1,7	6,2	.	2,5	25,9	7,9	.	2,8	.	.	0,8	3,6	5,0
Valinhos	0,2	.	21,3	0,3	.	.	1,8	3,5	7,1	2,0	2,2	1,8	1,0	.	.	.	1,1	.	32,8	3,8
Vinhedo	0,3	.	9,7	.	.	.	0,4	1,6	18,1	0,7	0,7	0,2	1,0	1,2	0,1	.	0,3	38,1	.	3,3
RMC	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 3

Distribuição da PEA (maior de 14 anos de idade) metropolitana que trabalha/estuda fora do município de residência, segundo o município atual de residência na RMC
2000

Porcentagem da PEA metropolitana que trabalha/estuda fora, SEGUNDO MUNICÍPIO DE TRABALHO OU ESTUDO

Município trab/estudo (%)	Município atual de residência																			Total (%)
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Eng. Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Sta Bárb. D'Oeste	Sto Ant. de Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo	
Americana	.	0,2	2,3	0,2	.	.	0,5	0,1	.	.	.	10,2	0,2	0,1	79,0	.	7,1	0,1	.	100,0
Artur Nogueira	.	.	12,1	57,0	20,1	3,4	.	.	.	.	.	.	5,9	.	.	1,5	.	.	.	100,0
Campinas	2,0	0,4	.	0,8	.	0,1	39,4	3,6	0,5	1,1	4,2	0,7	2,9	0,4	1,1	0,2	35,5	5,6	1,4	100,0
Cosmópolis	2,8	31,8	26,8	.	3,5	0,6	1,6	1,9	.	.	.	.	20,5	.	7,3	.	3,1	.	.	100,0
Eng. Coelho	.	95,7	.	0,4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	100,0
Holambra	.	68,2	1,8	1,2	0,6	.	0,9	.	.	6,7	.	.	.	.	.	20,5	.	.	.	100,0
Hortolândia	3,7	.	41,2	0,2	.	.	.	1,5	0,4	0,2	6,1	1,6	0,6	.	0,6	.	41,7	2,0	0,2	100,0
Indaiatuba	4,0	.	60,4	.	.	.	4,5	.	1,5	.	2,9	.	2,3	.	2,1	.	12,1	5,1	5,0	100,0
Itatiba	.	.	62,0	.	.	.	.	2,9	.	.	.	1,7	.	1,5	.	.	2,3	23,2	6,3	100,0
Jaguariúna	1,3	2,1	51,9	0,6	.	2,6	11,1	0,8	.	.	.	1,4	.	13,5	.	7,6	5,5	1,2	0,3	100,0
Monte Mor	3,9	.	39,7	.	0,8	.	27,9	5,1	.	.	.	1,0	2,9	.	1,5	.	15,0	1,3	1,0	100,0
Nova Odessa	34,6	0,2	1,3	.	.	.	1,3	.	.	.	.	.	.	.	22,8	.	39,8	.	.	100,0
Paulínia	1,6	2,4	34,7	33,9	0,2	0,2	6,3	0,5	0,3	0,7	0,4	1,1	.	0,1	2,0	.	14,7	0,7	0,1	100,0
Pedreira	21,1	.	24,1	.	.	.	.	.	.	36,1	.	.	.	.	.	12,7	6,0	.	.	100,0
Sta Ant. Posse	.	64,9	7,0	.	.	4,7	.	2,2	.	18,4	.	.	.	.	.	.	2,5	.	.	100,0
Sta Bárb. d'Oeste	86,1	.	3,7	0,5	.	.	0,6	.	.	.	.	2,6	.	.	.	.	5,9	0,2	0,4	100,0
Sumaré	12,7	0,2	25,9	1,3	.	0,2	28,7	0,7	0,5	.	1,2	15,9	2,8	.	8,2	.	.	0,8	0,9	100,0
Valinhos	0,4	.	64,9	0,2	.	.	10,3	2,0	0,8	0,4	1,4	1,4	0,5	.	0,1	.	6,5	.	11,1	100,0
Vinhedo	0,4	.	33,3	.	.	.	2,6	1,0	2,3	0,2	0,5	0,2	0,5	0,2	0,3	.	1,8	56,7	.	100,0
RMC	5,5	1,9	11,4	2,8	0,1	0,1	22,0	2,1	0,4	0,8	2,4	3,1	1,8	0,5	15,0	0,6	23,1	4,9	1,3	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 4

Distribuição da população migrante intrametropolitana (não natural do município), segundo o município de origem em 1995 e destino em 2000 na RMC.

Município em 1995	Município atual																			Total
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Eng. Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Sta Bárb. D'Oeste	Sto Ant. de Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo	
Americana	.	107	562	17	30	.	168	184	11	42	.	1.071	53	45	.	3.841	839	.	9	6.979
Artur Nogueira	.	.	50	69	71	41	10	.	.	9	.	.	39	.	58	57	.	.	.	405
Campinas	767	266	.	204	29	189	9.877	1.486	364	740	1.092	173	1.369	251	162	201	6.547	2.814	687	27.218
Cosmópolis	27	454	209	.	5	33	11	9	.	30	22	.	281	.	.	31	8	.	.	1.120
Eng.Coelho	.	311	8	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	319
Holambra	.	596	12	21	.	.	25	19	.	7	.	.	.	.	26	.	.	8	.	714
Hortolândia	79	55	997	.	105	.	.	44	.	.	298	120	77	37	.	48	968	55	11	2.893
Indaiatuba	58	14	848	.	13	4	19	.	15	.	.	.	21	.	.	12	107	50	90	1.251
Itatiba	.	14	344	.	.	.	18	10	.	.	.	10	9	49	.	.	.	55	.	509
Jaguariúna	.	.	206	15	.	112	35	37	.	.	.	.	34	99	107	.	67	34	26	774
Monte Mor	44	.	316	.	8	.	268	102	23	.	.	10	.	.	.	.	278	.	.	1.048
Nova Odessa	469	.	106	.	.	.	8	.	.	.	46	.	.	.	.	141	683	11	9	1.472
Paulínia	80	173	325	268	3	.	88	.	.	45	.	.	.	.	.	69	251	.	9	1.311
Pedreira	.	.	115	.	.	8	.	.	9	91	.	.	.	.	.	.	.	.	.	222
Sto Ant.Posse	9	52	149	71	.	69	.	.	.	68	.	.	7	7	.	.	17	12	.	462
Sta Bárb.dOeste	3.007	.	251	.	.	.	57	41	.	.	8	441	80	6	.	.	227	45	.	4.163
Sumaré	339	142	1.530	7	22	.	2.547	157	.	.	212	812	294	.	54	194	.	229	.	6.538
Valinhos	.	.	1.256	.	.	.	136	.	168	.	36	36	25	.	.	19	151	.	384	2.211
Vinhedo	.	.	725	.	5	.	.	106	43	.	.	9	.	8	.	.	41	870	.	1.808
RMC	4.879	2.184	8.009	672	291	456	13.267	2.195	633	1.032	1.714	2.682	2.289	502	407	4.613	10.184	4.183	1.225	61.417
EM PORCENTAGEM																				
Americana	.	1,5	8,1	0,2	0,4	.	2,4	2,6	0,2	0,6	.	15,3	0,8	0,6	.	55,0	12,0	.	0,1	11,4
Artur Nogueira	.	.	12,3	17,0	17,5	10,1	2,5	.	.	2,2	.	.	9,6	.	14,3	14,1	.	.	.	0,7
Campinas	2,8	1,0	.	0,7	0,1	0,7	36,3	5,5	1,3	2,7	4,0	0,6	5,0	0,9	0,6	0,7	24,1	10,3	2,5	44,3
Cosmópolis	2,4	40,5	18,7	.	0,4	2,9	1,0	0,8	.	2,7	2,0	.	25,1	.	.	2,8	0,7	.	.	1,8
Eng.Coelho	.	97,5	2,5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	0,5
Holambra	.	83,5	1,7	2,9	.	.	3,5	2,7	.	1,0	.	.	.	.	3,6	.	.	1,1	.	1,2
Hortolândia	2,7	1,9	34,5	.	3,6	.	.	1,5	.	.	10,3	4,1	2,7	1,3	.	1,7	33,5	1,9	0,4	4,7
Indaiatuba	4,6	1,1	67,8	.	1,0	0,3	1,5	.	1,2	.	.	.	1,7	.	.	1,0	8,6	4,0	7,2	2,0
Itatiba	.	2,8	67,6	.	.	.	3,5	2,0	.	.	.	2,0	1,8	9,6	.	.	.	10,8	.	0,8
Jaguariúna	.	.	26,6	1,9	.	14,5	4,5	4,8	.	.	.	.	4,4	12,8	13,8	.	8,7	4,4	3,4	1,3
Monte Mor	4,2	.	30,2	.	0,8	.	25,6	9,7	2,2	.	.	1,0	.	.	.	.	26,5	.	.	1,7
Nova Odessa	31,9	.	7,2	.	.	.	0,5	.	.	.	3,1	.	.	.	.	9,6	46,4	0,7	0,6	2,4
Paulínia	6,1	13,2	24,8	20,4	0,2	.	6,7	.	.	3,4	.	.	.	.	.	5,3	19,1	.	0,7	2,1
Pedreira	.	.	51,8	.	.	3,6	.	.	4,1	41,0	.	.	.	.	.	.	.	.	.	0,4
Sto Ant.Posse	1,9	11,3	32,3	15,4	.	14,9	.	.	.	14,7	.	.	1,5	1,5	.	.	3,7	2,6	.	0,8
Sta Bárb.dOeste	72,2	.	6,0	.	.	.	1,4	1,0	.	.	0,2	10,6	1,9	0,1	.	.	5,5	1,1	.	6,8
Sumaré	5,2	2,2	23,4	0,1	0,3	.	39,0	2,4	.	.	3,2	12,4	4,5	.	0,8	3,0	.	3,5	.	10,6
Valinhos	.	.	56,8	.	.	.	6,2	.	7,6	.	1,6	1,6	1,1	.	.	0,9	6,8	.	17,4	3,6
Vinhedo	.	.	40,1	.	0,3	.	.	5,9	2,4	.	.	0,5	.	0,4	.	.	2,3	48,1	.	2,9
RMC	7,9	3,6	13,0	1,1	0,5	0,7	21,6	3,6	1,0	1,7	2,8	4,4	3,7	0,8	0,7	7,5	16,6	6,8	2,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 5

Distribuição da PEA migrante (data fixa) residente nas Áreas de Ponderação de Hortolândia segundo Município de Trabalho/Estudo na RMC.
2000

Área de Ponderação	Município de trabalho e/ ou estudo (%)																			Total
	Americ.	A. Nog.	Campinas	Cosmóp.	Eng. Coelho	Holamb.	Hortolândia	Indaiat.	Itatiba	Jaguariú.	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Sta. Bárbara D'Oeste	Sto. A. Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo	
1	.	.	45,8	.	.	.	47,4	0,4	.	0,4	0,5	.	1,0	.	.	.	1,9	1,7	0,9	2.402
2	.	.	41,0	.	.	.	53,8	.	.	.	1,5	.	0,4	.	.	.	1,5	1,4	0,3	2.392
3	.	.	56,2	.	.	.	43,0	.	.	.	.	.	.	.	.	.	0,7	.	.	1.241
4	.	.	39,6	.	.	.	56,8	.	.	.	.	.	0,7	.	.	.	2,8	.	.	1.483
5	.	.	52,0	.	.	.	32,6	.	.	0,6	0,4	.	1,6	.	.	.	12,7	.	0,2	2.152
6	.	.	51,0	.	.	.	46,6	0,4	.	.	.	.	.	.	.	.	0,7	0,5	0,8	1.581
7	.	.	41,9	.	.	2,0	48,0	.	.	.	.	.	1,1	.	.	.	3,2	3,9	.	848
8	.	.	32,8	.	.	.	63,6	.	.	.	.	.	0,7	.	.	.	2,1	0,8	.	1.295
Total	.	.	45,3	.	.	0,1	48,3	0,1	.	0,2	0,4	.	0,7	.	.	.	3,5	0,9	0,3	13.392

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 6

Bairros que compõem as áreas de ponderação de Hortolândia⁸⁷:

Área de Ponderação 1

- Chácara Acary
- Chácara Luzitana
- Chácara Planalto
- Chácara Recreio
- Chácara Recreio das Alvoradas
- Chácara Recreio 2000
- Jardim Amanda (uma parte)
- Jardim Boa Vista
- Jardim Flamboyant
- Jardim Interlagos
- Jardim Novo Horizonte
- Jardim Residencial Firenze
- Jardim Santa Fé
- Jardim São Pedro
- Jardim São Sebastião
- Jardim Stella
- Jardim Villagio Chipaldelli
- Loteamento Adventista Campineiro
- Parque Gabriel
- Parque Horizonte
- Parque Orestes Ongaro

Área de Ponderação 2

- Condomínio Chácara Grota Azul
- Jardim Amanda

Área de Ponderação 3

- Bairro Santa Emília
- Bairro Santa Esmeralda
- Chácara Assay
- Chácara Havaí
- Jardim Campos Verdes
- Jardim Girassol
- Jardim Santa Clara do Lago
- Jardim Sumarezinho
- Parque Residencial Maria de Lurdes
- Parque Odimar
- Residencial São Luiz

⁸⁷ Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Hortolândia, elaborado por NEPO/UNICAMP.

Área de Ponderação 4

- Jardim das Colinas
- Jardim Nossa Senhora Auxiliadora
- Jardim Nova Hortolândia
- Parque do Horto
- Vila Real
- Vila Real Santista
- Vila São Pedro

Área de Ponderação 5

- Jardim Boa Esperança
- Jardim Carmem Cristina
- Jardim das Laranjeiras
- Jardim Estefania
- Jardim Minda
- Jardim Nova Europa
- Jardim Santa Luzia
- Jardim São Camilo
- Jardim São Jorge
- Loteamento Residencial Recanto do Sol

Área de Ponderação 6

- Chácara Paraíso
- Chácara Reimar
- Jardim Aline
- Jardim Conceição
- Jardim do Brás
- Jardim Malta
- Jardim Nova América
- Jardim Santiago
- Loteamento Novo Angulo
- Parque Perón
- Vila América
- Vila da Conquista
- Vila do Presídio
- Vila Guedes
- Vila Inema

Área de Ponderação 7

- Chácara Fazenda do Coelho
- Condomínio Residencial di Mônaco
- Condomínio Residencial Monte Carlos
- Jardim Adelaide
- Jardim Lírio
- Jardim Nossa Senhora de Fátima

- Jardim Nossa Senhora da Penha
- Jardim Nossa Senhora de Lurdes
- Jardim Ricardo
- Jardim Rosolém
- Jardim Santa Cândida
- Jardim Santa Isabel
- Jardim Santo Antonio
- Jardim São Benedito
- Jardim Viagem

Área de Ponderação 8

- Jardim das Paineiras
- Jardim do Bosque
- Jardim Everest
- Jardim Mirante do Sumaré
- Jardim Santa Amélia
- Jardim Santa Rita de Cássia
- Jardim Santana
- Jardim São Francisco
- Loteamento Remanso Campineiro
- Parque dos Pinheiros
- Parque Ortolândia
- Parque Santo André
- Parque São Miguel